

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Reuber da Cunha Luciano

**A TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA
GESTÃO PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE
GOIANO**

Taubaté – SP

2014

Reuber da Cunha Luciano

**A TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA
GESTÃO PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE
GOIANO**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional

Orientadora: Prof^ª.Dr^ª. Mônica Franchi Carniello

**Taubaté – SP
2014**

REUBER DA CUNHA LUCIANO

**A TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA
NOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE GOIANO**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mônica Franchi Carniello

Data: _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Mônica Franchi Carniello

Universidade de Taubaté

Assinatura: _____

Prof. Dr. Fábio Ricci

Universidade de Taubaté

Assinatura: _____

Prof. Dr. Elton Domingues Ribas

Anhanguera Educacional

Assinatura: _____

RESUMO

O Brasil, em busca de consolidar cada vez mais o Estado Democrático, instrumentalizou a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal no que se refere à gestão pública transparente, ao iniciar, no ano 2000, a implantação do Governo Eletrônico. Essa implantação foi reforçada por regulamentações posteriores, dentre as quais a Lei nº 12.527/11, que obriga todos os órgãos públicos a fornecer aos cidadãos cópias de documentos administrativos e informações referentes aos atos de governo, de modo que a sociedade passa a ter possibilidade para acessar, conhecer e avaliar a gestão e o desempenho dos órgãos e dos agentes públicos e políticos por meio da Lei de Acesso à Informação. Nesse contexto, este estudo tem como objetivo analisar como a gestão pública disponibiliza informações governamentais para os seus municípios, o que envolve os recursos de tecnologia de informação e comunicação, gestão pública participativa, e desenvolvimento regional. Como fator de desenvolvimento regional e democrático, a análise da gestão pública transparente restringe-se aos municípios situados na mesorregião do sul goiano, especificamente na microregião do sudoeste goiano, que é composta por 26 municípios. A pesquisa, quanto à sua natureza, caracteriza-se como exploratório/descritiva, de abordagem qualitativa. A coleta de dados, realizada em documentos oficiais dos municípios para posterior análise, está alinhada com as tecnologias de informação e comunicação existentes. Os resultados apresentados mostram que os portais analisados atendem, em parte, a legislação vigente, deixando de lado pontos que são considerados de fundamental importância para que se tenha uma gestão pública transparente, participativa e democrática.

Palavras-Chave: Planejamento e Desenvolvimento Regional. Tecnologia de Informação e Comunicação. Gestão Pública. Governo Eletrônico.

INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGY IN PUBLIC MANAGEMENT IN MUNICIPALITIES OF SOUTHWEST GOIANO

ABSTRACT

Brazil, in seeking to consolidate increasingly Democratic state , instrumentalized the Union, the States , the Municipalities and the Federal District in regard to transparent governance, to approve the Law N^o. 12.527/11 which requires all public bodies to provide citizens with copies of administrative documents and information on acts of government , so that the company shall have the freedom to access , understand and evaluate the management and performance of agencies and public and political actors through the Law on Access to Information. Therefore, this study aims to analyze how public management provides government information to their citizens , which involves the resources of information and communication technology, public management and regional development . As regional and democratic development factor, transparent public management will be examined specifically for municipalities that are in mesoregion South Goiás , specifically in the micro-region of Southwest Goiás , which consists of 26 municipalities . The research as to their nature characterized as exploratory / descriptive , qualitative approach . Data collection will be held in official documents of the municipalities for further analysis , which should be aligned with the Information Technology and Communication exist. The results show that the analyzed portals serve, in general, the vingente legislation in the country, ignoring points that are considered of fundamental importance in order to have a transparent, participatory and democratic public management.

Keywords: Planning and Regional Development. Information Technology and Communication. Public Management. Electronic Government.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: <i>Ranking</i> dos países - quatro indicadores	39
Figura 3: <i>Ranking</i> final dos países	40
Figura 2: <i>Ranking</i> dos países por indicador	40
Figura 4: Regiões de Planejamento (GO)	56
Figura 5: Municípios da Região Sudoeste Goiano	57

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: <i>Ranking</i> das redes de TV	23
Gráfico 2: <i>Ranking</i> das redes de rádio	24
Gráfico 3: PIB per Capita	59
Gráfico 4: Análise Comparativa Navegabilidade - Critérios	178
Gráfico 5: Análise Comparativa Navegabilidade - Municípios	178
Gráfico 6: Análise Comparativa Informações Governamentais - Critérios	181
Gráfico 7: Análise Comparativa Informações Governamentais - Municípios	181
Gráfico 8: Análise Comparativa Serviços - Critérios	184
Gráfico 9: Análise Comparativa Serviços - Municípios	184
Gráfico 10: Análise Comparativa Controle Público - Critérios	186
Gráfico 11: Análise Comparativa Controle Público - Municípios	186
Gráfico 12: Análise Comparativa Participação - Critérios	188
Gráfico 13: Análise Comparativa Participação - Municípios	188

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Portaria e Decreto	29
Quadro 2: Leis e Decretos	31
Quadro 3: Padrões Web e-GOV	43
Quadro 4: Plano geral dos requisitos democráticos e a dimensão utilitária	45
Quadro 5: Plano geral dos requisitos democráticos e a dimensão informativa	45
Quadro 6: Plano geral dos requisitos democráticos e a dimensão instrutiva	46
Quadro 7: Plano geral dos requisitos democráticos e a dimensão argumentativa.....	46
Quadro 8: Plano geral dos requisitos democráticos e a dimensão decisória	47
Quadro 9: Dimensão Navegabilidade (Sete Critérios).....	51
Quadro 10: Dimensão Serviços (Três Critérios).....	51
Quadro 11: Dimensão Controle Público (Três Critérios)	51
Quadro 12:Dimensão Informações Governamentais (14 critérios)	52
Quadro 13: Dimensão Participação (11 Critérios)	53
Quadro 14: Dados Coletados Município de Acreúna (GO).....	62
Quadro 15: Dados Coletados Município de Aparecida do Rio Doce (GO).....	67
Quadro 16: Dados Coletados Município de Aporé (GO)	72
Quadro 17: Dados Coletados Município de Cachoeira Alta (GO).....	77
Quadro 18: Dados Coletados Município de Caçu (GO).....	82
Quadro 19: Dados Coletados Município de Castelândia (GO)	87
Quadro 20: Dados Coletados Município de Chapadão do Céu (GO)	91
Quadro 21: Dados Coletados Município de Gouvelândia (GO)	96
Quadro 22: Dados Coletados Município de Itajá (GO)	100
Quadro 23: Dados Coletados Município de Itarumã (GO)	105
Quadro 24: Dados Coletados Município de Jatai (GO)	109
Quadro 25: Dados Coletados Município de Lagoa Santa (GO)	114
Quadro 26: Dados Coletados Município de Maurilândia (GO).....	119
Quadro 27: Dados Coletados Município de Mineiros (GO).....	123
Quadro 28: Dados Coletados Município de Montividiu (GO).....	128
Quadro 29: Dados Coletados Município de Paranaiguara (GO).....	132
Quadro 30: Dados Coletados Município de Perolândia (GO)	136
Quadro 31: Dados Coletados Município de Portelândia (GO)	141
Quadro 32: Dados Coletados Município de Quirinópolis (GO)	146
Quadro 33: Dados Coletados município de Rio Verde (GO)	150
Quadro 34: Dados Coletados Município de Santa Helena de Goiás (GO)	155

Quadro 35: Dados Coletados Município de Santa Rita do Araguaia (GO)	160
Quadro 36: Dados Coletados Município de Santo Antônio da Barra (GO)	164
Quadro 37: Dados Coletados Município de São Simão (GO).....	167
Quadro 38: Dados Coletados Município de Serranópolis (GO)	171
Quadro 39: Dados Coletados Município de Turvelândia (GO)	176

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Comunicação e Política.....	24
Tabela 2: Pesquisa de Acesso à Internet.....	38
Tabela 3: <i>Ranking</i> e-GovAmerica do Sul	42
Tabela 4: Produto Interno Bruto e População	58

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Problema	14
1.2 Objetivos	15
1.2.1 Objetivo Geral	15
1.2.2 Objetivos Específicos	15
1.3 Delimitação do estudo	15
1.4 Relevância do estudo	16
1.5 Organização da dissertação	16
2 REVISÃO DA LITERATURA	17
2.1 Comunicação e Desenvolvimento Regional	17
2.2 Sociedade em Rede e e-Democracia	25
2.3 Governo Eletrônico no Brasil e no Mundo	35
3 MÉTODO	48
3.1 Tipo de pesquisa	49
3.2 População e amostra	49
3.3 Instrumento(s)	50
3.4 Plano para coleta de dados	53
3.5 Plano para análise de dados	54
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	55
4.1 Caracterização da Região	55
4.2 Análise dos Sites Oficiais dos Municípios do Sudoeste Goiano	60
4.3 Análise Comparativa dos Sites Oficiais dos Municípios do Sudoeste Goiano	178
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	191
REFERÊNCIAS	195
Anexo A - Formulário para coleta de dados	198
Anexo B - Planilha para coleta de Dados	200

1 INTRODUÇÃO

Com a globalização e o avanço tecnológico torna-se comum as pessoas e as organizações governamentais e não governamentais possuírem equipamentos tecnológicos de última geração, fazerem uso de redes sociais para se comunicarem, efetuarem compras *on-line* e usufruírem de muitos outros serviços que os ambientes virtuais oferecem ao redor de todo o mundo.

Isso faz com que a sociedade viva em um cenário altamente informatizado e se comunique em rede, o que mostra as novas possibilidades que as modernas tecnologias abrem para todos os segmentos da sociedade civil. Para a administração pública gera novas oportunidades em todos os atos de governo, como disponibilização de informação, melhoria no fluxo e execução dos processos internos, relacionamento com fornecedores, e além de permitir a criação de um canal de comunicação e diálogo com os cidadãos.

De acordo com Kaplan e Norton (1997), no começo da década de 1990 percebeu-se que os ativos baseados no conhecimento (intangíveis), sobretudo os colaboradores e tecnologia da informação, tornavam-se cada vez mais importantes para o sucesso competitivo das organizações, e, nesse contexto, surgiu a Tecnologia da Informação (TI), definida por Alecrim (2011) como:

[...] o conjunto de todas as atividades e soluções providas por recursos de computação que visam permitir o armazenamento, o acesso e o uso das informações. Na verdade, as aplicações para TI são tantas – estão ligadas as mais diversas áreas – que há várias definições para a expressão e nenhuma delas consegue determiná-la por completo. (ALECRIM, 2011, p.1).

As crises e o valor da informação fazem com que a gestão de TI seja uma peça chave nessa evolução, e é atribuída a ela o desafio de aperfeiçoar processos e serviços oferecidos, visando economia de tempo e, conseqüentemente, de recursos financeiros para as organizações. De acordo com esse viés, fica claro que a TI é parte integrante e fundamental para as transformações que ocorrem diariamente dentro das organizações no novo cenário, altamente globalizado e competitivo, onde estão inseridas.

Nesse espaço, as informações transitam de um ponto a outro em questões de segundo, em uma rede digital mundial, a Internet, que afeta de forma direta a

comunicação entre as pessoas, a educação e a política. Aliado a esses processos tem-se o crescimento populacional brasileiro, gerando alta complexidade nas relações sociais, que se traduzem em demandas por serviços públicos em maior quantidade e com melhor qualidade, haja vista os vários recursos disponibilizados pelo governo federal, como, por exemplo, o Portal da Transparência (2013).

Todo esse avanço tecnológico tem a sua consolidação na primeira década do século XXI quando se torna acessível à população, haja vista a telecomunicação móvel e a capacidade da informática como instrumentos utilizados para descentralizar e difundir o poder da informação, concretizando a multimídia e aumentando a comunicação interativa.

Para Sen (2000), uma das premissas para o desenvolvimento se dá por meio do acesso à informação. Nesse contexto, a gestão pública brasileira tem a responsabilidade de disponibilizar informações para a sociedade, e, como meio facilitador deste processo, faz uso dos recursos oferecidos pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

Atualmente, com a aprovação da Lei de Acesso à Informação, o gestor público tem que deixar o mais transparente possível a sua gestão. Para atender a essa demanda, a comunicação *on-line* é um forte canal de comunicação do gestor público com os seus municípios, em segmentos como a prestação de serviços, transparência das contas públicas, além da atração de turistas e investidores para a cidade.

Dado esse contexto, esta pesquisa tem como foco a análise dos *sites* dos municípios da microrregião do sudoeste goiano com relação aos atendimentos pós-preceitos do Governo Eletrônico, bem como à aplicabilidade da transparência, garantida pela Lei de Acesso à Informação na gestão pública. Os municípios dessa região foram selecionados de acordo com o IBGE (2012).

A pesquisa tem como objetivo analisar como as informações da gestão pública dos municípios que estão na mesorregião do Sul Goiano, especificamente na microrregião do sudoeste goiano, têm chegado ao conhecimento dos seus municípios, uma vez que com a proposta do Governo Eletrônico e a aprovação da Lei de Acesso à Informação, as plataformas digitais assumem um papel fundamental ao estabelecer essa relação com o munícipe.

Como fator de desenvolvimento regional e democrático, a gestão pública transparente foi analisada especificamente nos municípios da microrregião do sudoeste goiano, de acordo com o IBGE (2012), por meio da utilização das TICs.

1.1 Problema

O Governo Eletrônico é forma de o Estado estar presente na Internet. De acordo com Diniz *et al* (2009), a ideia de Governo Eletrônico está associada à modernização da administração pública pela utilização das TICs, e também à melhoria dos processos operacionais e administrativos dos governos. (de o Estado e não do Estado)

A presença massiva dos cidadãos na Internet faz com que os governos busquem novas potencialidades nas plataformas *on-line* com o intuito de melhorar os seus atos e a difusão das informações governamentais. Diante dessa concepção, fica claro que o Governo Eletrônico foca-se em mudanças que o Estado deve seguir com a utilização das TICs para atingir seus objetivos, em cumprimento ao papel do Estado para com a sociedade.

A Lei de Acesso à Informação, nº 12.527/11, passa a instrumentalizar os órgãos da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e a democratizar o acesso à informação da gestão pública para a sociedade. Essa Lei tem como princípio que a informação gerenciada pelo Estado é um bem público e, conseqüentemente, tem que ser disponibilizada para a sociedade para fortalecer o Estado democrático. Como meio facilitador desse processo usam-se os recursos, ferramentas e serviços disponibilizados pelas TICs.

Este estudo pretende verificar como os municípios estão agindo frente a essa nova situação, que envolve os recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação, Gestão Pública, e Desenvolvimento Regional. A partir desse contexto pergunta-se: como os municípios que compõem a mesorregião do sul goiano, na microrregião do sudoeste goiano, que é composta por 26 municípios, usam seus *sites* oficiais como canal de comunicação com os munícipes?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar como os municípios da microrregião do sudoeste goiano estão disponibilizando informações governamentais para a sociedade pela tecnologia de informação e comunicação.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Mostrar quais recursos TICs são usadas pelo governo para a divulgação das informações.
- Identificar quais são os mecanismos de interação entre o governo e a sociedade.
- Verificar o atendimento às diretrizes do governo eletrônico.

1.3 Delimitação do estudo

Este estudo pretende examinar especificamente como os municípios da microrregião do sudoeste goiano, após a sanção da Lei de Acesso à Informação, em 18 de novembro de 2011, estão disponibilizando informações da gestão pública à sociedade por meio do uso dos recursos e serviços disponibilizados pelas TICs. A perspectiva da análise é verificar se a gestão pública municipal está disponibilizando informações para a sociedade com o objetivo de contribuir para o Desenvolvimento Regional.

No presente estudo abordam-se conceitos de comunicação e desenvolvimento regional, sociedade em rede e e-democracia, transparência e governo eletrônico. Em seguida caracterizam-se os municípios que compõem a microrregião do sudoeste goiano a partir de dados do IBGE (2012), e elabora-se um modelo de registro e avaliação dos *sites* oficiais dos municípios objetos de estudo.

Por fim, é feita a análise dos dados coletados, visando estabelecer um elo de comunicação entre os governos municipais e a sociedade, com foco no desenvolvimento regional.

1.4 Relevância do estudo

A presente pesquisa surge em um momento em que o Brasil instrumentalizou todos os órgãos públicos a disponibilizar informações para a sociedade, os quais passam a comprometer-se com a disponibilização das informações públicas.

Dessa forma, este estudo é relevante para o meio acadêmico e, em particular, para o segmento da gestão pública, no pressuposto em que se tem como objetivo principal analisar como os municípios da microrregião do sudoeste goiano usam seus *sites* oficiais como canal de comunicação para disponibilizar informações governamentais para os munícipes.

1.5 Organização da dissertação

Nesta dissertação os conteúdos tratados foram estruturados e apresentados de forma sequencial, em seções, de acordo com a descrição a seguir.

Na primeira seção, que compreende a introdução, pretende-se chamar a atenção do leitor para a importância dos conceitos e utilização dos recursos oferecidos pelas tecnologias de informação e comunicação na comunicação governamental, face ao desenvolvimento regional. Ainda nessa seção são estabelecidos o problema, o objetivo geral, os objetivos específicos, a delimitação, e a relevância do estudo.

Na sequência, na segunda seção, expõe-se o referencial teórico, que está subdividido em três subtítulos: comunicação e desenvolvimento regional; sociedade em rede e e-democracia; governo eletrônico no Brasil e no mundo.

A terceira seção, referente ao método, descreve o tipo de pesquisa, a população e a amostra de dados, os instrumentos de coleta de dados, e os procedimentos de coleta e análise de dados, com a finalidade de detalhar todos os procedimentos escolhidos para alcançar os objetivos.

Na quarta seção são apresentados os resultados e a discussão, sob os preceitos dos conceitos teóricos. A seguir, na quinta seção, apresentam-se as considerações finais e, por fim, têm-se as referências bibliográficas e anexos.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Comunicação e Desenvolvimento Regional

O conceito de desenvolvimento historicamente é recente, pois passou a ser discutido com maior visibilidade acadêmica a partir da década de 1950. Schramm (1970) alerta para o fato das questões sociais e humanas para o desenvolvimento, e relata que "se quisermos promover o desenvolvimento econômico, deverá haver uma transformação social, e, para que isso ocorra, deveremos mobilizar os recursos humanos, e os problemas difíceis de ordem humana deverão ser resolvidos". (SCHRAMM, 1970, p.32).

O mesmo autor debate a respeito do poder gerado pelo conhecimento, ao citar que em um povoado do Oriente Médio um aparelho de rádio tornou-se fonte de *status* para quem o possuía. Nesse cenário, a pessoa possuidora do aparelho era a primeira a ter contato com a informação e, com isso, controlava o acesso à informação.

Nesse viés tem-se a sociedade civil contemporânea, que, de acordo com os autores Maia, Gomes e Marques (2011), consiste em um conjunto de associações, grupos formais e informais, e redes sociais que existem na sociedade, fora do âmbito familiar e do Estado.

Essa sociedade vive uma dinâmica caracterizada por uma constante transformação, nos processos, ao nível das dimensões sociais, territoriais, econômicas, culturais, ambientais e tecnológicas, e o intenso uso dos recursos disponibilizados pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

Todas essas mudanças incidem diretamente na organização da sociedade, e, para Sen (2000), a disponibilização de informações é um elemento fundamental para o desenvolvimento de uma nação. O mesmo autor mostra também que o desenvolvimento não pode ser apenas analisado sob a perspectiva do crescimento do PIB e da renda, ou seja, "[...] oportunidades econômicas, liberdades políticas,

poderes sociais e por condições habilitadoras, como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas” (SEN, 2000, p. 18).

O desenvolvimento deve, portanto, ser analisado de forma a garantir a individualidade, a liberdade de escolha, e ser entendido a partir de suas origens. Carniello e Santos (2011) citam que os estudos contemporâneos realizados sobre desenvolvimento indicam as práticas participativas como fatores constitutivos dos processos de desenvolvimento regional.

Dessa forma, o conceito de desenvolvimento é uma questão inter e multidisciplinar, e carrega uma bagagem muito pesada com relação à questão social e local. Para Bourdin (2001), é na escala local que os problemas diários da sociedade podem ser regulados e, nesse caso:

A solidariedade e a sociabilidade podem se desenvolver dentro de redes muito dispersas, mas muitas vezes mais fáceis de criar quando se apoiam na vizinhança. Enfim, o quadro local pode servir para se organizarem grupos muito unidos, ou coalizões para a ação (BOURDIN, 2001, p.13).

O acesso à informação é um elemento importante para estabelecer como ocorre o desenvolvimento de uma nação. Para tanto, faz-se necessário estabelecer um elo com a comunicação, que se torna uma variável fundamental no estudo do desenvolvimento de uma nação. Nesse sentido,, Schramm enfatiza que “[.] um dos primeiros sinais do desenvolvimento é a dilatação dos canais de comunicação.”. (SCHRAMM, 1970, p.129).

No âmbito da comunicação digital há uma intensificação no fluxo da informação, que passa a operar em redes digitais. Com relação ao Estado Brasileiro, o processo de redemocratização alavancado fortemente pela Constituição de 1988 estimulou a sociedade a pressionar a gestão pública à transparência das informações.

A evolução tecnológica ocorrida nas últimas três décadas provocou uma disseminação tecnológica e, conseqüentemente, da informação; o aumento da conectividade; a portabilidade de dispositivos eletrônicos; a convergência de várias tecnologias; e a Lei de Acesso à Informação, fatores que provocaram profundas transformações com relação à comunicação pública.

Conforme Duarte (2012), a expressão comunicação pública vem sendo usada com múltiplos significados, dependendo de vários fatores e do contexto em que se

aplica. Já Matos (2009) relata que um dos principais desafios se estabelece entre as noções de comunicação pública e comunicação governamental.

Para Torquato (2004), o termo comunicação governamental foca-se na forma de comunicação praticada entre o governo e a sociedade, por meio da prestação de serviços, com o objetivo de estimular o processo de desenvolvimento da sociedade.

Já Mendes, Silva, Martins (2011) defendem que a comunicação governamental consiste “no fluxo de informação, formas de relacionamento e, acima de tudo, na atitude proativa da administração pública para com o cidadão, tendo por base os princípios jurídicos para sua aplicação”. (MENDES; SILVA; MARTINS, 2011, p.2).

De acordo com Duarte (2012), a comunicação pública “[...] é parte integrante da vida política da sociedade e, como tal, ela não é um poder em si, mas o resultado do poder do cidadão quando organizado e constituído como sociedade civil.”. (DUARTE, 2012, p.30).

Em relação ao debate referente à questão local, faz-se necessário observar a estrutura organizacional da sociedade quanto à comunicação pública, uma vez que os meios estão repletos de recursos tecnológicos e computacionais que facilitam o processo de comunicação. Assim, Matos (2012) alerta para o fato de a comunicação estar “pensada como um processo político de interação no qual prevalecem a expressão, a interpretação e o diálogo.”. (MATOS, 2012, p.18).

Diante do local, a Lei de Acesso à Informação tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de 1988 de acesso dos cidadãos às informações públicas. Nesse sentido, Duarte (2012) define a comunicação pública como:

processo de comunicação que se instaura na esfera pública entre o Estado, o governo e a sociedade e que se propõe a ser um espaço privilegiado de negociação entre os interesses das diversas instâncias de poder constitutivas da vida pública no país (DUARTE, 2012, p.31).

Assim, a sociedade passa a ter liberdade para acessar, conhecer e avaliar a gestão e o desempenho dos órgãos e dos agentes públicos e políticos. Isso significa que, com a implantação da Lei de Acesso à Informação, a sociedade passa a ter liberdade de acesso.

Para Sen (2000), o papel da liberdade se refere ao modo como os diferentes tipos de direitos e oportunidades passam a contribuir para o desenvolvimento da liberdade humana e, conseqüentemente, para o desenvolvimento regional de uma sociedade.

Com relação às liberdades instrumentais, Sen (2000) destaca a garantia de transparência, referida pela necessária sinceridade que as pessoas devem esperar umas das outras – “[...] a liberdade de lidar uns com os outros sob garantias de dessegredo e clareza [...]. Essas garantias têm um claro papel instrumental como inibidoras da corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas” (SEN, 2000, p. 56).

Conforme Cunha, Frey e Duarte (2012)

O acesso à informação, a documentos administrativos ou políticos e a deliberação de órgãos públicos se tornam mais fácil. Novas chances se abrem em relação à expansão das práticas discursivas em função da emergência de novos e complementares caminhos de comunicação entre cidadãos, bem como entre cidadãos e autoridades públicas, ampliando a abrangência do diálogo político. [...] criam-se condições favoráveis para o aumento da responsividade da administração pública frente às demandas dos cidadãos e para a redução da distância entre governantes e governados (CUNHA; FREY; DUARTE, 2009, p.40)

Os autores ainda relatam que “além da possível transformação da relação estado sociedade, aumentam para os cidadãos as possibilidades de acesso direto a seus representantes.”. (CUNHA; FREY; DUARTE, 2009, p.40)

As aplicabilidades dos recursos midiáticos, promovidos pelas TICs, estão contribuindo para ampliar e fortalecer a comunicação governamental com os munícipes, o que tende a reduzir as distâncias entre a informação pública e os cidadãos, promovendo relações democráticas: “a entrada de atores na Internet não depende de uma situação preestabelecida, mas apenas de sua ação no presente momento.”. (CUNHA, FREY, DUARTE, 2009, p.52).

Nesse viés, qualquer cidadão pode solicitar cópia de documentos ou informações de domínio de órgãos públicos e, também, ter acesso à gestão pública pelo acesso aos *sites* oficiais governamentais.

Ainda conforme Cunha, Frey, Duarte (2009), fazem-se necessárias medidas, como reduzir a exclusão digital, incentivar a transparência no processo de comunicação governamental e maior participação da população nos processos de

formulação de políticas públicas. Essas medidas são fundamentais e necessárias para preparar os municípios e os cidadãos para os novos paradigmas da sociedade da informação e para o aprofundamento da democracia local.

Nesse debate, fica claro que a aplicabilidade dos recursos midiáticos na comunicação governamental pode tornar-se em um ambiente pluralista de debates e opiniões por possuir diferentes participantes no processo: cidadãos e instituições governamentais. Esses participantes podem gerar e formular debates que perpassam a questão local, com a possibilidade de repercussão regional, nacional e internacional.

As TICs, se bem usadas, podem ser um instrumento de apoio à administração pública, pois permitem a disponibilização de vários serviços para o cidadão, de tal forma que a comunicação governamental se torne transparente e, assim, o cidadão passa a ter acesso a todas as informações governamentais e atos de governo. As TICs passam a ser elementos potencializadores de integração entre governantes e governados.

O uso da infraestrutura e de recursos e serviços oferecidos pelas TICs são meios adequados para que a gestão pública possa disponibilizar informações para a população, o que é um aspecto fundamental da gestão participativa, embora o simples uso dos recursos oferecidos pelas TICs não é condição suficiente para a construção de uma gestão pública democrática. Trata-se apenas de um meio facilitador no processo de democratização local, regional e internacional da informação.

Por fim, deve-se atentar para o fato da exclusão digital no Brasil, pois se sabe que mesmo com todo o aparato tecnológico existente, com um grande número de residências brasileiras com acesso à internet e à televisão, tem-se a plena consciência que muitos cidadãos brasileiros são analfabetos digitalmente.

Desse modo, Frey (2012) mostra que são necessárias medidas para reduzir a exclusão digital, aumentar a transparência no processo de comunicação governamental, e proporcionar uma maior participação da população nos processos de formulação de políticas públicas.

Com isso, tem-se um arcabouço de medidas que são fundamentais e necessárias para preparar os municípios e os cidadãos para os novos paradigmas da sociedade da informação e para o aprofundamento da democracia local. Haja vista que o processo de utilização das TICs é irreversível, de tal forma que só resta

esperar que os recursos tecnológicos, agregados ao processo de redemocratização da sociedade brasileira, tragam cada vez mais a participação e a interação entre cidadãos e governo.

Para Maia, Gomes e Marques (2011), o uso das TICs, em particular da Internet, apresenta um potencial para fomentar as questões inerentes ao coletivo, consequentemente a participação e interação da sociedade para com os governos, pois são sustentadas pelas comunicações digitais em rede, que apresentam novas ferramentas para o estabelecimento e a extensão das redes sociais como *facebook* e *twitter*, para produzirem novas formas de comunicação, informação, interesses políticos e debates *on-line*.

Para Krueger (2002), há uma preocupação em estabelecer a diferença entre participação política geral e a participação política via Internet. No primeiro caso, as ferramentas e recursos disponibilizados pelas TICs são considerados acessórios e representam complementos das modalidades já tradicionais. Já no segundo caso, as ferramentas e recursos disponibilizados pelas TICs são considerados elementos fundamentais.

A participação política com o uso da Internet pode ser meramente instrumental ou essencial. Krueger (200) denominou a essencial de e-participação, ou simplesmente participação *on-line*. Maia, Gomes e Marques (2011) destacam que uma coisa é a ação simplista de quem usa *e-mail*, lê jornais, revistas, periódicos etc *on-line*, e visita *sites* governamentais, daqueles que usam e dominam os recursos disponibilizados pelas TICs e ainda são capazes de usar, empregar quaisquer ferramentas digitais para participarem de debates digitais com propósitos políticos.

O questionamento de Polat (2005) a respeito da diferença na qualidade e na efetividade entre as várias facetas de participação popular e a sua contrapartida digital, pode ser comprovado pelas mobilizações ocorridas em todo o território brasileiro no ano de 2013. Essas mobilizações foram articuladas com a utilização das redes sociais, em especial o *facebook*.

No Brasil, o Sistema Central de Mídia está estruturado a partir das redes nacionais de televisão, que segundo PDM (2014) se dá por um conglomerado de cinco redes privadas, lideradas pela Rede Globo, seguida pela Band, SBT, Record e Rede TV. Em nível de estatal tem-se a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que é controlada pelo Governo Federal (Gov.br) e possui 95 veículos de comunicação.

As redes de rádio também não fogem do cenário apresentado para as redes de televisão, que, de acordo com PDM (2014), transformaram-se em importantes fontes de poder no País, uma vez que a maior parte dessas redes, no Brasil, é originária dos principais grupos que compõem o Sistema Central de Mídia sediadas no eixo Rio - São Paulo.

Esse cenário controla de forma direta ou indiretamente os principais veículos de comunicação no País. O modelo fere os princípios de qualquer sociedade democrática, pois conforme o PDM (2014) é no pluralismo das fontes de informação que se tem um estado democrático de direito.

O Gráfico 1 mostra o *ranking* das dez principais redes de televisão no Brasil, juntamente com o número de veículos de comunicação vinculados a cada grupo.

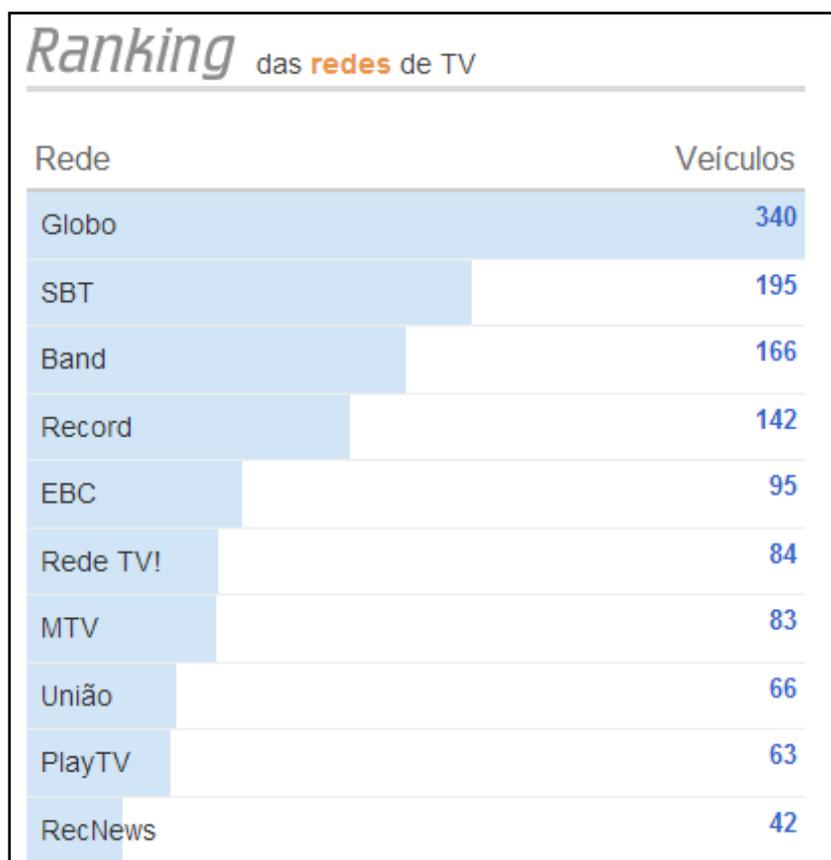


Gráfico 1: *Ranking* das redes de TV
Fonte: PDM (2014)

O Gráfico 2 mostra o *ranking* das dez principais redes de rádio no Brasil, juntamente com o número de veículos de comunicação vinculados a cada grupo.



Gráfico 2: *Ranking* das redes de rádio
Fonte: PDM (2014)

O cenário apresenta uma característica peculiar com relação aos sócios dos grupos, que conforme o PDM (2014) apresenta 271 políticos sócios ou diretores de 324 veículos de comunicação no Brasil. Essa informação foi obtida pelo cruzamento de dados da Agência Nacional de Telecomunicações com a lista de todos os políticos brasileiros, e não levou em conta o resultado das eleições municipais de outubro de 2008.

A Tabela 1 mostra a proporção de políticos de acordo com o cargo ocupado.

Tabela 1: Comunicação e Política

Cargo	Quantidade	Porcentagem
Prefeito	147	54,24%
Deputado Estadual	55	20,30%
Governador	01	0,37%
Deputado Federal	48	17,71%
Senador	20	7,38%

Fonte 1: Adaptada de PDM (2014) Tabela adaptada

Observa-se que existe um conglomerado de comunicação social no Brasil, revelando a influência direta e indireta dessas mídias na comunicação governamental. Sabe-se também que essas redes têm grande abrangência no território nacional, atuando de forma concomitante em diversas dimensões, exercendo forte influência nas questões sociais, políticas, econômicas, ambientais, tecnológicas e culturais do País.

2.2 Sociedade em Rede e e-Democracia

Na sociedade contemporânea Castells (2000) define esse novo cenário como o da sociedade em rede, ou, também, a chamada sociedade da informação, na qual os recursos midiáticos passam a ter nova configuração: a comunicação acontece de forma *on-line* por meio da rede mundial de computadores denominada Internet.

Para Castells (2000), a sociedade em rede caracteriza-se pela predominância da estrutura organizacional da rede em todos os segmentos da vida social. Os grupos sociais adaptam-se cada vez mais às novas condições da sociedade da informação, utilizando os novos segmentos abertos pela globalização, bem como o acesso às novas formas de comunicação e informação que são disponibilizadas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação.

Ainda conforme Castells (2000), "As redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de maneira substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura" (CASTELLS, 2000, p. 497).

Wellman (2001) diz que na sociedade em rede,

[..] fronteiras são permeáveis, interagem com várias outras, conexões alternam entre múltiplas redes, e hierarquias podem ser minimizadas e recursivas. As mudanças de grupos de redes podem ser vistas em vários níveis. Blocos comerciais e políticos perderam suas características monolítico no sistema mundial. (WELLMAN, 2001, p. 227).

A partir dessas concepções de sociedades em rede, e mesmo considerando-as como forma antiga da convivência humana, essas sociedades "tomaram uma nova forma, nos tempos atuais, ao transformarem-se em redes informacionais, revigoradas pela internet" (CASTELLS, 2000, p. 1).

Com as transformações tecnológicas e suas relações para com a sociedade e para a economia, esse novo paradigma apresenta as seguintes características: a informação é sua matéria-prima; alta penetrabilidade das novas tecnologias; lógica de redes; flexibilidade dos processos; e alto grau de convergência tecnológica (CASTELLS, 2000).

Diante desse novo paradigma, as tecnologias desenvolvem-se cada vez mais e passam a ser partes integrantes da sociedade, seja no individual ou no coletivo, e ainda permitem que as pessoas passem a atuar diretamente sobre as informações, que passam a ser parte integrante da sociedade. Com isso tem-se a flexibilidade dos processos, e a complexidade pode ser minimizada e reconfigurada a qualquer momento, fazendo com que as diversas áreas do conhecimento tornem-se interligadas.

Assim, percebe-se o quanto é importante os avanços tecnológicos, em especial a internet, por disponibilizar vários tipos de serviços para a sociedade, de tal forma que as dimensões de espaço e tempo sofreram mudanças profundas, alargando as fronteiras para uma dimensão global. Atualmente as informações são transmitidas *on-line*, estabelecendo contatos em tempo real, independentemente da distância espacial onde se encontram os atores envolvidos no processo de comunicação. Todo esse avanço tecnológico é considerado por Castells (2000) como base para a expansão das redes em toda a estrutura social da sociedade.

Na sociedade contemporânea, a opção comunitária está confrontada com dois desafios principais, ambos em aparente conflito: em primeiro lugar, trata-se de aprender com a elite empresarial no que diz respeito à sua estratégia de organizar-se em redes e aumentar, desse modo, a capacidade para a ação coletiva e a cooperação por meio da promoção de confiança e reciprocidade entre os membros das redes; em segundo lugar, trata-se de evitar as tendências de exclusão – muito comuns nas redes empresariais – e garantir procedimentos democráticos e práticas coletivas baseadas em deliberações públicas e interativas, de modo que condições para a promoção do bem comum possam ser efetivamente melhoradas. No contexto de crescentes conflitos sociais e culturais, em uma sociedade cada vez mais complexa e diversificada, e em face de novas e inusitadas potencialidades de criação de redes em função da disseminação dos TICs, os riscos relacionados à segregação, à exclusão e a um possível aumento de conflitos e de intolerância devido à proliferação dessas novas estruturas de rede não devem ser subestimados (FREY, 2003, p. 176).

A consolidação da sociedade em rede, com a utilização das TICs, passa a compor um novo modelo para a gestão pública. O Estatuto da Cidade (2001) prevê o uso dos recursos oferecidos pelas TICs como ferramenta estratégica para o alcance de uma gestão participativa, mas em contrapartida Castells (2000) alerta para as relações sociais desiguais, pois pode haver um desequilíbrio na distribuição dos recursos sociais, mesmo com tantas inovações tecnológicas.

Nesse cenário, a sociedade usa cada vez mais os recursos e serviços oferecidos pelas TICs, o que pode ser claramente observado pelo uso da computação em nuvem, a Web 2.0, e a disseminação dos dispositivos móveis. As TICs têm, portanto, um papel determinante na transformação da sociedade, pois os recursos das novas tecnologias potencializam o acesso e a disponibilização da informação.

Nesse viés, a partir da década de 1980, no Brasil foram publicadas diversas proposições, a respeito do acesso à informação pública, relacionadas às políticas públicas e à divulgação dos atos administrativos. No ano de 1988 foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, e a nação brasileira passou a viver em um Estado Democrático de Direito, pondo fim a um regime de ditadura militar que perdurava desde 1964 (BRASIL, 2013).

Com a promulgação da Constituição de 1988 os direitos e garantias, juntamente com os direitos políticos e civis, passam a ser a bandeira do Brasil. Para este estudo cabe destacar os seguintes pontos:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; (Regulamento)

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

Sen (2000) aponta que o desenvolvimento de uma nação está condicionado ao fato de a sociedade ter acesso a informação. No processo de redemocratização do Estado brasileiro, a Constituição de 1988 tratou desse assunto em seus artigos 5º, inciso XIV e XXXIII, Art. 37, § 3º, inciso II e no Art. 216, § 2º.

A sociedade passou, então, a ter o direito de acesso a todas as informações que, via de regra, eram sigilosas, e a administração pública é a responsável pela gestão da documentação governamental, bem como pela formas cabíveis de franqueá-la à sociedade, que proporciona a gestão pública participativa

A participação pode ser alcançada pela organização dos *sites* oficiais desses órgãos, bem como a disponibilização de recursos tecnológicos adequados para a constituição das sociedades em rede. Em consequência, faz com que a sociedade tenha acesso à informação, contribuindo, assim, de forma sistemática, para o desenvolvimento regional.

Com todas essas transformações ocorrendo, o Estado brasileiro, na década de 2000, buscava novas ferramentas para garantir o controle dos recursos públicos e aumentar a transparência da gestão pública.

No início dos anos 2000 tem-se o primeiro passo em obediência ao acesso à informação estabelecido pela Constituição de 1988, com a aprovação da Lei Complementar nº 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, em 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Essa Lei marca o início da transparência

das contas públicas e cria o primeiro mecanismo de participação popular para decidir os gastos orçamentários.

Ainda no mesmo ano, tem-se o Decreto Presidencial de 3 de abril de 2000 o Brasil lançou as diretrizes para instituir o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), com a finalidade de examinar e propor políticas, diretrizes e normas relacionadas com as novas formas eletrônicas de interação, uma vez que o Governo Eletrônico tem como princípio a utilização das TICs para promover a democratização do acesso à informação; expandir os espaços de debates e discussões; e aprimorar a efetivação dos serviços públicos.

O Quadro 1 mostra o resumo do Decreto presidencial da portaria nº 23, de 13 de maio de 2000

Lei	Resumo
Portaria Civil nº 23, de 12.05.2000	Designa representantes para compor o Grupo de Trabalho Interministerial
Decreto de 03.04.2000	Institui Grupo de Trabalho Interministerial para examinar e propor políticas, diretrizes e normas relacionadas com as novas formas eletrônicas de interação

Quadro 1: Portaria e Decreto
Fonte: adaptados de Brasil (2014)

A partir de uma iniciativa da Controladoria Geral da União (CGU), em 2004 houve o lançamento do Portal da Transparência do Governo Federal, que cita:

O Governo brasileiro acredita que a transparência é o melhor antídoto contra corrupção, dado que ela é mais um mecanismo indutor de que os gestores públicos ajam com responsabilidade e permite que a sociedade, com informações, colabore com o controle das ações de seus governantes, no intuito de checar se os recursos públicos estão sendo usados como deveriam. (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2014).

Tem-se, então, um canal de comunicação para que a sociedade possa acompanhar e fiscalizar como os recursos públicos estão sendo utilizados, promovendo um importante cenário para combate à corrupção, como argumenta Gruman (2012):

A transparência e o acesso não garantem a eficácia do funcionamento da máquina pública, mas, pelo contrário, sua ausência, é garantia do mau uso dos recursos públicos porque livres de controle social. O acesso à informação é um instrumento, um

meio para se alcançar um fim, a eficácia das políticas públicas (GRUMAN, 2012, p.47).

Em 27 de maio de 2009 foi promulgada a Lei Complementar nº 131/2009, a Lei Capiberibe, com a finalidade de acrescentar dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. A Lei Capibaribe estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por meio da utilização de recursos eletrônicos.

De acordo com Lei Complementar 131/2009, para adequar-se a essa nova realidade foram estabelecidos prazos a partir da data de sua publicação: de um ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 mil habitantes; dois anos para os Municípios que tenham entre 50.000 mil e 100.000 mil habitantes; e quatro anos para os Municípios com até 50.000 mil habitantes.

Para atender a essas novas exigências criaram-se os portais da transparência com a finalidade de estabelecer um processo de comunicação entre governo e sociedade, informando o destino dos gastos do governo e o funcionamento da administração pública e dos órgãos legislativos.

Um importante passo para consolidação democrática do Brasil ocorreu em novembro de 2011, quando a Presidente da República sancionou Lei nº 12.527/2011, a Lei de Acesso à Informação, que veio regular o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, e obriga todos os órgãos da União, Distrito Federal, Estados e Municípios a fornecer aos cidadãos cópias de documentos administrativos e informações de atos de governo, de modo que a sociedade passa a ter liberdade para acessar, conhecer e avaliar a gestão pública e o desempenho dos órgãos e dos agentes públicos e políticos.

Essa Lei, nº 12.527/2011, altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências, de tal forma a atender o direito constitucional de acesso à informação e aos seus dispositivos estabelecido pela Constituição de 1988.

O Quadro 2 mostra o resumo das principais Leis e Decretos, em ordem cronológica, que fazem parte da Lei de Acesso à Informação.

<p style="text-align: center;">LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. Lei de Acesso à Informação</p> <p style="text-align: center;">Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.</p>		
Lei Nº 1.079	10/04/1950	Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento
Lei Nº 7.115	29/08/1983	Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.
Lei Nº 8.112	11/12/1990	Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.
Lei Nº 8.429	02/06/1992	Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.
Lei Nº 9.507	12/11/1997	Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data.
Lei Nº 9.784	29/01/1999	Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
Lei Nº 101	04/05//2000	Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.
Lei Nº 10.098	19/12/2000	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
Decreto Nº 186	09/07/2008	Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.
Decreto 7.845	14/01/2012	Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.

Quadro 2: Leis e Decretos

Fonte: adaptados de Brasil (2014)

A Lei de Acesso à Informação tem como princípio que a informação gerenciada pelo Estado é um bem público e deve ser disponibilizada para o cidadão, o que significa que com a implantação dessa Lei a sociedade passa a ter liberdade de acesso à informação. Para Sen (2000), o papel da liberdade se refere ao modo como os diferentes tipos de direitos e oportunidades passam a contribuir para o desenvolvimento da liberdade humana e, conseqüentemente, para o desenvolvimento regional de uma sociedade.

Em relação às liberdades instrumentais, o autor destaca a garantia de transparência, garantida pela necessária sinceridade que as pessoas devem esperar

umas das outras: “[...] a liberdade de lidar uns com os outros sob garantias de dessegredo e clareza [...]. Essas garantias têm um claro papel instrumental como inibidoras da corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas.”. (SEN, 2000, p. 56).

Qualquer cidadão pode solicitar cópia de documentos ou informações de domínio de órgãos públicos, e também ter acesso à gestão pública pelo acesso aos *sites* oficiais governamentais.

Conforme se observa em Rezende *et al.*(2000):

Em tempos de globalização, cidades do mundo inteiro estão desafiadas por profundas mudanças sociais, econômicas e políticas. As transformações recentes requerem novos modelos de gestão inovadores, assim como novos instrumentos, procedimentos e formas de ação, a fim de permitir que os administradores públicos tratem as mudanças de uma sociedade globalizada (REZENDE; FREY; BETINI, s/d).

Por outro lado, Kotler *et al.*(2009) destacam que a partir das possibilidades tecnológicas, juntamente com a utilização do *marketing*, pode-se projetar a imagem do município em uma dimensão global, mas a simples utilização das ferramentas disponibilizadas pelas TICs não são suficientes para garantir a canalização de benefícios para a população.

Sabe-se que no Brasil a implantação das inovações tecnológicas tem uma história marcada pelas desigualdades geradas nos acessos a esses recursos. Essas desigualdades passam a ser minimizadas a partir de marcos regulatórios, como é o caso da Lei de Acesso à Informação.

Conforme Miranda (2000):

Um dos principais indicadores do desenvolvimento da sociedade da informação é a penetrabilidade das tecnologias de informação na vida diária das pessoas e no funcionamento e transformação da sociedade como um todo. Em âmbito geográfico, a penetrabilidade é medida principalmente pelo número de usuários da Internet em uma determinada população. No caso do Brasil, estima-se que, durante o ano 2000, mais de 6 milhões de brasileiros serão usuários da Internet e que, nos próximos cinco anos, poderemos chegar a 30 milhões. Estas cifras, apesar de muito aquém do total da população brasileira ou das porcentagens de usuários relativas ao total das populações nos países desenvolvidos, constituem indicadores significativos do enorme impacto que a Internet está promovendo na sociedade brasileira. Em termos numéricos, estas cifras projetam o Brasil como um dos grandes mercados nacionais da Internet em nível mundial. (MIRANDA, 2000, p. 80)

Com a aprovação da Lei nº 12.527 a sociedade passou a ter acesso às informações públicas em nível de União, Estados, Distrito Federal e Municípios, constituindo um importante instrumento de participação popular nas ações governamentais. Essa maior participação da sociedade nos atos de governo gera uma melhoria na gestão pública.

As tecnologias de informação e comunicação desempenham uma estrutura adequada e facilitadora no processo de disseminação da informação. Segundo Gomes e Maia (2008), a visibilidade política contemporânea está intimamente ligada à comunicação de massa, e a comunicação tem o poder de iniciar debates sobre temas políticos, de tal forma que "A esfera de visibilidade midiática promove uma complexa relação entre os atores das instâncias formais do sistema político e aqueles da sociedade civil, bem como entre a política e cultura.". (GOMES e MAIA, 2008. p.165).

Nessa mesma linha de pensamento, Bennet e Entman (2001) destacam que:

Para dar resposta a questões fundamentais sobre a experiência dos cidadãos no processo democrático, requer-se, cada vez mais, que se compreenda a centralidade da comunicação mediada nos processos de governança e, também, nas percepções que os cidadãos têm da sociedade e de seus problemas. (BENNET; ENTMAN, 2001, p.1).

Como já anunciado por Castells (2000) e relatado por Gomes e Maia (2008), as redes digitais permitem a interação para a troca de informações e o compartilhamento de interesses comuns, tanto em escala local quanto global, tendo como meio facilitador a estrutura computacional oferecida pela Internet.

Para Habermas (1995 e 1997), a democracia, na sua forma mais pluralista, depende de um lado da institucionalização dos processos e condições necessárias para o estabelecimento da comunicação e, de outro lado, da interpenetração entre os processos decisórios institucionalizados e a opinião pública.

Em termos estruturais a Internet produz um cyberspaço, que oferece alta potencialidade para o estabelecimento da comunicação. Para Gomes e Maia (2008), o fortalecimento da democracia está vinculado não apenas ao acesso às TICs, mas também ao interesse e à motivação para a participação política do cidadão:

[..] a participação traz à tona o complexo problema relacionado à formação discursiva da vontade, que diz respeito também a uma cultura política favorável ao desenvolvimento do potencial discursivo. [..] se haverá ou não o processo de debate é algo que não pode ser

decidido a priori, pois o debate depende da livre motivação e da ação dos próprios concernidos, que é contingencial e imprevisível. (GOMES; MAIA, 2008, pp.285; 287).

Na cyber democracia, ou democracia digital, ou e-Democracia os dispositivos das TICs, interativos e funcionais, têm sido notados como meios facilitadores para fortalecer o processo democrático de uma nação. As redes digitais oferecem um meio de comunicação com potencialidade de interação elevada em relação aos veículos de comunicação tradicionais.

Segundo Gomes e Maia (2008), as redes digitais geram um ambiente pelo qual a sociedade civil e os políticos podem se comunicar, trocar e compartilhar informações, consultar e promover debates de maneira direta, rápida e sem obstáculos burocráticos.

Para fortalecer a e-Democracia, além das estruturas comunicacionais faz-se necessárias, estar presentes, a motivação, o interesse e a disponibilidade dos cidadãos para engajar nos debates políticos, promovendo uma maior participação política. Nesse cenário, segundo Gomes e Maia (2008), entre os requisitos básicos de participação democrática deveriam estar presentes:

- a) um volume adequado de conhecimento político estrutural e circunstancial e um estoque de informações não distorcidas e relevantes, suficientes para habilitar o cidadão a níveis adequados de compreensão de questões, argumentos, posições e matérias relativas aos negócios públicos e ao jogo político;
- b) a possibilidade, dada aos cidadãos, de acesso a debates públicos já começados e também de iniciar novos debates [..];
- c) meios e oportunidades de participação em instituições democráticas ou grupos de pressão [..]
- d) a habilitação para e oportunidades eficazes de comunicação da esfera civil com os seus representantes [..] e para deles cobrar explicações e prestação de contas. (GOMES; MAIA, 2008, p.294).

Espera-se que todas as formas de ação política por parte da esfera civil possam ser realizadas pela Internet. Em relação ao julgamento do alcance, sentido, e forma dessa e-Democracia, Buchstein (1997) cita:

O que de fato, a internet significa para a democracia; o que, exatamente, *computerdemocracy* quer dizer é controverso e pouco claro. Enquanto alguns veem a internet como ferramenta de coleta de informações, outros destacam o seu potencial deliberativo. Outros enfatizam o seu papel no processo de formação da vontade política. Outros ainda a querem empregar como ferramenta para a produção de decisão política (...) Assim, alguns a veem como complementar à existente democracia representativa, enquanto outros defendem

mais radicalmente que os meios eletrônicos hão de superar muitos dos problemas de escala que fizeram da democracia direta um ideal impraticável. Para eles, a esperança é que os *town meetings* eletrônicos e a democracia de apertar botões, venham finalmente a substituir as velhas instituições da democracia representativa. (BUCHSTEIN, 1997, p.248).

Assim a e-Democracia promove uma série de vantagens, que para Gomes e Maia (2008) são:

Superação dos limites de tempo e espaço para participação política;
 Extensão e qualidade do estoque de informações *on-line*;
 Comodidade, conforto, conveniência e custo;
 Facilidade e extensão de acesso;
 Sem filtros nem controle;
 Interatividade e Interação;
 Oportunidades para vozes minoritárias ou excluídas. (GOMES; MAIA, 2008, pp.307-312)

As TICs são instrumentos que estão à disposição da sociedade civil e do Estado com várias possibilidades de interação, desde que as sociedades consigam retirar dela tudo o que é de vantajoso, tudo que a e-Democracia pode oferecer, e que para funcionar com eficiência e vitalidade necessita de recursos educacionais para as pessoas; a prática da conversação e da discussão de assuntos de interesse coletivo; e o engajamento em políticas institucionais.

2.3 Governo Eletrônico no Brasil e no Mundo

Em razão do grande avanço das TICs, das transformações econômicas, políticas e sociais que o mundo globalizado passa constantemente, faz-se necessário pensar e inovar novos modelos de gestão pública, atrelados como novos mecanismos, ferramentas, procedimentos e processos capazes de proporcionar condições favoráveis para a governança eletrônica, proporcionando uma melhor relação entre sociedade civil e as autoridades políticas, gerando uma alta complexidade das relações sociais, que se traduzem em demandas por serviços públicos em maior quantidade e com melhor qualidade.

Nesse aspecto Castells (2003) ilustra:

Esperava-se que a internet fosse um instrumento ideal para promover a democracia – e ainda se espera. Como dá fácil acesso à informação política, permite aos cidadãos ser quase tão bem informados quanto seus líderes. Com boa vontade do governo, todos

os registros públicos, bem como um amplo espectro de informação não sigilosa, poderiam ser disponibilizados on-line (CASTELLS, 2003, p.128).

Nesse estudo a concepção de *e-governance* fundamenta-se na teoria definida por Ruediger (2002):

O termo *e-governance* (governança eletrônica) centra-se em uma visão ampla de governabilidade, sinalizando como opera, trabalha e se organiza a sociedade à qual o governo deve assegurar o acesso e a participação em diversas redes de informação. Possui um sentido mais amplo e abarca o conceito de *e-government*, o qual teria como foco as tarefas gerenciais que conduzem à interação cidadania-governo. Do ponto de vista estritamente tecnológico, o e-gov visaria o cidadão como um ponto a conectar dentro de uma rede, enquanto a governabilidade eletrônica asseguraria o acesso e participação dos cidadãos individual e coletivamente dentro das redes governamentais (RUEDIGER, 2002, p. 6-7).

Filho e Carneiro (2008) complementam ao enfatizar que a governança eletrônica fundamenta-se no modo de condução da sociedade civil para buscar metas e interesses ao ver a possibilidade de uma reestruturação no arcabouço estatal por meio da participação da sociedade civil e, conseqüentemente, proporcionar uma aproximação entre o Estado e a sociedade.

Com essa aproximação criam-se novos canais de participação e comunicação entre governantes e governados, bem como parcerias entre instituições públicas e privadas, e “a ênfase está no aumento de poder social, ou seja, a inclusão e o fortalecimento dos não poderosos nos processos de tomada de decisão política, enquanto que a eficiência administrativa é considerada um objetivo subordinado” (FREY, 2000, p. 35).

As TICs constituem um aparato de ferramentas que possibilitam a criação de novos modelos de redes sociais e, conseqüentemente, de novos modelos de gestão. Para Frey (2000), as TICs atuam como catalisadores no processo de participação democrática na sociedade moderna.

Na sociedade contemporânea, o gestor público tem que deixar o mais transparente possível a sua gestão, e uma das premissas apresentadas por Torres (2007) acerca do *e-governance* refere-se ao fato de proporcionar transformações nos serviços, atos de governo e no relacionamento para com a sociedade:

Se uma cidade ou região puder oferecer todo o acesso à Internet a seus cidadãos, e estes passarem a ter como principal porta de

entrada para a web esse acesso, então uma afinidade de serviços, relacionamentos e oportunidades de integração Governo ↔ Sociedade pode surgir, criando efetivamente a sociedade desfronterizada, cujas consequências são ainda difíceis de prever, mas que, certamente, deverá provocar mudanças muito mais profundas do que aquelas trazidas pela era da Internet. (TORRES, 2007, p.29)

Para atender à demanda, a Internet e a comunicação midiática representam um forte canal de comunicação do gestor público para com os seus munícipes, em segmentos como a prestação de serviços, transparência das contas públicas, e como atração de turistas e investidores para a cidade. A comunicação é um processo-chave em qualquer organização, seja ela governamental, empresarial ou social.

Com relação ao processo de comunicação, Duarte (2012) cita que:

Chegamos à era em que a comunicação ocupa todos os espaços e penetra em todos os interstícios da vida, quase como o ar que respiramos. Nas suas múltiplas formas, pictórica, sonora, escrita, digital e analógica, interpessoal e de massa, a comunicação constitui o ambiente em que se forma o ser humano contemporâneo. (DUARTE, 2012, p. xi).

Os recursos mediáticos oriundos da revolução e inovação tecnológica estão cada vez mais presentes no dia a dia das pessoas, e o acesso à informação pode ocorrer em segundos. Para isso, basta ter um aparelho eletrônico, como computador, celular, *smartphone*, *tablet* etc. com acesso à internet, para acessar essa nova estrutura de comunicação e conseqüentemente as informações em tempo real.

A internet a ser utilizada pelo Estado, por meio dos portais oficiais, passa a ser elemento fundamental na divulgação de informações governamentais para a sociedade civil. Conforme Maia, Gomes e Marques (2011), na democracia moderna as redes digitais proporcionam mecanismos capazes de influir o aumento da participação política do cidadão, tornam o Estado mais transparente, fortalecem os processos de *accountability* e geram um ambiente propício para deliberações públicas.

No Brasil, segundo dados da PNAD (2014), o percentual de usuários com idade igual ou a superior a 10 anos que acessaram a internet rompeu a barreira dos 80 milhões de habitantes, passando de 31,9 milhões em 2005 para 83 milhões de acesso em 2012.

Quanto ao uso de Tecnologias de Informação e Comunicação tem-se, na Tabela 2, os dados relacionados ao acesso à internet no período de 2005 a 2012, de acordo com uma pesquisa realizada pelo Ibope, TIC Domicílios e PNAD.

Tabela 2: Pesquisa de Acesso à Internet

Milhões	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Fonte: PNAD	35,3	44,9	55,9	67,8	-	77,7	83,0
Fonte: TIC Domicílios	35,3	44,9	53,9	63	66,4	76,6	80,9
Fonte Ibope	35,3	44,9	55,9	67,9	73,9	79,9	94,2

Fonte: Teleco (2014)

Os dados apresentados pelo Ibope levaram em consideração pessoas com idade acima de 16 anos, e com acesso à internet em qualquer ambiente.

Outro fator importante a ser observado se dá em relação ao uso dos dispositivos móveis, como *tablets*, *smartphones* e celulares, que estão cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas, e são capazes de executar grande parte das ações realizadas em computadores pessoais, como navegação Web, Internet *Banking* e acesso a *e-mails* e redes sociais. Há no Brasil 247,2 milhões de celulares (TECNOLOGIA, 2013), e conforme o Ibope (2013), 52 milhões de pessoas têm acesso à *web* por meio desses dispositivos móveis, sendo que 20 milhões de usuários usam *smartphones*

No *ranking* de governo eletrônico, o Brasil ocupa a 59ª posição de 193 países avaliados no *ranking* 2012 da Organização das Nações Unidas (ONU), após subir duas posições em relação ao mesmo *ranking* realizado no ano de 2010 (UNPAN, 2014).

Outra pesquisa, conduzida pela *Waseda University* em parceria com a *International Academy of CIO*, divulgou em 25 de março de 2013 o *ranking* de governo eletrônico de 55 países (*WASEDA UNIVERSITY INTERNATIONAL E-GOVERNMENT RANKING*, 2013). A pesquisa usou sete indicadores para estabelecer o *ranking* de governo eletrônico. Cada indicador foi subdividido em subindicadores ou dimensões, totalizando 30 dimensões:

1º indicador - *Network Preparedness/Infrastructure*: destaca que a preparação da infraestrutura da rede é a base para a implementação efetiva do governo eletrônico;

- 2º indicador - *Management Optimization*: reflete o uso nas TICs para melhorar a gestão dos processos internos, medir a informatização e o nível de integração das TICs pelo Estado;
- 3º indicador - *Required Interface/Applications*: refere-se aos serviços que o Estado disponibiliza para os cidadãos e para as empresas;
- 4º indicador - *National Portal/Home Page*: mostra a importância da *Home Page* oficial do Estado como uma interface principal para as partes interessadas acessarem informações governamentais de forma eletrônica.

A Figura 1 mostra o *ranking* dos dez primeiros países nos quatro indicadores.

Network Preparedness		Management Optimization		Required Interface		National Portal	
No	Country	No	Country	No	Country	No	Country
1	Singapore	1	Korea	1	Finland	1	USA
2	Korea	2	Germany	2	Singapore	2	Singapore
3	USA	3	Singapore	2	USA	3	Finland
3	Finland	4	Netherlands	2	Taiwan	4	Netherlands
3	Japan	5	USA	5	Korea	4	Japan
3	Denmark	6	New Zealand	6	UK	4	Korea
3	UK	7	Estonia	7	Netherlands	4	Sweden
8	Switzerland	8	Finland	8	Japan	4	UAE
8	Sweden	9	UK	8	Canada	9	UK
10	Netherland	10	Japan	8	Australia	9	Estonia

Figura 1: *Ranking* dos países - quatro indicadores

Fonte: WasedaUniversity (2013)

- 5º indicador - *Government Chief Information Officer (CIO)*, mostra a importância da presença de CIO no governo, haja vista que é responsável pelo alinhamento estratégico com investimentos em TICs com o intuito de alcançar uma harmonia entre as estratégias de negócios, a reforma organizacional, e a reforma da gestão;
- 6º indicador - *eGovernment Promotion*, julga o grau de desenvolvimento de cada ação de promoção de *e-Government*; e
- 7º indicador - *eParticipation*, é a participação dos cidadãos nos atos de governo e de governança apoiadas pelas TIC's.

A Figura 2 mostra o *ranking* dos dez primeiros países nesses três indicadores.

CIO		e-Government Promotion		e-Participation	
No	Country	No	Country	No	Country
1	Singapore	1	Singapore	1	Korea
1	USA	1	Korea	1	Australia
1	Korea	3	USA	1	Singapore
4	Finland	3	Finland	1	Finland
5	Sweden	5	UK	1	USA
5	Japan	5	Japan	1	Sweden
7	UK	7	Norway	7	UK
8	Taiwan	8	Sweden	8	Canada
8	Thailand	9	Denmark	8	Germany
10	Denmark	9	Canada	8	Denmark

Figura 2: *Ranking* dos países por indicador
 Fonte: WasedaUniversity (2013)

A Figura 3 mostra o *ranking* final dos 55 países pesquisados. O Brasil está na 33ª posição, e na América do Sul está à frente do Chile, que ocupa a 39ª posição.

No	Final Rankings	Score	No	Final Rankings	Score	No	Final Rankings	Score
1	Singapore	94.00	20	France	69.49	39	Chile	54.87
2	Finland	93.18	20	Thailand	69.49	40	Indonesia	53.05
3	USA	93.12	22	Portugal	69.11	41	Philippines	50.88
4	Korea	92.29	23	Turkey	67.10	42	Romania	49.72
5	UK	88.76	24	Malaysia	66.26	43	Argentina	49.23
6	Japan	88.30	25	Hong Kong	66.12	44	Pakistan	47.25
7	Sweden	87.80	26	Spain	65.89	45	Venezuela	47.20
8	Denmark	83.52	27	China	65.69	46	Peru	46.56
8	Taiwan	83.52	28	Mexico	64.24	47	Nigeria	45.20
10	Netherlands	82.54	29	UAE	63.34	48	Egypt	44.11
11	Australia	82.10	30	India	62.77	49	Kazakhstan	37.27
12	Canada	81.78	31	Brunei	60.89	50	Georgia	34.98
13	Switzerland	81.33	32	Israel	60.25	51	Cambodia	33.52
14	Germany	80.08	33	Brazil	59.88	52	Fuji	32.65
15	Italy	79.11	34	Russia	59.32	53	Tunisia	31.33
16	New Zealand	77.29	35	Macau	58.65	54	Iran	30.77
17	Norway	75.53	36	South Africa	57.77	55	Uzbekistan	30.35
18	Belgium	72.01	37	Vietnam	55.42			
19	Estonia	71.76	38	Czech	55.06			

Figura 3: *Ranking* final dos países
 Fonte: WasedaUniversity (2013).

A lista elaborada pela ONU leva em consideração a capacidade e a vontade do setor público de implantar tecnologia de informação e da comunicação para

melhorar o conhecimento e a disseminação da informação em benefício dos cidadãos.

A capacidade é demonstrada pelos esforços financeiros, de infraestrutura, de capital humano e também pelo poder regulatório e administrativo do Estado. Em nível de Brasil, as regulamentações ocorreram a partir da promulgação da Constituição de 1988, consolidada pela Lei de Acesso à Informação.

O Governo Eletrônico brasileiro tem como princípio a utilização das TICs como instrumento para o processo de democratização do acesso à informação; ampliar debates; e dinamizar a prestação de serviços públicos à sociedade civil, com foco na efetividade dos processos governamentais.

Obedece a um conjunto de normas, atuando em três frentes fundamentais: junto ao cidadão; na melhoria da gestão interna; e na integração com parceiros e fornecedores, e fundamenta-se na transformação das relações do Governo para com a sociedade civil (GOV.Br, 2014). A vontade, por sua vez, é expressa pelo desejo e pelo compromisso do governo de prover informação e conhecimento de modo a empoderar os cidadãos, fato que permite uma participação da sociedade nos atos governamentais.

A pesquisa sobre governo eletrônico, realizada pela ONU, como lembra a entidade em sua página na internet, engloba o contexto econômico e social dos países. A ONU reforça uma maior ênfase no estabelecimento de vínculos institucionais, com o objetivo de repensar os termos de governo eletrônico, uma estrutura capaz de criar uma sinergia para o desenvolvimento sustentável.

A Coreia do Sul lidera o *ranking* de governo eletrônico. Os Estados Unidos ocupam o 5º lugar, e na América do Sul o Chile é o 39º, seguido pela Colômbia (43º), Uruguai (50º), Argentina (56º) e Brasil (59º).

A Tabela 3 mostra o *ranking* de e-Gov na América do Sul, conforme dados informados pela ONU e a evolução do governo eletrônico dos países da América do Sul de 2010 para 2012, com destaque para o Brasil e Suriname, que subiram de posição no *ranking* em 2012, já que os demais países apresentaram quedas significativas no mesmo período.

Tabela 3: *Ranking e-GovAmerica do Sul*

Country	E-Government 2012	Rank 2012	Rank 2010	Rank Change
 Chile	0.6769	39	34	-5 ↓
 Colombia	0.6572	43	31	-12 ↓
 Uruguay	0.6315	50	36	-14 ↓
 Argentina	0.6228	56	48	-8 ↓
 Brazil	0.6167	59	61	+2 ↑
 Venezuela	0.5585	71	70	-1 ↓
 Peru	0.5230	82	63	-19 ↓
 Ecuador	0.4869	102	95	-7 ↓
 Paraguay	0.4802	104	101	-3 ↓
 Bolivia	0.4658	106	98	-8 ↓
 Guyana	0.4549	109	106	-3 ↓
 Suriname	0.4344	116	127	+11 ↑

Fonte: Unpan (2014)

Em conformidade com as duas pesquisas apresentadas, para atender às necessidades propostas para o Governo Eletrônico Brasileiro, Gov.br (2014), destaca-se que faz-se necessária a presença da interoperabilidade entre todos os elementos que fazem parte do sistema. Para atender a essas demandas definiram-se padrões:

e-PING - Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - Conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de informação e comunicação (TIC) na interoperabilidade de Serviços de Governo Eletrônico, estabelecendo as condições de interação com os demais poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral. A arquitetura e-PING possibilita que os sistemas de informação com arquiteturas diferentes e desenvolvidos em épocas distintas possam

gerar e trocar informações em tempo real. A cada ano, após consulta pública junto à sociedade, uma nova versão do documento é publicada. (GOV.BR, 2014)

e-PWG - Cartilhas com recomendações sobre usabilidade, redação, codificação, manutenção e arquitetura de informação e desenho que orientam o desenvolvimento de páginas, sítios e portais do Governo Federal, tornando mais fácil a navegação e a acessibilidade de pessoas com necessidades especiais que procuram os serviços eletrônicos disponíveis nos sítios e portais por outros canais além da Internet. (GOV.BR, 2014)

e-MAG - Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico - recomendações a serem consideradas pelos desenvolvedores de conteúdo para que o processo de acessibilidade dos sítios e portais do governo brasileiro seja conduzido de forma padronizada e de fácil implementação. (GOV.BR, 2014)

O Quadro 3 descreve, resumidamente, o conteúdo das cartilhas oferecidas pelo governo referentes aos padrões Web e-GOV.

CARTILHA	DESCRIÇÃO
Cartilha de Codificação	Detalha recomendações de boas práticas em codificação que orientem as equipes no desenvolvimento de sítios, portais e serviços de governo eletrônico com o propósito de torná-los identificáveis, portáteis, relevantes, acessíveis e efetivos à população.
Guia de Administração	Oferece subsídios para a concepção, desenvolvimento, manutenção e administração de sítios de governo eletrônico na esfera federal em termos de manutenção e evolução, comunicação e divulgação, monitoramento e efetividade do sítio.
Cartilha de Usabilidade	Detalha recomendações de boas práticas que envolvem a usabilidade a partir dos critérios de acessibilidade, navegabilidade e padronização visual.
Cartilha de Redação Web	Oferece subsídios para a tarefa de elaborar informação clara, estruturada e eficaz para o meio digital.

Quadro 3: Padrões Web e-GOV
Fonte: GOV.BR (2014).

Nesse viés, outros estudos apontam que nos portais governamentais oficiais devem estar fundamentos dos requisitos democráticos, que segundo Maia, Gomes e Marques (2011) são: publicidade; responsividade e porosidade. O primeiro faz com que o Estado seja mais transparente para a sociedade; o segundo de torná-lo mais dialógico; e o terceiro de torná-lo mais aberto à opinião pública.

Silva (2009) considera que a interface digital do Estado deve estar sustentada no tripé publicidade, responsividade, e porosidade:

Em linhas gerais, pensar o problema da publicidade significa pensar em um tipo de constrangimento ao qual o Estado democrático está submetido. Significa dizer que, no horizonte de uma democracia forte, o Estado está obrigado a ser transparente [...] e seus atos devem ser potencialmente objeto da esfera pública. (SILVA, 2009, p. 117).

Quando se fala de responsividade no sistema democrático, o algo ou alguém é o Estado e seus agentes que respondem sobre temas e demandas de interesse público (alguma coisa) para seus mandantes, a esfera civil (outrem). Sob o prisma da comunicação política, responsividade (responsiveness) significa que o cidadão produziu um input direcionado a obter uma resposta específica, e o Estado produziu um output que tenta responder a essa demanda. (SILVA, 2009, p. 125).

Este é um requisito democrático que tenta refletir, de modo mais concreto, os anseios da soberania popular, servindo como canal para captar as demandas e os posicionamentos da opinião pública e transformar estes inputs em decisão política. (SILVA, 2009, p. 136).

Para os autores Maia, Gomes e Marques (2011), dentre os requisitos democráticos apresentados, o que mais se aplica aos *sites* governamentais é a publicidade, embora os três elementos devam funcionar de forma integrada e sistêmica.

Para que um portal governamental seja completo, faz-se necessário sustentar de forma concomitantemente a publicidade, a responsividade e a porosidade. Segundo Silva (2009), para a interface digital do Estado ser completa, ela precisa funcionar de maneira integrada e sistêmica:

Assim, para um portal governamental ser completo, precisa não apenas dispor de conteúdo qualificado a ponto de dar maior transparência às atividades dos agentes do Estado e cumprir o requisito da publicidade. Precisa, concomitantemente, sustentar canais robustos de diálogo com os cidadãos (responsividade) e propiciar modos de incorporar a opinião destes nos processos de decisão política (porosidade). (SILVA, 2011, p. 134).

Maia, Gomes e Marques (2011) destacam que há diferentes formas de materialização de cada um desses elementos. É possível identificar a existência de cinco tipos, ou nível qualitativo, de relações comunicativas por meio dos quais os três requisitos podem ser mediados, a saber: utilitária, informativa, instrutiva, argumentativa e decisória. A relação entre os três requisitos democráticos e os cinco

níveis de relação comunicativa, conforme Silva (2009), estão representados em quadros para uma melhor sistematização e visualização.

O Quadro 4 representa o tipo de relação comunicativa **utilitária**.

Tipo de Relação Comunicativa (ou Nível)	Requisitos Democráticos		
	PUBLICIDADE	RESPONSIVIDADE	POROSIDADE
Utilitária	Tornar o Estado mais visível/transparente ao cidadão através de uma relação instrumental (quando a interface opera para gerar um serviço um produto com fim em si mesmo).	Tornar o Estado mais responsivo ao cidadão através de uma relação instrumental (quando a interface opera para gerar um serviço ou produzir um produto com fim em si mesmo).	Tornar o Estado mais suscetível ao cidadão através de uma relação instrumentalidade (quando a interface opera para gerar um serviço ou um produto com fim em si mesmo).
	Direção principal do fluxo: output do Estado	Direção principal do fluxo: input no / output do Estado	Direção principal do fluxo: Input no Estado
	Exemplos: ferramentas de busca; mapa do site; índices remissivos; manual de uso do portal; etc.	Exemplos: serviços possíveis de serem realizados através da comunicação mediada; emissão de documentos burocráticos; pagamento <i>on-line</i> , etc.	Exemplos: ferramentas de coleta de preferências de perfis, ou dispositivos de monitoramento do usuário na rede.

Quadro 4: Plano geral dos requisitos democráticos e a dimensão utilitária

Fonte: Silva (2009)

O Quadro 5 representa o tipo de relação comunicativa **informativa**.

Tipo de Relação Comunicativa (ou Nível)	Requisitos Democráticos		
	PUBLICIDADE	RESPONSIVIDADE	POROSIDADE
Informativa	Tornar o Estado mais visível/transparente ao cidadão através de uma relação informativa (informação enquanto mensagem).	Tornar o Estado mais responsivo ao cidadão através de uma relação informativa (informação enquanto mensagem).	Tornar o Estado mais suscetível ao cidadão através de uma relação informativa (informação enquanto mensagem)
	Direção principal do fluxo: output do Estado	Direção principal do fluxo: input no / output do Estado	Direção principal do fluxo: input no Estado
	Exemplos: notícias, propagandas, informativos, oficial, etc.	Exemplos: ferramentas de e-mail, formulário para tirar dúvidas ou solicitar resposta, ou até mesmo chats com este mesmo fim, desde que sejam privados (ou seja, entre o indivíduo e o agente) etc.	Exemplos: sondagens de opinião ou questionários de marcação objetiva e mecanismos afins.

Quadro 5: Plano geral dos requisitos democráticos e a dimensão informativa

Fonte: Silva (2009)

O Quadro 6 representa o tipo de relação comunicativa **instrutiva**.

Tipo de Relação Comunicativa (ou Nível)	Requisitos Democráticos		
	PUBLICIDADE	RESPONSIVIDADE	POROSIDADE
Instrutiva	Tornar o Estado mais visível ao cidadão através de uma relação instrutiva.	Tornar o Estado mais responsivo ao cidadão através de uma relação instrutiva.	Tornar o Estado mais suscetível ao cidadão através de uma relação instrutiva.
	Direção principal do fluxo: output do Estado	Direção principal do fluxo: input no / output do Estado	Direção principal do fluxo: input no Estado
	Exemplos: textos ou ferramentas sobre história e organização da instituição; hotspots educativos para crianças; páginas que esclareçam o funcionamento; organização; administração; etc.	Exemplos: fóruns on-line, chats ou lista de discussão públicos, voltados para esclarecer uma campanha, um projeto, uma ação ou o próprio funcionamento do Estado; etc.	Exemplos: formulários <i>on-line</i> ou ferramentas similares voltadas para colher a opinião textual (instruída) do cidadão sobre um projeto, uma ação ou uma atividade do Estado.

Quadro 6: Plano geral dos requisitos democráticos e a dimensão instrutiva
Fonte: Silva (2009)

O Quadro 7 representa o tipo de relação comunicativa **argumentativa**.

Tipo de Relação Comunicativa (ou Nível)	Requisitos Democráticos		
	PUBLICIDADE	RESPONSIVIDADE	POROSIDADE
Argumentativa	Tornar o Estado mais visível/transparente ao cidadão através de uma relação argumentativa.	Tornar o Estado mais responsivo ao cidadão através de uma relação argumentativa.	Tornar o Estado mais suscetível ao cidadão através de uma relação argumentativa.
	Direção principal do fluxo: output do Estado	Direção principal do fluxo: input no Estado/ output do Estado	Direção principal do fluxo: input no Estado
	Exemplos: textos ou ferramentas na forma de documentos, relatórios, dossiês, programas, balancetes, prestação de contas, documentos integrais sobre ato do agente do Estado, etc.	Exemplos: fóruns <i>on-line</i> , chats ou listas de discussão públicos ou outras ferramentas dialógicas de cunho deliberativo, ou seja, que tenham uma decisão ou um conflito de fundo e que o Estado prontifique a dar justificativas ou razões públicas sobre o tema.	Exemplos: formulários <i>on-line</i> , ou ferramentas similares, voltados para colher propostas discursivamente estruturadas que visam ser subsídios a serem levados em conta no processo de produção da decisão política

Quadro 7: Plano geral dos requisitos democráticos e a dimensão argumentativa
Fonte: Silva (2009)

O Quadro 8 representa o tipo de relação comunicativa **decisória**.

Tipo de Relação Comunicativa (ou Nível)	Requisitos Democráticos		
	PUBLICIDADE	RESPONSIVIDADE	POROSIDADE
Decisória			Tornar o Estado mais suscetível ao cidadão através de uma relação imperativa, isto é, baseada no recebimento de posições que, somadas, são tratadas como ordem, tomada de decisão.
			Direção principal do fluxo: input
			Exemplos: voto, plebiscito, referendo mediados por ferramentas de comunicação

Quadro 8: Plano geral dos requisitos democráticos e a dimensão decisória
Fonte: Silva (2009)

De acordo com as definições adotadas nos quadros anteriores, e conforme Silva (2009), é possível estabelecer uma mediação entre os requisitos democráticos com as dimensões transversais aplicadas a cada um deles.

3 MÉTODO

Para Marconi e Lakatos (2009), a escolha do método da pesquisa relaciona-se com o problema a ser estudado, e tanto os métodos quanto as técnicas devem adequar-se ao problema, objeto de estudo.

o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista. (MARKONI; LAKATOS, 2009, p. 83).

Não existe um método único e totalmente apropriado a ser aplicado a qualquer estudo. O que existe é a adequação dos recursos, o acesso às informações e às habilidades dos pesquisadores para entender de forma ampla os objetivos da pesquisa e, assim, estabelecer um método adequado para a construção do conhecimento.

Para Cervo e Bervian (2002), a pesquisa:

é uma atividade voltada para a solução de problemas teóricos e práticos com o emprego de processos científicos. A pesquisa parte, pois, de uma dúvida ou problema e, com o uso do método científico, busca uma resposta ou solução. (CERVO; BERVIAN, 2002, p.63)

Markoni e Lakatos (2009) complementam os conceitos apresentados ao descrever que a pesquisa:

é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais. (MARKONI; LAKATOS. 2009, p. 157).

A pesquisa quanto ao seu objetivo pode ser descritiva, exploratória ou ambas. Cervo e Bervian (2002, p. 69) definem que “os estudos exploratórios não elaboram hipóteses a serem testadas no trabalho, restringindo-se a definir objetivos e buscar maiores informações sobre determinado assunto de estudo”. (CERVO, BERVIAN, 2002, p.69)

Para Marconi e Lakatos (2009), o levantamento de dados “é feito de duas maneiras: pesquisa documental, ou fontes primárias, e pesquisa bibliográfica, ou fontes secundárias” (MARCONI, LAKATOS, 2009, p.176). Para os autores:

a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos , escritos ou não.[...] A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses [...]. (MARCONI, LAKATOS, 2009, pp. 176, 185)

Neste estudo optou-se pela pesquisa de caráter exploratório/descritivo, de abordagem qualitativa, com coleta de dados bibliográfica, documental e com consultas de documentos em *sites* oficiais governamentais.

3.1 Tipo de pesquisa

Conforme conceitos apresentados, esta pesquisa caracteriza-se como descritiva e exploratória, qualitativa, e com delineamento bibliográfico e documental.

- Descritiva: porque descreve a atuação da gestão pública municipal na disponibilização de informações públicas para a sociedade.
- Exploratória: por entender-se que o tema aborda uma área do conhecimento ainda pouco estudada e, conseqüentemente, carente de análises mais detalhadas.
- Qualitativa: porque apresenta como objetivo a análise de situações particulares, e o objeto de estudo são os municípios da microrregião do sudoeste goiano.
- Bibliográfica: por estabelecer um referencial teórico para a sustentação dos conceitos a serem apresentados.
- Documental: pelo fato de os documentos consultados fazerem parte dos *sites* oficiais governamentais da União, do Distrito Federal, Estados e Municípios.

3.2 População e amostra

Marconi e Lakatos (2009) conceituam

universo ou população é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum [...]. A delimitação do universo consiste em características comuns, como por exemplo, sexo, faixa etária, organização a que

pertencem, comunidade onde vivem etc. (MARCONI, LAKATOS, 2009, p. 225)

O universo de estudo desta pesquisa são os 26 municípios que integram a microrregião do sudoeste goiano, de acordo com o IBGE (2012).

3.3 Instrumento(s)

Para alcançar os objetivos deste estudo foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental, com base nos padrões *Web*, em governo eletrônico, e nos conceitos apresentados por Silva (2009), referentes à publicidade, responsividade e porosidade.

Também foi preenchido um formulário, que se encontra no Anexo A, subdividido em cinco dimensões, totalizando 38 critérios que foram analisados em cada *site* dos municípios da região do sudoeste goiano. O formulário para análise dos *sites* governamentais municipais encontra-se no Anexo A, e foi preenchido com dados obtidos mediante a navegação *on-line*, em cada *site* analisado.

Para realizar o estudo comparativo entre os portais dos municípios analisados foi adotada uma planilha eletrônica, alimentada com o seguinte sistema de pontuação: para cada critério encontrado foi atribuído um ponto para o requisito na devida dimensão.

De acordo com as especificações de Silva (2009) e dos padrões *Web* de Governo Eletrônico Brasileiro, se foi encontrado no *site* o critério Mapa do Site, por exemplo, que é um critério da dimensão navegabilidade, pertencente ao quadrante da publicidade utilitária, foi contabilizado um ponto para esse quadrante. Dessa forma, a pontuação máxima para as dimensões navegabilidade, informações governamentais, serviços, controle público e participação serão, respectivamente, iguais a sete, 14, três, três, e 11 pontos.

A seguir tem-se uma sequência de quadros, que identificam a dimensão, a descrição dos critérios, o requisito democrático, o nível de comunicação e a justificativa.

O Quadro 9 define a dimensão Navegabilidade e seus critérios:

NAVEGABILIDADE			
Descrição	Requisito Democrático	Nível	Justificativa
Mecanismos de Busca	Publicidade	Utilitário	Tornar o Estado mais visível ao cidadão; facilitar o processo de acesso à informação além de atender as especificidades referentes à Lei de Acesso à Informação.
Mecanismos de Ajuda			
Mapa do Site			
Link para Página Inicial			
Manual de Uso do Site			
Suporte a Outros Idiomas	Publicidade	Instrutivo	
Disponibilidade de Links Governamentais	Publicidade	Instrutivo	O Acesso direto à informação é um elemento fundamental para o desenvolvimento, conforme apontado por Sem (2000), tornando o Estado mais transparente para a sociedade.

Quadro 9: Dimensão Navegabilidade (Sete Critérios)

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

O Quadro 10 define a dimensão Serviços:

SERVIÇOS			
Descrição	Requisito Democrático	Nível	Justificativa
Atendimento <i>On-line</i>	Responsividade	Instrutivo	A oferta de serviços <i>on-line</i> representa facilitação do acesso aos serviços, muitos dos quais incluídos nas liberdades instrumentais apontadas por Sen (2000).
Emissão de Documentos Oficiais		Utilitário	
Fale Conosco	Porosidade	Informativo	

Quadro 10: Dimensão Serviços (Três Critérios)

Fonte: dados da Pesquisa (2014)

O Quadro 11 define a dimensão Controle Público:

CONTROLE PÚBLICO			
Descrição	Requisito Democrático	Nível	Justificativa
Arrecadação	Publicidade	Argumentativo	A disponibilização de contas públicas tem relação direta com a transparência, também apontada por Sen (2000).
Aplicação Financeira dos Recursos			
Gastos Públicos			

Quadro 11: Dimensão Controle Público (Três Critérios)

Fonte: dados da pesquisa (2014)

O Quadro 12 define a dimensão Informações Governamentais:

INFORMAÇÕES GOVERNAMENTAIS			
Descrição	Requisito Democrático	Nível	Justificativa
Econômicas	Publicidade	Informativo	Interagir com públicos distintos por meio de mensagens informativas com a finalidade de tornar o Estado mais transparente, demonstrando o reconhecimento da diversidade de atores sociais
Culturais			
Turísticas			
Históricas			
Geográficas			
Étnicas			
Legislações	Publicidade	Instrutivo	Acesso e direito à informação é elemento essencial para o desenvolvimento, conforme Sen (2000).
Públicos Contemplados	Publicidade	Informativo	O diálogo com públicos distintos demonstra o reconhecimento da diversidade dos atores sociais.
Agenda Governantes	Publicidade	Informativo	Conhecer a agenda dos governantes e as autoridades responsáveis pela gestão de cada departamento facilita o processo de comunicação e amplia o diálogo entre municípios e governo.
Autoridades Responsáveis			
Programas Governamentais	Publicidade	Argumentativa	O detalhamento das ações governamentais também relaciona-se com a transparência do Estado e é um indicador de gestão democrática
Notícias / Painel - Ações governamentais decididas e a serem decididas			
Inclusão Digital	Responsividade	Instrutivo	O processo de inclusão digital fortalece a transparência dos atos de governo, e também amplia o acesso a serviços públicos por meio das tecnologias de informação e comunicação, que de acordo com Sen (2000), promove o desenvolvimento.
Perguntas e Respostas	Responsividade	Informativo	Busca estabelecer uma relação baseada no ato de informar, mediante resposta individual sob a forma de mensagem.

Quadro 12: Dimensão Informações Governamentais (14 critérios)
 Fonte: dados da Pesquisa (2014)

O Quadro 13 define a Dimensão Participação:

PARTICIPAÇÃO			
Descrição	Requisito Democrático	Nível	Justificativa
Sistema de Votação <i>On-line</i>	Porosidade	Decisório	A divulgação de instrumentos institucionalizados de participação popular na gestão pública, tais como audiências públicas ou formulários <i>on-line</i> ou ferramentas similares voltadas para colher propostas discursivamente estruturadas que visam ser subsídios a serem levados em conta no processo de produção da decisão política, é um indicador de gestão democrática.
Agenda Decisória		Argumentativo	
Espaço para debates e incorporação de estudos			
Comentar Notícias		Informativo	
Espaço para formular textos legislativos		Argumentativo	
Acompanhar Discussões / Debates	Responsividade	Argumentativo	
Fóruns Temáticos	Responsividade	Instrutivo	O diálogo com públicos distintos demonstra o reconhecimento da diversidade de atores sociais, e também o uso interativo e livre de controle de conteúdo, as redes sociais e <i>blogs</i> concretizam o diálogo equitativo entre as partes - governantes e munícipes
Salas de Bate-Papo			
Biblioteca Virtual	Publicidade	Instrutivo	
Uso de Redes Sociais		Utilitário	
Envio por <i>e-mail</i>	Responsividade	Informativo	

Quadro 13: Dimensão Participação (11 Critérios)

Fonte: dados da pesquisa (2014)

3.4 Plano para coleta de dados

Para a coleta de dados, conforme Marconi e Lakatos(2009), foram adotadas as seguintes técnicas: coleta documental; análise de conteúdo; e formulários. Mediante navegação *on-line* tornou-se possível a prospecção de dados nos *sites* e *links* existentes em cada portal municipal.

A partir dessa navegação orientada nos *sites*, foi preenchido o formulário, conforme Anexo A, para cada um dos *sites* pesquisados, que são os portais oficiais das prefeituras dos municípios da região do sudoeste goiano. A seguir a planilha foi alimentada conforme os critérios já estabelecidos nos instrumentos de coleta de dados (ANEXO B).

3.5 Plano para análise de dados

Para Markoni e Lakatos(2009), a análise dos dados coletados tenta evidenciar as relações existentes entre o objeto de estudo e outros fatores. A partir dessa percepção, a análise dos dados foi realizada confrontando os dados coletados de todos os municípios no que se refere à disponibilização de informações da gestão pública, por meio do uso dos serviços e recursos oferecidos pelas TICs, fundamentados nos manuais do Governo Eletrônico Brasileiro e dos três requisitos democráticos: publicidade, responsividade e porosidade

De acordo com Silva (2009), os três requisitos democráticos exigidos para os portais governamentais podem se articular entre os níveis utilitário, informativo, instrutivo, argumentativo e decisório, assim é possível realizar um cruzamento dos requisitos democráticos com as suas dimensões transversais.

Há formulários estruturados a partir dos conceitos apresentados por Silva (2009), que a partir dos dados coletados estabeleceu uma escala, identificando o nível qualitativo de requisito democrático no qual o portal se encontra. Com esses dados analisados foi possível estabelecer uma comparação entre os *sites* dos municípios objetos de estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Caracterização da Região

O uso da infraestrutura, recursos e serviços oferecidos pelas TICs é um meio adequado para que a gestão pública municipal possa disponibilizar informações para a população, que é um aspecto fundamental da gestão participativa.

Com o uso da base metodológica exposta nesta dissertação, o estudo foi realizado no período de 5 de março de 2014 a 4 de junho de 2014, com o intuito de responder todas as questões referentes aos requisitos democráticos, no que se refere à disponibilização das informações sobre a gestão pública à sociedade por meio das TICs, de maneira que gestão pública municipal seja democrática e participativa.

A análise foi feita a partir da verificação dos *sites* oficiais dos municípios, observando-os, e às formas como incorporam os elementos exigidos pela legislação vigente. Durante a navegação pelos *sites* foi constatado que todos eles apresentam *links* complementares, pois direcionam o usuário a outros serviços e *sites* especiais, tais como ouvidoria, portal da transparência, tribunal de contas do município, imprensa oficial, e portal Brasil, entre outros.

Esse aspecto é relevante no estudo, por apontar uma ação estratégica dos governos com relação ao que se tem estabelecido nos preceitos do Governo Eletrônico Brasileiro e na legislação. Ressalta-se que os critérios selecionados condizem com a legislação vigente no Brasil e, também, com as possibilidades tecnológicas existentes, as quais corroboram como meios facilitadores nos processos participativos entre o Estado e a sociedade civil, e como ferramentas fundamentais e essenciais para a disponibilização de informações referentes à gestão pública para os cidadãos.

O Estado de Goiás está subdividido em dez regiões, denominadas regiões de planejamento: norte goiano, nordeste goiano, noroeste goiano (Estrada do boi), centro goiano (Eixo BR-153, entorno do Distrito Federal), oeste goiano (Eixo GO-060, Metropolitana de Goiânia), sudoeste goiano, sul goiano e sudeste goiano (Estrada de Ferro). A Figura 4 assinala em verde a região do sudoeste goiano, que é o objeto de estudo desta dissertação.



Figura 4: Regiões de Planejamento (GO)
Fonte: SEPLAN (2014)

Segundo a Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás (SEGPLAN), os 26 municípios da região do sudoeste goiano são os representados na Figura 5.

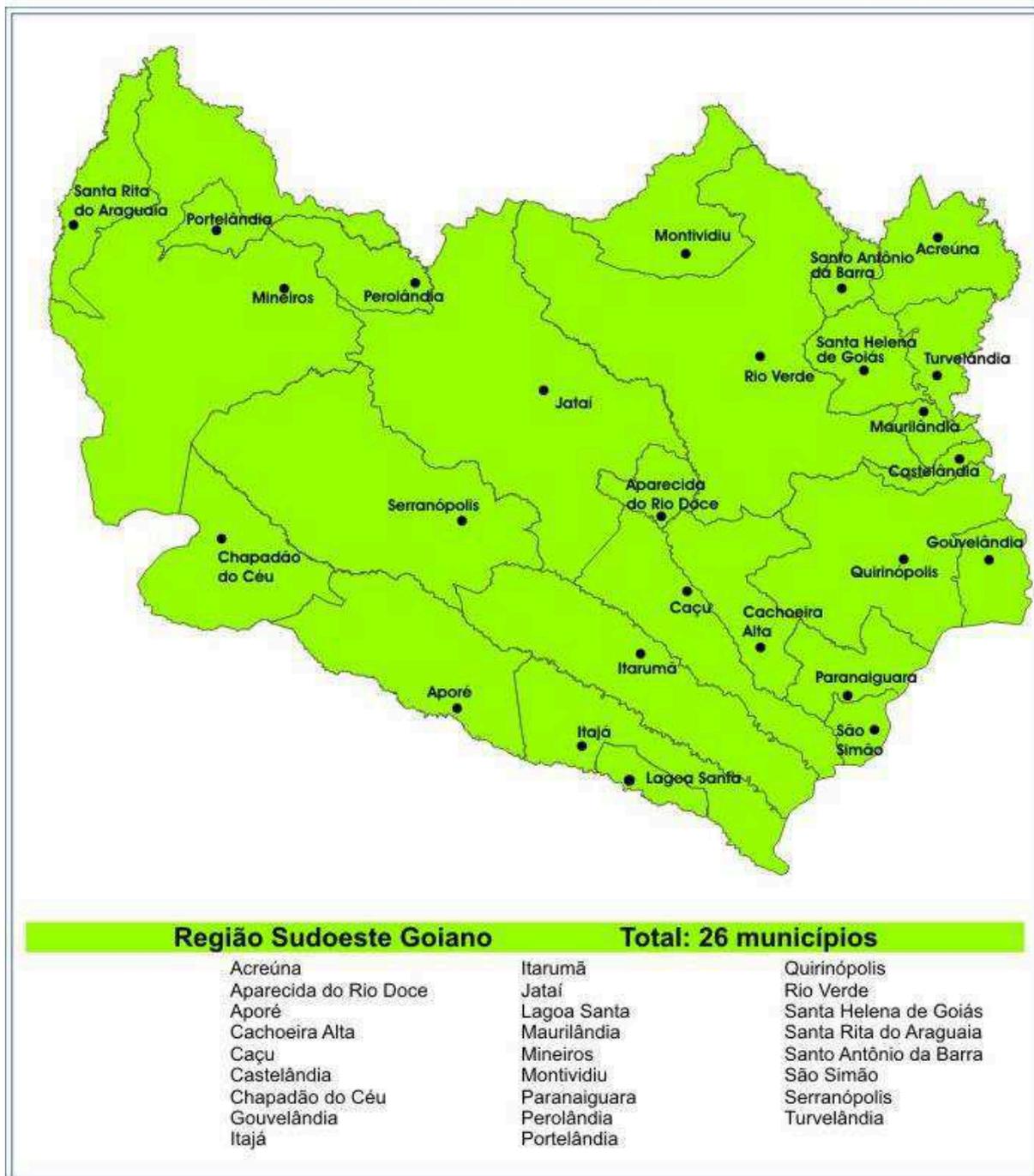


Figura 5: Municípios da Região Sudoeste Goiano
Fonte: SEPLAN (2014)

A Tabela 4 mostra a evolução do Produto Interno Bruto Municipal (PIB) e da população dos municípios do sudoeste goiano. Segundo Seplan (2014), no que se refere à classificação dos municípios, dos dez maiores municípios em termos de PIB, três deles fazem parte da região do sudoeste goiano: Rio Verde, Jataí e São Simão, que ocupam o quarto, oitavo e o décimo lugar no *ranking* do PIB municipal, respectivamente.

Tabela 4: Produto Interno Bruto e População

Municípios	2010		2011	
	PIB (R\$ 1000,00)	População	PIB (R\$ 1000,00)	População
Acreúna	269.558,50	20.283	397.281,45	20.431
Aparecida do Rio Doce	38.363,01	2.433	38.667,23	2.429
Aporé	77.904,94	3.811	85.947,43	3.832
Cachoeira Alta	137.402,16	10.539	126.701,74	10.700
Caçu	187.190,75	13.279	239.745,93	13.491
Castelândia	59.860,34	3.638	69.161,23	3.620
Chapadão do Céu	682.159,65	7.004	622.376,10	7.249
Gouvelândia	92.730,85	4.948	140.591,53	5.022
Itajá	65.623,43	5.066	64.363,78	5.017
Itarumã	114.575,69	6.298	116.393,83	6.366
Jataí	2.142.102,72	88.048	2.416.423,68	88.970
Lagoa Santa	17.975,77	1.259	19.364,97	1.280
Maurilândia	99.217,97	11.516	134.019,04	11.717
Mineiros	1.059.046,94	52.964	1.163.204,41	54.003
Montividiu	335.479,70	10.576	444.378,63	10.790
Paranaiguara	93.373,47	9.119	119.764,43	9.170
Perolândia	206.859,70	2.950	169.662,01	2.963
Portelândia	111.919,17	3.839	132.149,78	3.850
Quirinópolis	772.315,16	43.243	916.583,85	43.735
Rio Verde	4.160.500,54	176.502	5.526.024,05	181.020
Santa Helena de Goiás	537.857,03	36.459	664.251,54	36.617
Santa Rita do Araguaia	61.889,77	6.928	67.537,65	7.066
Santo Antônio da Barra	72.817,08	4.430	117.174,50	4.452
São Simão	1.382.123,17	17.086	1.455.611,98	17.360
Serranópolis	195.873,89	7.477	198.669,69	7.561
Turvelândia	193.625,88	4.399	253.215,45	4.467

Fonte: Adaptado de SEPLAN (2014)

De acordo com Seplan(2014) o PIB *per capita* do Estado de Goiás alcançou, no ano de 2011, o patamar de R\$ 18.298,59. No que se refere à classificação dos municípios, dos dez maiores municípios em termos de PIB *per capita*, cinco deles fazem parte da região do sudoeste goiano: Chapadão do Céu, São Simão, Perolândia, Turvelândia, Montividiu, que ocupam o segundo, terceiro, quinto, sexto e o décimo lugar no *ranking* do PIB *per capita*, respectivamente. O Gráfico 3 mostra o PIB *per capita* municipal para os anos de 2010 e 2011.

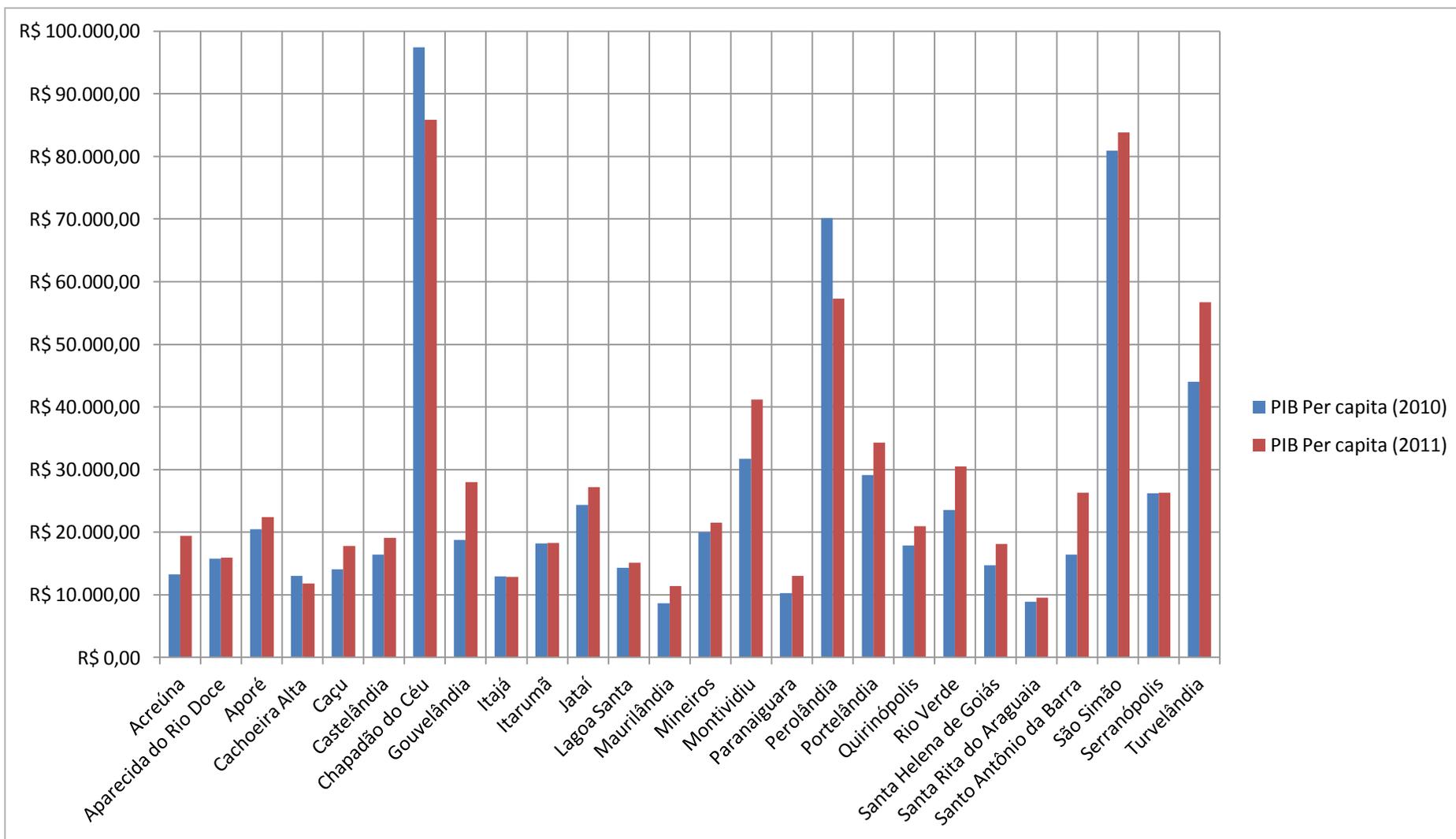


Gráfico 3: PIB per Capita

Fonte: Adaptado de SEPLAN (2014)

4.2 Análise dos Sites Oficiais dos Municípios do Sudoeste Goiano

The screenshot shows the website of the Municipality of Acreúna. The browser address bar displays www.acreunagoias.com.br. The main header includes the logo of the Municipality of Acreúna with the slogan "Justiça com liberdade e solidariedade." and a navigation menu with the following items: ACREÚNA, PREFEITURA, OBRAS, TRANSPARÊNCIA, SERVIÇOS, MULTIMÍDIA, and SERVIDOR. To the right of the logo are icons for "FALE COM PREFEITO", "NOTÍCIAS", "TRANSPARÊNCIA", "MAPA DA CIDADE", "WEBMAIL", and "OUVIDORIA".

The main content area features a large aerial photograph of the city. Below the image is a "Notícias >>" section with the following news items:

Data	Título
21/05/2014	Projeto Caminhos do Cuidado
13/05/2014	Maratona é realizada em comemoração aos 38 anos de Acreúna
07/05/2014	Dilma anuncia recursos do PAC para o Município de Acreúna
11/03/2014	Participe da Campanha Nacional de Vacinação contra o HPV
06/03/2014	Acreúna realiza grande festa de Carnaval

On the right side of the page, there are three vertical banners:

- Portal da Transparência Governo Municipal
- Portal da Transparência Governo Federal
- Legislação Municipal

Dimensão	Crerios	Análise
Navegabilidade	Mecanismos de Busca	Não.
	Mecanismos de Ajuda	Não
	Mapa do <i>Site</i>	Não
	Suporte a Outros Idiomas	Não
	<i>Link</i> para a Página Inicial	Sim
	Manual de Uso do <i>Site</i>	Não
	Disponibilidade de <i>Links</i> Governamentais	Disponibilização de <i>links</i> do portal da transparência e diário Oficial na página principal
Informações Governamentais	Econômicas	Informações econômicas estão presentes a partir da tabela A CIDADE na opção Dados da Cidade.
	Culturais	Informações culturais estão presentes a partir da tabela A CIDADE na opção História
	Turísticas	Não apresenta informações para o público turista.
	Históricas	Informações históricas estão presentes a partir da tabela A CIDADE na opção História
	Geográficas	Informações geográficas estão presentes a partir da tabela A CIDADE nas opções Aspectos Geográficos e Localização.
	Étnicas	Parte dos aspectos étnicos são apresentados a partir a partir da tabela A CIDADE na opção História.
	Legislações	Legislações disponíveis a partir do menu Serviços nas opções decretos e leis municipais.
	Públicos Contemplados	Municípios, Servidores, Empresas, mas não se percebe de forma explícita no site a relação com o público investidor e turistas.
	Agenda Governantes	Não contempla agenda dos governantes.
	Autoridades Responsáveis	Não apresenta quais são os responsáveis pelas Secretarias municipais. Apresenta, em várias opções de acesso, a mensagem: Página em construção
	Programas Governamentais	As ações desenvolvidas pelo executivo estão disponibilizadas para o cidadão na forma de notícias
	Notícias / Painel - Ações governamentais decididas e a serem decididas	Disponível na página principal a partir do menu notícias e pelo quadro mais notícias, mas somente para consultas
	Inclusão Digital	Não apresenta ações específicas de inclusão digital
Perguntas e Respostas	Não está disponível este tipo de informação no <i>site</i> .	
Serviços	Atendimento <i>On-line</i>	Serviços oferecidos <i>on-line</i> estão presentes no menu Serviços <i>On-Line</i> . Dentre eles tem-se o contracheque para os servidores municipais, IPTU, emissão de NFS-e / DMS, Consulta de processos. Protocolo <i>on-line</i> .
	Emissão de Documentos Oficiais	Emissão <i>on-line</i> de extratos, nota fiscal eletrônica, validação de nota fiscal eletrônica, contas públicas do município - portal da transparência.
	Fale Conosco	Presente na página principal um <i>link</i> para a Ouvidoria.
Controle Público	Arrecadação	Está presente a partir da opção Transparência, a partir da qual tem-se o acesso às receitas e despesas dos poderes públicos e seus órgãos, além dos repasses de recursos entre os níveis de governo ou destes para o cidadão.

	Aplicação Financeira dos Recursos	Está presente a partir da opção Transparência, a partir da qual tem-se o acesso às receitas e despesas dos poderes públicos e seus órgãos, além dos repasses de recursos entre os níveis de governo ou destes para o cidadão.
	Gastos Públicos	Está presente a partir da opção Transparência, a partir da qual tem-se o acesso às receitas e despesas dos poderes públicos e seus órgãos, além dos repasses de recursos entre os níveis de governo ou destes para o cidadão.
Participação	Sistema de Votação <i>On-line</i>	Não
	Agenda Decisória	Não
	Espaço para debates e incorporação de estudos	Não
	Comentar Notícias	Não
	Espaço para formular textos legislativos	Não
	Acompanhar Discussões / Debates	Não
	Fóruns Temáticos	Não
	Salas de Bate-Papos	Não
	Biblioteca Virtual	Não
	Uso de Redes Sociais	<i>Facebook, Twitter,</i>
Envio por <i>e-mail</i>	Não apresenta envio de <i>e-mail</i> para nenhum representante do poder executivo. Muitas páginas quando acessadas informam a mensagem: Página em Construção.	

Quadro 14: Dados Coletados Município de Acreúna (GO)

Fonte: dados da pesquisa (2014)

A análise da estratégia digital do Governo Executivo do município de Acreúna (GO), referente aos critérios da dimensão Navegabilidade, contempla os critérios mecanismos de busca, *link* para a página inicial e disponibilidade de *links* governamentais.

Esses quesitos, contemplados pelo *site* www.acreunagoias.com.br, facilitam o uso do *site*, promovendo a facilidade de navegação entre as subpáginas do portal e links governamentais, porém a navegabilidade fica comprometida, uma vez que os critérios de mecanismo de ajuda, mapa do *site*, manual de uso não estão presentes e, também, não contempla suporte a outros idiomas (GOV.BR, 2014).

Os critérios não contemplados inibem a visibilidade do Estado para com o cidadão, comprometendo o acesso à informação, que para Sen (2000) é um elemento fundamental para o desenvolvimento.

Os critérios referentes à dimensão Informações Governamentais contemplam-se na maioria. Nessa dimensão, as informações referentes aos turistas não estão contempladas. Outro fator importante está associado com a agenda do prefeito, que não está presente no *site*.

Verifica-se que no *site* não estão presentes assuntos referentes à inclusão digital. Essa inclusão, de acordo com Silva (2009), fortalece a transparência dos atos de governo e proporciona a ampliação de acesso aos serviços públicos por meio das TICs, e a perguntas e respostas, também ausentes, que são elementos importantes para estabelecer uma relação de comunicação entre o Estado e os munícipes, fundamentada no ato de informar, mediante resposta individual sob a forma de mensagem.

Com relação à dimensão Serviços, todos os critérios estão disponibilizados no *site*, sendo que a sua oferta *on-line* facilita o acesso às informações. Muitos dos serviços estão incluídos nas liberdades instrumentais apontadas por Sen (2000). Da mesma forma, todos os critérios referentes à dimensão Controle Público estão presentes no *site*, o que faz com o Município tenha uma relação direta com a transparência.

Por fim, tem-se a dimensão Participação, e apenas o critério uso de redes sociais está presente no *site* do município de Acreúna (GO), o que mostra a existência de diálogo com públicos distintos de forma equitativa entre governantes e munícipes. Não existe nenhuma forma de envio de *e-mail* para qualquer representante vinculado ao poder público municipal, e muitas páginas, quando

acessadas, apresentam a mensagem que estão em construção, o que está fora do padrão estabelecido pelo Governo Eletrônico Brasileiro. Esse fator, acrescido com os outros critérios que não estão contemplados, pode ser um indicador de gestão não democrática.

Site Oficial de Aparecida x

www.aparecidadoriodoce.go.gov.br/portal1/intro.asp?ildMun=100152021

O Município: Histórico | Localização | Hospedagem | Gastronomia | Pontos Turísticos | Legislação



Informe Municipal



PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Festas e Eventos

Junho
Festa Junina
Início às 08h00min

Tempo

Tempo Agora

A Prefeitura

- Dados Políticos
- Estrutura Administrativa
- Contas Públicas
- Hinos e Símbolos
- Galeria de Fotos
- Links Úteis
- Fale Conosco

Dados Indicadores

- Dados Gerais
- Demografia
- IDH
- Eleições Municipais
- Finanças Municipais
- Educação
- Infra-Estrutura

Telefones Úteis

- (64) 3637 - 1200
Câmara Municipal
- (64) 3637 - 1213
Companhia de Água e Esgoto
- (64) 3637 - 1119
Correios
- (64) 3637 - 1289
Hospital de Pronto Socorro - HPS
- (64) 3637 - 1158
Rodoviária

Dimensão	Crítérios	Análise
Navegabilidade	Mecanismos de Busca	Não
	Mecanismos de Ajuda	Não
	Mapa do <i>Site</i>	Não
	Suporte a Outros Idiomas	Não
	<i>Link</i> para a Página Inicial	Sim
	Manual de Uso do <i>Site</i>	Não
	Disponibilidade de <i>Links</i> Governamentais	Sim
Informações Governamentais	Econômicas	Sim
	Culturais	Sim
	Turísticas	Sim
	Históricas	Sim
	Geográficas	Sim
	Étnicas	Não
	Legislações	Sim
	Públicos Contemplados	Municípios, Turistas, Empresas.
	Agenda Governantes	Não Apresenta
	Autoridades Responsáveis	Apresenta
	Programas Governamentais	Não Apresenta
	Notícias / Painel - Ações governamentais decididas e a serem decididas	Não Apresenta
	Inclusão Digital	Não
	Perguntas e Respostas	Não
Serviços	Atendimento <i>On-line</i>	Não
	Emissão de Documentos Oficiais	Não
	Fale Conosco	Sim
Controle Público	Arrecadação	Sim
	Aplicação Financeira dos Recursos	Sim
	Gastos Públicos	Sim
Participação	Sistema de Votação <i>On-</i>	Não

	<i>line</i>	
	Agenda Decisória	Não
	Espaço para debates e incorporação de estudos	Não
	Comentar Notícias	Não
	Espaço para formular textos legislativos	Não
	Acompanhar Discussões / Debates	Não
	Fóruns Temáticos	Não
	Salas de Bate-Papos	Não
	Biblioteca Virtual	Não
	Uso de Redes Sociais	Não
	Envio por e-mail	Fale Conosco

Quadro 15: Dados Coletados Município de Aparecida do Rio Doce (GO)

Fonte: dados da pesquisa (2014)

O Governo Executivo do município de Aparecida do Rio Doce (GO), no que se refere à dimensão Navegabilidade, contempla os critérios *link* para a página inicial e disponibilidade de *links* governamentais. Esses quesitos, contemplados pelo *site* www.aparecidadoriodoce.go.gov.br, facilitam o seu uso, facilitando a navegação entre as subpáginas do portal e *links* governamentais (GOV.BR, 2014).

A navegabilidade no *site* fica comprometida, porém, uma vez que o critério de mecanismo de busca, mecanismo de ajuda, e manual do uso não estão presentes e, também, não contempla suporte a outros idiomas. (GOV.BR, 2014).

Esses critérios não contemplados inibe a visibilidade do Estado para com o cidadão, comprometendo o acesso à informação, que para Sen (2000) é um elemento fundamental para o desenvolvimento.

Em relação aos critérios referentes à dimensão Informações Governamentais, a metade está contemplada pelo *site*. Nessa dimensão observou-se que as informações referentes a Notícias/ Painel não estão contempladas, e o mesmo ocorre com a agenda do prefeito, que está presente no *site*, mas não está sendo alimentada com dados para deixá-la atualizada.

Outro fator importante refere-se à inclusão digital, que não apresenta ações específicas por parte do poder público municipal. Por fim, além de outros quesitos não contemplados pelo portal oficial da prefeitura de Aparecida do Rio Doce (GO), o critério perguntas e respostas não está disponibilizado para a população.

Nesse viés, percebe-se que esse portal, no que tange aos critérios da dimensão Informações Governamentais, não apresenta inovações, não disponibilizando informações dos atos de governo para a sociedade. Assim, conforme Sem (2000), fica comprometido o acesso à informação, elemento fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade.

Com relação à dimensão Serviços, apenas o critério Fale Conosco está disponível para a sociedade. Dessa forma, tem-se uma barreira no acesso às informações de forma digital, uma vez que serviços essenciais não estão sendo disponibilizados para a sociedade. A oferta desses serviços *on-line*, facilita o acesso às informações com o uso das TICs, muitos dos quais incluídos nas liberdades instrumentais apontadas por Sen (2000).

Por outro lado, todos os critérios referentes à dimensão Controle Público estão presentes no *site*, o que faz com que o Município tenha uma relação direta com a transparência, e há facilidade de acesso aos dados.

Por fim, tem-se a dimensão Participação. Nessa dimensão, apenas o critério Fale Conosco está presente no *site* do município de Aparecida do Rio Doce (GO), o que mostra a pouca comunicação dialógica com públicos distintos de forma equitativa entre governantes e munícipes. A ausência dos outros critérios de participação popular na gestão pública, porém, pode ser um indicador de gestão não democrática.

Prefeitura Municipal de Aporé x

apore.go.gov.br



Página Inicial | A Prefeitura ▾ | Secretarias ▾ | A Cidade | Agenda | Notícias | Fale Conosco



**Portal da
Transparência**



**Telefones
Úteis**



Web Mail



[www.aporeemfoco.com.br](#)

Cemitério de Aporé recebe cuidados especiais
Leia +





Secretaria de Assistência Social recebe kit's de enxovais



SERVIDOR PÚBLICO
Realizada 1ª Audiência Pública para debate sobre Plano de Previdência Própria



Cemitério de Aporé recebe cuidados especiais



Aporé recebe o Pro. Patrulha do Desen. Regional

Todas as Notícias

Outras Notícias

12/02/2014 - Secretaria de Assistência Social recebe kit's de enxovais

03/02/2014 - Realizada 1ª Audiência Pública para debate sobre Plano de Previdência Própria

03/02/2014 - Cemitério de Aporé recebe cuidados especiais

29/01/2014 - Aporé recebe o Pro. Patrulha do Desen. Regional

Dimensão	CrITÉRIOS	Análise
Navegabilidade	Mecanismos de Busca	Não Apresenta
	Mecanismos de Ajuda	Não Apresenta
	Mapa do <i>Site</i>	Não Apresenta
	Suporte a Outros Idiomas	Não Apresenta
	<i>Link</i> para a Página Inicial	Sim
	Manual de Uso do <i>Site</i>	Não Apresenta
	Disponibilidade de <i>Links</i> Governamentais	Sim, Portal da Transparência. IBGE
Informações Governamentais	Econômicas	Apresenta o <i>link</i> Contas Públicas, porém não consta nenhum arquivo cadastrado
	Culturais	Apresenta <i>link</i> para o sítio IBGE
	Turísticas	Apresenta <i>link</i> para o sítio IBGE
	Históricas	Apresenta <i>link</i> para o sítio IBGE
	Geográficas	Apresenta <i>link</i> para o sítio IBGE
	Étnicas	Apresenta <i>link</i> para o sítio IBGE
	Legislações	Leis Municipais
	Públicos Contemplados	Contempla apenas os municípios no acesso à informação
	Agenda Governantes	Apresenta, porém sem funcionamento
	Autoridades Responsáveis	Apresenta
	Programas Governamentais	Apresenta
	Notícias / Painel - Ações governamentais decididas e a serem decididas	Apresenta
	Inclusão Digital	Não Apresenta
	Perguntas e Respostas	Não Apresenta
Serviços	Atendimento <i>On-line</i>	Não Apresenta
	Emissão de Documentos Oficiais	Não Apresenta
	Fale Conosco	Apresenta
Controle Público	Arrecadação	Apresenta o <i>link</i> Contas Públicas, porém não consta nenhum arquivo cadastrado
	Aplicação Financeira dos Recursos	Apresenta o <i>link</i> Contas Públicas, porém não consta nenhum arquivo cadastrado

	Gastos Públicos	Apresenta o <i>link</i> Contas Públicas, porém não consta nenhum arquivo cadastrado
Participação	Sistema de Votação <i>On-line</i>	Não Apresenta
	Agenda Decisória	Não Apresenta
	Espaço para debates e incorporação de estudos	Não Apresenta
	Comentar Notícias	Não Apresenta
	Espaço para formular textos legislativos	Não Apresenta
	Acompanhar Discussões / Debates	Não Apresenta
	Fóruns Temáticos	Não Apresenta
	Salas de Bate-Papos	Não Apresenta
	Biblioteca Virtual	Não Apresenta
	Uso de Redes Sociais	Não Apresenta
	Envio por <i>e-mail</i>	Não Apresenta

Quadro 16: Dados Coletados Município de Aporé (GO)

Fonte: dados da pesquisa (2014)

O Governo Executivo do município de Aporé (GO), no que se refere à dimensão Navegabilidade, contempla os critérios *link* para a página inicial e disponibilidade de *links* governamentais. Esses quesitos, contemplados pelo *site* www.apore.go.gov.br, facilitam o seu uso, promovendo a facilidade de navegação entre as subpáginas do portal e *links* governamentais (GOV.BR, 2014).

A navegabilidade do *site* fica comprometida, porém, uma vez que o critério de mecanismo de busca, de ajuda, e o manual de uso do *site* não estão presentes. Também não contempla suporte a outros idiomas. Os critérios não contemplados inibem a visibilidade do Estado para com o cidadão, comprometendo o acesso à informação, que para Sen (2000) é um elemento fundamental para o desenvolvimento.

Quanto à dimensão Informações Governamentais, o *site* contempla a maioria. Nessa dimensão observou-se que as informações referentes a Notícias / Painel não estão contempladas, e o mesmo acontece com a agenda do prefeito, que está presente, mas não está sendo alimentada com dados para deixá-la atualizada.

Outro fator importante refere-se à Inclusão Digital, que não apresenta ações específicas por parte do poder público municipal e as perguntas e respostas não estão disponibilizadas para a população, além de outros quesitos não contemplados pelo Portal Oficial da prefeitura de Cachoeira Alta (GO)

Nesse viés, percebe-se que o Portal, no que tange aos critérios da dimensão Informações Governamentais, não apresenta inovações no que se refere ao ato de disponibilizar informações dos atos de governo para com a sociedade. Assim, conforme Sen (2000) fica comprometido o acesso à informação, elemento fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade.

Com relação à dimensão Serviços, apenas o critério Fale Conosco está disponível para a sociedade. Tem-se, portanto, uma barreira no acesso às informações de forma digital, uma vez que serviços essenciais não estão sendo disponibilizados para a sociedade. A oferta desses serviços *on-line*, facilita o acesso às informações com o uso das TICs, muitos dos quais estão incluídos nas liberdades instrumentais apontadas por Sen (2000).

Por outro lado, todos os critérios referentes à dimensão Controle Público estão presentes no *site*, o que faz com o Município tenha uma relação direta com a transparência, porém não consta nenhum arquivo cadastrado, ou seja, não há

disponibilização de informação para a sociedade, o que vai romper de forma efêmera os preceitos da transparência.

Por fim, tem-se a dimensão Participação, e apenas o critério Fale Conosco está presente no *site* do município de Aporé (GO), o que mostra a pouca comunicação dialógica com públicos distintos de forma equitativa entre governantes e munícipes, mas a ausência dos outros critérios de participação popular na gestão pública pode ser um indicador de gestão não democrática.

Prefeitura de Cachoeira Al x

www.prefeituradecachoeiraalta.com.br

Fale com a prefeitura: (64) 3654 - 1417

Pesquisar

PREFEITURA DE CACHOEIRA ALTA
O trabalho que transforma

HOME | NOTÍCIAS | A PREFEITURA | SECRETARIAS E ORGÃOS | PORTAL DA TRANSPARÊNCIA | TRANSPARÊNCIA | SERVIÇOS

CONTATO



Últimas notícias

29
ABR
2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL n. 022/2014

Edital - 022-2014 - LOCAÇÃO COPIADORAS
CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS E MÁQUINAS COPIADORAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE

ULTIMAS NOTÍCIAS

 **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL n. 022/2014**
29 de abril de 2014 - 17:18

Dimensão	Crítérios	Análise
Navegabilidade	Mecanismos de Busca	Apresenta
	Mecanismos de Ajuda	Não Apresenta
	Mapa do Site	Apresenta
	Suporte a Outros Idiomas	Não Apresenta
	<i>Link</i> para a Página Inicial	Apresenta
	Manual de Uso do <i>Site</i>	Não Apresenta
	Disponibilidade de <i>Links</i> Governamentais	Não Apresenta
Informações Governamentais	Econômicas	Não apresenta
	Culturais	Não apresenta
	Turísticas	Não apresenta
	Históricas	Não apresenta
	Geográficas	Apresenta
	Étnicas	Não Apresenta
	Legislações	Apresenta
	Públicos Contemplados	Municípios
	Agenda Governantes	Não Apresenta
	Autoridades Responsáveis	Apresenta
	Programas Governamentais	Apresenta
	Notícias / Painel - Ações governamentais decididas e a serem decididas	Apresenta
	Inclusão Digital	Não Apresenta
	Perguntas e Respostas	Não Apresenta
Serviços	Atendimento <i>On-line</i>	Não Apresenta
	Emissão de Documentos Oficiais	Apresenta
	Fale Conosco	Não Apresenta
Controle Público	Arrecadação	Apresenta
	Aplicação Financeira dos Recursos	Apresenta o <i>link</i> , porém sem arquivo cadastrado
	Gastos Públicos	Apresenta o <i>link</i> , porém sem arquivo cadastrado
Participação	Sistema de Votação <i>On-</i>	Não Apresenta

<i>line</i>	
Agenda Decisória	Não Apresenta
Espaço para debates e incorporação de estudos	Não Apresenta
Comentar Notícias	Apresenta
Espaço para formular textos legislativos	Não Apresenta
Acompanhar Discussões / Debates	Não Apresenta
Fóruns Temáticos	Não Apresenta
Salas de Bate-Papos	Não Apresenta
Biblioteca Virtual	Não Apresenta
Uso de Redes Sociais	Não Apresenta
Envio por <i>e-mail</i>	Não Apresenta

Quadro 17: Dados Coletados Município de Cachoeira Alta (GO)

Fonte: dados da pesquisa (2014)

O Governo Executivo do município de Cachoeira Alta (GO), no que se refere à dimensão navegabilidade, contempla apenas o *link* para a página inicial. A navegabilidade, portanto, fica comprometida uma vez que os demais critérios apresentados na dimensão navegabilidade não estão contemplados, o que reduz a visibilidade do Estado para com o cidadão (GOV.BR, 2014). O comprometimento da navegabilidade compromete também o acesso à informação, que para Sen (2000) é um elemento fundamental para o desenvolvimento.

Os critérios referentes à dimensão Informações Governamentais não estão presentes, em sua maioria, no *site*, assim como as informações referentes a Notícias/ Painel , e o mesmo acontece para com a agenda do prefeito. Outro fator importante refere-se à inclusão digital, que não apresenta ações específicas por parte do poder público municipal e

Por fim, além de outros quesitos não contemplados pelo Portal Oficial da prefeitura de Cachoeira Alta (GO), o critério perguntas e respostas não está disponibilizado para a população. Conclui-se, em relação a esse Portal, no que tange aos itens da dimensão Informações Governamentais, que não apresenta inovações no que se refere ao ato de disponibilizar informações dos atos de governo para a sociedade. De acordo com Sen (2000, fica comprometido o acesso à informação, elemento fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade.

Na dimensão serviços, apenas o critério Emissão de Documentos Oficiais está disponível para a sociedade. O acesso às informações de forma digital fica, portanto, reduzido, uma vez que serviços essenciais não estão sendo disponibilizados. A oferta desses serviços *on-line* facilita o acesso às informações com o uso das TICs, muitos dos quais incluídos nas liberdades instrumentais apontadas por Sen (2000).

Por outro lado, todos os critérios referentes à dimensão Controle Público estão presentes no *site*, porém não apresentam dados dos arquivos cadastrados. O Município não apresenta, conseqüentemente, uma relação direta com a transparência.

Por fim, tem-se a dimensão Participação, que apresenta apenas o critério Comentar. A participação está presente no *site* do município de Cachoeira Alta (GO), o que mostra uma restrita comunicação dialógica com públicos distintos de forma equitativa entre governantes e munícipes, mas a ausência dos outros critérios de

participação popular na gestão pública pode ser um indicador de gestão não democrática.

Prefeitura Municipal de C... x

www.cacu.go.gov.br



- » A Cidade
- » A Prefeitura
- » Agenda
- » Transparência
- » Downloads
- » Licitações

- » O Prefeito
- » Notícias
- » Secretarias
- » Serviços On-line
- » Telefones Úteis
- » Contato

(64)3656-6000 SAC - Serviço de Atendimento ao Cidadão

Digite o termo para pesquisa

Portal da **Transparência**

Serviços **On-line**

Secretarias do **Município**

Processos de **Licitação**



Prefeitura de **CACU**
ADM 2013-2016
O ser humano em primeiro lugar

ANOS

Dimensão	Crítérios	Análise
Navegabilidade	Mecanismos de Busca	Apresenta
	Mecanismos de Ajuda	Não Apresenta
	Mapa do <i>Site</i>	Não Apresenta
	Suporte a Outros Idiomas	Não Apresenta
	<i>Link</i> para a Página Inicial	Apresenta
	Manual de Uso do <i>Site</i>	Não Apresenta
	Disponibilidade de <i>Links</i> Governamentais	Apresenta
Informações Governamentais	Econômicas	Não Apresenta
	Culturais	Não Apresenta
	Turísticas	Não Apresenta
	Históricas	Breve histórico da fundação do Município
	Geográficas	Breve descrição de localização
	Étnicas	Não Apresenta
	Legislações	Apresenta
	Públicos Contemplados	Municípios, mas não percebe-se de forma explícita no <i>site</i> a relação com o público investidor e turistas, servidores e empresas.
	Agenda Governantes	Não Apresenta
	Autoridades Responsáveis	Apresenta os nomes e cargos dos secretários e um <i>link</i> com informações sobre o prefeito.
	Programas Governamentais	Não apresenta
	Notícias / Painel - Ações governamentais decididas e a serem decididas	Apresenta painel com as notícias mais recentes
	Inclusão Digital	Não apresenta
Perguntas e Respostas	Não apresenta	
Serviços	Atendimento <i>On-line</i>	Fone SAC – Serviço de Atendimento ao Cidadão
	Emissão de Documentos Oficiais	Apresenta
	Fale Conosco	Apresenta <i>link</i> para Contato
Controle Público	Arrecadação	Apresenta
	Aplicação Financeira dos Recursos	Apresenta
	Gastos Públicos	Apresenta

Participação	Sistema de Votação <i>On-line</i>	Não Apresenta
	Agenda Decisória	Não Apresenta
	Espaço para debates e incorporação de estudos	Não Apresenta
	Comentar Notícias	Apresenta
	Espaço para formular textos legislativos	Não Apresenta
	Acompanhar Discussões / Debates	Não Apresenta
	Fóruns Temáticos	Não Apresenta
	Salas de Bate-Papos	Não Apresenta
	Biblioteca Virtual	Não Apresenta
	Uso de Redes Sociais	Apresenta: <i>Facebook, Twitter,</i>
	Envio por <i>e-mail</i>	Apresenta

Quadro 18: Dados Coletados Município de Caçu (GO)

Fonte: dados da pesquisa (2014)

A estratégia digital do Governo Executivo do município de Caçu (GO), referente aos critérios da dimensão Navegabilidade, contempla os critérios: mecanismo de busca, *link* para a página inicial e *links* governamentais (GOV.BR, 2014). Esses critérios contemplados em www.cacu.go.gov.br facilitam o uso do *site*, promovendo a facilidade de navegação entre as subpáginas do portal e *links* governamentais.

A navegabilidade fica comprometida, no entanto, uma vez que os critérios de mecanismo de ajuda, mapa do *site*, e o manual de uso não estão presentes, além da ausência do suporte a outros idiomas (GOV.BR, 2014). Os critérios não contemplados inibem a visibilidade do Estado para com o cidadão, comprometendo o acesso à informação, que para Sen (2000) é um elemento fundamental para o desenvolvimento.

Quanto aos critérios referentes à dimensão Informações Governamentais, apenas alguns são contemplados. Nessa dimensão, as informações referentes aos Públicos Contemplados não apresentam explicitamente no Portal a relação com o público investidor e turistas, servidores e empresas.

Destaca-se, nessa dimensão, além da agenda do prefeito, a ausência de assuntos referentes à inclusão digital, que de acordo com Silva (2009) fortalece a transparência dos atos de governo e proporciona a ampliação de acesso aos serviços públicos por meio das TICs.

Estão ausentes, também, perguntas e respostas, elementos importantes para estabelecer uma relação de comunicação entre o Estado e os munícipes, fundamentada no ato de informar, mediante resposta individual sob a forma de mensagem.

Com relação à dimensão Serviços, todos os critérios estão disponibilizados no *site*. Essa oferta de serviços *on-line* facilita o acesso às informações. Muitos desses serviços estão incluídos nas liberdades instrumentais apontadas por Sen (2000). Da mesma forma, todos os critérios referentes à dimensão Controle Público estão presentes no *site*, o que faz com o Município tenha uma relação direta com a transparência.

Por fim, tem-se a dimensão Participação, que apresenta apenas os critérios comentar notícias, uso de redes sociais e envio por *e-mail*. Esses critérios, presentes no *site* do município de Caçu (GO), mostra que existe um canal de comunicação com públicos distintos de forma equitativa entre governantes e munícipes, mas a

ausência dos outros critérios de participação popular na gestão pública, pode ser um indicador de gestão não democrática.

Página inicial | Fale conosco | Indicar o site | Sua sugestão




Boa noite!
Seja bem vindo a Castelândia!
Quinta-feira, 22 de Maio de 2014

A Prefeitura

Notícias

Eventos

Obras

Serviços

Secretarias

Departamentos

A Cidade

Dados Município

Fotos

História

Localização

Mapas

Hino da cidade

Brasão da cidade

Bandeira

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELÂNDIA
CNPJ: 37.275.849/001-88
FONE: (64) 3649-1168 / FAX: (64) 3649-1166

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2014.**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELÂNDIA, Estado de Goiás, torna público para conhecimento de interessados, que fará realizar no dia 06 de junho de 2014 às 08:00 horas, em sua sede na Av. Rio Verde, nº 1910, Centro, Castelândia-GO, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, referente ao processo nº 001/2014, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM (VALOR UNITÁRIO), visando a compra de materiais de construção, para atender as necessidades de várias secretarias da Prefeitura Municipal de Castelândia-GO.
O presente Edital para maiores informações, estará a disposição dos interessados no endereço acima mencionado, em horário de expediente, ou pelo telefone (64) 3649-1166.

Castelândia-Goi, 20 de maio de 2014.

Vania Andrade Miguel
Secretaria de Administração.

Antonio Cesar Ferreira de Paula
Pregueiro Municipal.

25/02/2014 - 14:38 (Secretaria de Administração)
REUNIAO COM REPRESENTANTES DA BP UNIDADE EDETA, SENAI E SESI

25/02/2014 - 14:49 (Secretaria de Promoção e Assistência Social)
ABERTURA DO CURSO SENAC

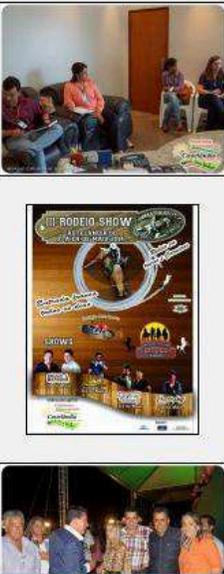
11/03/2014 - 10:43 (Secretaria de Administração)
III RODEIO SHOW EM CASTELÂNDIA

15/04/2014 - 10:28 (Secretaria de Administração)
CAMARA CASTELANDIA PREGÃO PRESENCIAL 2014 PETROLEO

01/05/2014 - 23:00 (Secretaria de Administração)
III RODEIO SHOW EM CASTELÂNDIA (BRUNO & MARRONE)

19/05/2014 - 15:30 (Secretaria de Administração)
CHAMADA PÚBLICA Nº 01_2014 AGRICULTURA FAMILIAR

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA



Dimensão	Crítérios	Análise
Navegabilidade	Mecanismos de Busca	Não Apresenta
	Mecanismos de Ajuda	Não Apresenta
	Mapa do <i>Site</i>	Não Apresenta
	Suporte a Outros Idiomas	Não Apresenta
	<i>Link</i> para a Página Inicial	Apresenta
	Manual de Uso do <i>Site</i>	Não Apresenta
	Disponibilidade de <i>Links</i> Governamentais	TCM /Portal da Transparência
Informações Governamentais	Econômicas	Não Apresenta
	Culturais	Apresenta <i>link</i> de Hino da Cidade e Bandeira, porém sem nenhum arquivo disponível
	Turísticas	Não Apresenta
	Históricas	Apresenta
	Geográficas	Breve descrição da localização do Município e inclusão de mapa
	Étnicas	Não Apresenta
	Legislações	Não Apresenta
	Públicos Contemplados	Municípios
	Agenda Governantes	Não Apresenta
	Autoridades Responsáveis	Apresenta
	Programas Governamentais	Não Apresenta
	Notícias / Painel - Ações governamentais decididas e a serem decididas	Apresenta
	Inclusão Digital	Não Apresenta
	Perguntas e Respostas	Não Apresenta
Serviços	Atendimento <i>On-line</i>	Não Apresenta
	Emissão de Documentos Oficiais	Não Apresenta
	Fale Conosco	Apresenta
Controle Público	Arrecadação	Apresenta
	Aplicação Financeira dos Recursos	Apresenta
	Gastos Públicos	Apresenta
Participação	Sistema de Votação <i>On-</i>	Não Apresenta

<i>line</i>	
Agenda Decisória	Não Apresenta
Espaço para debates e incorporação de estudos	Não Apresenta
Comentar Notícias	Não Apresenta
Espaço para formular textos legislativos	Não Apresenta
Acompanhar Discussões / Debates	Não Apresenta
Fóruns Temáticos	Não Apresenta
Salas de Bate-Papo	Não Apresenta
Biblioteca Virtual	Não Apresenta
Uso de Redes Sociais	Não Apresenta
Envio por <i>e-mail</i>	Apresenta

Quadro 19: Dados Coletados Município de Castelândia (GO)

Fonte: dados da pesquisa (2014)

O Governo Executivo do município de Castelândia (GO), no que se refere à dimensão Navegabilidade, contempla o *link* para a página inicial e disponibilidade de *links* governamentais (GOV.BR, 2014). Isso facilita a navegação no *site* www.castelândia.go.gov.br entre as subpáginas do portal e *links* governamentais.

Como faltam o mecanismo de ajuda, o manual do uso do *site*, e o suporte a outros idiomas, a navegabilidade fica comprometida, o que inibe a visibilidade do Estado para com o cidadão, comprometendo o acesso à informação, que é um elemento fundamental para o desenvolvimento, segundo Sen (2000).

Em relação aos critérios referentes à dimensão Informações Governamentais, apenas alguns critérios são contemplados. Observa-se, nessa dimensão, que as informações referentes aos Públicos Contemplados não apresentam, explicitamente, a relação com o público investidor e turistas, servidores e empresas.

Além da agenda do prefeito, não estão presentes no *site* assuntos referentes à inclusão digital, que fortalece a transparência dos atos de governo e proporciona a ampliação de acesso aos serviços públicos por meio das TICs (SILVA, 2009). Também estão ausentes perguntas e respostas, elementos importantes para estabelecer uma comunicação entre o Estado e os munícipes, por estar fundamentada no ato de informar, mediante resposta individual sob a forma de mensagem.

Com relação à dimensão Serviços, apenas o critério Fale Conosco está disponível para a sociedade. Dessa forma, o acesso às informações de forma digital fica reduzido, uma vez que serviços essenciais não estão sendo disponibilizados para a sociedade. A oferta dos serviços *on-line*, facilita o acesso às informações com o uso das TICs, como aponta Sen (2000).

Por outro lado, todos os critérios referentes à dimensão Controle Público estão presentes no *site*, o que faz com o Município tenha uma relação direta com a transparência.

Por fim, tem-se a dimensão Participação, em que apenas o critério enviar por *e-mail* está presente no *site* do município de Castelândia (GO), o que aponta um indício para estabelecer um canal de comunicação com públicos distintos de forma equitativa entre governantes e munícipes. A ausência dos outros critérios de participação popular na gestão pública pode, porém, ser um indicador de gestão não democrática.

Prefeitura Municipal Chap... x

www.chapadaodoceu.go.gov.br

Prefeitura Municipal
Chapadão do Céu
Adm. 2013-2016 *No caminho do desenvolvimento.*

Facebook Twitter YouTube

Faça sua Busca...

- > Página Inicial
- > Nossa Cidade
- > Álbum da Cidade
- > Agenda/Eventos
- > Secretarias
- > Notícias
- > Galeria de Fotos
- > Videoteca
- > Palavra do Prefeito
- > Diário Oficial
- > Serviços On-Line
- > Editais/Licitações
- > Obras em Andamento
- > Ouvidoria
- > Newsletter

Informe seu email...



TURISMO

Conheça o Parque nacional das Emas um recanto de belezas naturais, patrimônio natural da humanidade!

Venha para Chapadão do Céu.

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Contratos/Homologação

enem 2014 22.05.2014
Prazo de inscrição no Enem termina nesta SEXTA

SIC
Acesso à Informação

Dimensão	Crítérios	Análise
Navegabilidade	Mecanismos de Busca	Presente na página principal
	Mecanismos de Ajuda	Não
	Mapa do <i>Site</i>	Não
	Suporte a Outros Idiomas	Não
	<i>Link</i> para a Página inicial	Está presente no menu da página principal, e acessível em qualquer subpágina
	Manual de Uso do <i>Site</i>	Não
	Disponibilidade de <i>Links</i> Governamentais	Disponibilização de <i>links</i> do Portal da Transparência, Serviço de Informação ao Cidadão e Diário Oficial na página principal.
Informações Governamentais	Econômicas	Informações econômicas estão presentes a partir da opção Nossa Cidade
	Culturais	Informações culturais estão presentes a partir da opção Nossa Cidade e da Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Juventude.
	Turísticas	Informações turísticas estão presentes a partir da Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Juventude.
	Históricas	Informações históricas estão presentes a partir da opção Nossa.
	Geográficas	Informações históricas estão presentes a partir da opção Nossa.
	Étnicas	Não
	Legislações	Legislações disponíveis a partir do menu Legislações
	Públicos Contemplados	Municípios, Servidores, Empresas. Percebe-se de forma explícita no <i>site</i> a relação com turistas.
	Agenda Governantes	Não
	Autoridades Responsáveis	Apresenta quais são os responsáveis pelas secretarias municipais e os telefones de contato.
	Programas Governamentais	As ações desenvolvidas pelo executivo estão disponibilizadas para o cidadão na forma de notícias e pelo menu Obras em Andamento.
	Notícias / Painel - Ações governamentais decididas e a serem decididas	Disponível na página principal a partir do menu Notícias.
	Inclusão Digital	Não apresenta ações específicas de inclusão digital
Perguntas e Respostas	Não apresenta ações específicas de perguntas e respostas.	
Serviços	Atendimento <i>On-line</i>	Não
	Emissão de Documentos Oficiais	Sim
	Fale Conosco	Ouvidoria
Controle Público	Arrecadação	Sim
	Aplicação Financeira dos Recursos	Sim
	Gastos Públicos	Sim

Participação	Sistema de Votação <i>On-line</i>	Não
	Agenda Decisória	Não
	Espaço para debates e incorporação de estudos	Não
	Comentar Notícias	Não
	Espaço para formular textos legislativos	Não
	Acompanhar Discussões / Debates	Não
	Fóruns Temáticos	Não
	Salas de Bate-Papos	Não
	Biblioteca Virtual	Não
	Uso de Redes Sociais	<i>Facebook, Twitter</i>
Envio por <i>e-mail</i>	<i>Apresenta um newsletter</i>	

Quadro 20: Dados Coletados Município de Chapadão do Céu (GO)

Fonte: dados da pesquisa (2014)

A estratégia digital do Governo Executivo do município de Chapadão do Céu (GO), referente aos critérios da dimensão Navegabilidade, contempla os mecanismos de busca, *link* para a página inicial e disponibilidade de *links* governamentais. Esses elementos contemplados pelo *site* www.chapadaodoceu.go.gov.br facilitam o uso do *site*, facilitando a navegação entre as subpáginas do portal e *links* governamentais (GOV.BR, 2014).

A navegabilidade fica comprometida entre os mecanismos de ajuda, o mapa do *site* e o manual de uso, que não estão presentes, além de o *site* não comportar o suporte a outros idiomas. Esses critérios não contemplados inibe a visibilidade do Estado para com o cidadão, comprometendo o acesso à informação, que é um elemento fundamental para o desenvolvimento (SEN, 2000).

Os critérios referentes à dimensão Informações Governamentais contemplam-se na maioria. Nessa dimensão as informações referentes aos turistas estão contempladas, de forma a apresentar o potencial turístico do Município.

Não estão presentes no *site* a agenda do prefeito e assuntos referentes à inclusão digital. A inclusão, segundo Silva (2009), fortalece a transparência dos atos de governo e proporciona a ampliação de acesso aos serviços públicos, por meio das TICs. Estão ausentes, também, perguntas e respostas, que são elementos importantes no diálogo entre o Estado e os munícipes, fundamentado no ato de informar, mediante resposta individual sob a forma de mensagem.

Com relação à dimensão Serviços, somente o critério atendimento *on-line* não está disponível no portal para a sociedade. Os demais itens estão contemplados, proporcionando facilidade no acesso às informações. De acordo com Sen (2000), muitos desses serviços incluem-se nas liberdades instrumentais.

Os critérios referentes à dimensão Controle Público estão presentes no *site*, o que faz com o Município tenha uma relação direta com a transparência. Por fim, tem-se a dimensão Participação, que oferece apenas as opções uso de redes sociais e envio por *e-mail*.

Esses elementos, presentes no *site* do município de Chapadão do Céu (GO), mostram que existe um diálogo com públicos distintos, de forma equitativa, entre governantes e munícipes. Não há, porém, nenhuma forma de envio de *e-mail* para qualquer representante vinculado ao poder público municipal, e muitas páginas, quando acessadas, encontram-se em construção, o que está fora do padrão estabelecido pelo Governo Eletrônico Brasileiro. Esse fator, acrescido com os outros

critérios que não estão contemplados, pode ser um indicador de gestão não democrática.

Gouvelândia x

www.gouvelandia.go.gov.br/2014/index.php

Início | Prefeitura | Cidade | Transparência | Serviços | Obras | Secretarias | Departamentos | Notícias | Eventos | Contato | Login | Webmail

P **CIDADE** (0*64) 3653-1116
 Conheça Prefeitura Municipal de Gouvelândia
 Histórico, localização, fotos e vídeos
 Av Setinópolis, 3592 - Centro
 CEP: 75865000

N **Nota Fiscal Eletrônica** **NF**



Prefeitura de GOUVELÂNDIA

T **PORTAL TRANSPARÊNCIA**

TCM
Tribunal de Contas dos Municípios



NOTÍCIAS



FESTAS E EVENTOS



ATUALIZAÇÕES

- 1 - Prefeitura adquiri com recursos próprio um Micro-Ônibus novo para Secretaria de Saúde
- 2 - Departamento Pessoal
- 3 - História da Cidade
- 4 - Praça ganha nova caixa dagua
- 5 - Brasão da Cidade
- 6 - Bandeira
- 7 - Casas do Bairro Conquista estão sendo concluídas
- 8 - Festa de 24 anos
- 9 - Casas do Bairro Conquista
- 10 - Prefeitura realiza operação tapa buracos
- 11 - Prefeitura inicia reconstrução de ponte
- 12 - Links Úteis
- 13 - Governador de Goiás visita Gouvelândia
- 14 - Trator da Prefeitura atende zona rural
- 15 - Prefeitura faz manutenção em praças e jardins
- 16 - Hino da Cidade
- 17 - Fotos da Cidade
- 18 - Dados do Município
- 19 - Telefones Úteis
- 20 - Secretaria Administração

NOTA FISCAL ELETRÔNICA



PORTAL TRANSPARÊNCIA



OBRAS



AQUISIÇÕES



HOLERITES Servidor Público



Prefeitura Municipal de Gouvelandia - Av Setinópolis, 3592 Centro - CEP: 75865000 - Telefone: (0*64) 3653-1116

Dimensão	Crítérios	Análise
Navegabilidade	Mecanismos de Busca	Não
	Mecanismos de Ajuda	Não
	Mapa do <i>Site</i>	Não
	Suporte a Outros Idiomas	Não
	<i>Link</i> para a Página inicial	Está presente no menu da página principal. E acessível em qualquer subpágina
	Manual de Uso do <i>Site</i>	Não
	Disponibilidade de <i>Links</i> Governamentais	Disponibilização de <i>links</i> do Portal da Transparência, Diário Oficial e Tribunal de Contas do Município na página principal.
Informações Governamentais	Econômicas	Não
	Culturais	Não
	Turísticas	Não
	Históricas	Não
	Geográficas	Apresenta o menu localização do Município, que acessa o mapa do Município
	Étnicas	Não
	Legislações	Disponível a partir do menu Transparência
	Públicos Contemplados	Municípios, Servidores Públicos, mas com nenhuma ou pouca interação com turistas e empresas.
	Agenda Governantes	Não
	Autoridades Responsáveis	Não apresenta quem são as autoridades responsáveis pelas secretárias e departamentos do Município, no entanto, apresenta a lista com os telefones de órgãos vinculados o governo municipal.
	Programas Governamentais	Disponível a partir do menu Obras
	Notícias / Painel - Ações governamentais decididas e a serem decididas	Disponível na página principal a partir do menu Notícias
	Inclusão Digital	Não apresenta ações específicas de inclusão digital
Perguntas e Respostas	Não apresenta ações específicas de perguntas e respostas.	
Serviços	Atendimento <i>On-line</i>	Não
	Emissão de Documentos Oficiais	Sim
	Fale Conosco	Não
Controle Público	Arrecadação	Sim
	Aplicação Financeira dos Recursos	Sim
	Gastos Públicos	Sim
Participação	Sistema de Votação <i>On-</i>	Não

	<i>line</i>	
	Agenda Decisória	Não
	Espaço para debates e incorporação de estudos	Não
	Comentar Notícias	Não
	Espaço para formular textos legislativos	Não
	Acompanhar Discussões / Debates	Não
	Fóruns Temáticos	Não
	Salas de Bate-Papos	Não
	Biblioteca Virtual	Não
	Uso de Redes Sociais	Não
	Envio por <i>e-mail</i>	Não

Quadro 21: Dados Coletados Município de Gouvelândia (GO)

Fonte: dados da pesquisa (2014)

O Governo Executivo do município de Gouvelândia (GO), no que se refere à dimensão Navegabilidade, contempla os critérios *link* para a página inicial e disponibilidade de *links* governamentais. Os quesitos contemplados pelo *site* www.gouvelandia.go.gov.br facilitam seu uso, promovendo a facilidade de navegação entre as subpáginas do portal e *links* governamentais. (GOV.BR, 2014).

Como o mecanismo de busca, de ajuda, o manual de uso do *site*, e os suportes a outros idiomas não estão presentes, a navegabilidade fica comprometida, porque esses critérios não contemplados inibem a visibilidade do Estado para com o cidadão, comprometendo o acesso à informação, que para Sen (2000) é um elemento fundamental para o desenvolvimento.

Apenas alguns critérios referentes à Dimensão Informações Governamentais são contemplados. Observa-se, nessa dimensão, que as informações referentes às Autoridades Responsáveis não apresentam explicitamente no Portal quem são os responsáveis, as Secretarias e Departamentos do Município. Apresenta, no entanto, uma lista com os telefones de órgãos vinculados o governo municipal.

Como destaque, além da agenda do prefeito não estão presentes no *site* assuntos referentes à inclusão digital. Essa inclusão fortalece a transparência dos atos de governo e proporciona a ampliação de acesso aos serviços públicos por meio das TICs (SILVA, 2009).

As perguntas e respostas são elementos importantes para estabelecer uma relação de comunicação entre o Estado e os munícipes, por estar fundamentada no ato de informar mediante resposta individual sob a forma de mensagem, mas também não estão presentes.

Com relação à dimensão serviços, apenas a emissão de documentos oficiais está disponibilizada no Portal, comprometendo o acesso à informação, e, conseqüentemente, a transparência dos atos de governo do poder público do município de Gouvelândia (GO). Já os critérios referentes à dimensão Controle Público estão presentes no *site*, o que faz com o Município tenha uma relação direta com a transparência.

Por fim, tem-se a dimensão Participação, e nenhum critério foi encontrado no Portal, o que mostra que não existe um canal de comunicação entre governantes e munícipes. Essa ausência pode ser um forte indicador de gestão não democrática.

Prefeitura Municipal de Itajá - GO

quinta-feira, 22 maio 2014 Home E-Sic Fale com a Prefeitura Galeria de Vídeos Pesquisa..

 Prefeitura Municipal de
Itajá - GO
Trabalhando para o povo

 Consultas » Imprensa » Secretarias » E-Sic Fale com a Prefeitura Portal da Transparência Notícias da Cidade Galeria de Fotos

 **REVITALIZAÇÃO DAS SINALIZAÇÕES DE TRÂNSITO**
Mais uma etapa da revitalização das sinalizações de trânsito está sendo realizada em vários pontos d...

ATENÇÃO
HOMENS NA PISTA 40

RETROSPECTIVA

 0:00 / 5:28 YouTube

NOTA FISCAL ELETRÔNICA

Dimensão	Crítérios	Análise
Navegabilidade	Mecanismos de Busca	Presente na página principal, no canto superior direito
	Mecanismos de Ajuda	Não
	Mapa do <i>Site</i>	Não
	Suporte a Outros Idiomas	Não
	<i>Link</i> para a Página Inicial	Está presente no menu da página principal, e acessível em qualquer subpágina
	Manual de Uso do <i>Site</i>	Não
	Disponibilidade de <i>Links</i> Governamentais	Disponibilização de <i>links</i> do portal da transparência, mas a página não carrega nenhum dado.
Informações Governamentais	Econômicas	Não
	Culturais	Não
	Turísticas	Não
	Históricas	Não
	Geográficas	Não
	Étnicas	Não
	Legislações	Não
	Públicos Contemplados	Municípios, mas com nenhuma ou pouca interação com turistas e empresas.
	Agenda Governantes	Não
	Autoridades Responsáveis	Não apresenta informações referentes às pessoas responsáveis pelas Secretarias, Departamentos e órgãos vinculados ao poder municipal
	Programas Governamentais	Disponível a partir do menu Notícias da Cidade
	Notícias / Painel - Ações governamentais decididas e a serem decididas	Disponível a partir do menu Notícias da Cidade
	Inclusão Digital	Não apresenta ações específicas de inclusão digital
Perguntas e Respostas	Não apresenta ações específicas de perguntas e respostas.	
Serviços	Atendimento <i>On-line</i>	Não
	Emissão de Documentos Oficiais	Nota fiscal eletrônica
	Fale Conosco	Fale com a Prefeitura
Controle Público	Arrecadação	Portal da Transparência, porém incluindo palavras-chave relativas à arrecadação. A mensagem de retorno sempre era: desculpe, mas nada foi encontrado...
	Aplicação Financeira dos Recursos	Portal da Transparência, porém incluindo palavras-chave relativas à arrecadação. A mensagem de retorno sempre era: desculpe, mas nada foi encontrado...
	Gastos Públicos	Portal da Transparência, porém incluindo palavras-chave relativas à arrecadação. A mensagem de retorno sempre era:

		desculpe, mas nada foi encontrado.
Participação	Sistema de Votação <i>On-line</i>	Não
	Agenda Decisória	Não
	Espaço para debates e incorporação de estudos	Não
	Comentar Notícias	Não
	Espaço para formular textos legislativos	Não
	Acompanhar Discussões / Debates	Não
	Fóruns Temáticos	Não
	Salas de Bate-Papos	Não
	Biblioteca Virtual	Não
	Uso de Redes Sociais	<i>Facebook, Twitter</i>
	Envio por <i>e-mail</i>	Não

Quadro 22: Dados Coletados Município de Itajá (GO)

Fonte: dados da pesquisa (2014)

A estratégia digital do Governo Executivo do município de Itajá (GO), referente aos critérios da dimensão Navegabilidade contempla os critérios: mecanismos de busca, *link* para a página inicial e disponibilidade de *links* governamentais. Esses quesitos, contemplados pelo *site* www.itaja.go.gov.br, facilitam o seu uso e a navegação entre as subpáginas do portal e *links* governamentais (GOV.BR, 2014).

A navegabilidade fica, no entanto, comprometida em relação aos critérios de mecanismo de ajuda, mapa do *site*, manual de uso, e suporte a outros idiomas, que não estão presentes. Esses critérios não contemplados inibem a visibilidade do Estado para com o cidadão, comprometendo o acesso à informação, que para Sen (2000) é um elemento fundamental para o desenvolvimento.

Quanto aos critérios referentes à dimensão Informações Governamentais, apenas alguns são contemplados. Observa-se, nessa dimensão, que as informações referentes às Autoridades Responsáveis não apresentam explicitamente no Portal quem são os responsáveis pelas Secretarias e Departamentos do Município.

Além da agenda do prefeito, verifica-se que não estão presentes no *site* assuntos referentes à inclusão digital. A inclusão fortalece a transparência dos atos de governo e proporciona a ampliação de acesso aos serviços públicos por meio das TICs.

Também as perguntas e respostas estão ausentes e são elementos importantes para estabelecer uma relação de comunicação entre o Estado e os municípios, e estão fundamentadas no ato de informar, mediante resposta individual sob a forma de mensagem (SILVA, 2009).

Com relação à dimensão Serviços, somente o critério atendimento *on-line* não está disponível para a sociedade. Os demais itens estão contemplados, proporcionando facilidade no acesso às informações, muitos dos quais incluídos nas liberdades instrumentais apontadas por Sen (2000).

Por outro lado, todos os critérios referentes à dimensão Controle Público estão presentes no *site*, incluindo palavras-chave relativas à arrecadação, porém a mensagem de retorno era sempre que nada foi encontrado. Dessa forma, o Município não apresenta uma relação direta com a transparência.

Por fim, tem-se a dimensão Participação. Nessa dimensão apenas o critério Uso de Redes Sociais está presente no *site*, do, o que mostra a existência de

diálogo entre o município de Itajá (GO) e públicos distintos, de forma equitativa entre governantes e munícipes.

Nenhuma Secretaria do Município apresenta *e-mail* de contato dos respectivos responsáveis. Esse critério, vinculado a outros que não estão contemplados, pode ser um indicador de gestão não democrática.

Site Oficial de Itarumã :: x

www.itaruma.go.gov.br/portal1/intro.asp?ildMun=100152120

O Município: [Histórico](#) | [Localização](#) | [Hospedagem](#) | [Gastronomia](#) | [Pontos Turísticos](#) | [Legislação](#)



Quinta-feira, 22 de Maio de 2014 20:18hs

Informe Municipal

**PMSB
ITARUMÃ VERSÃO PRELIMINAR**

Participe e de sua opinião
planetabio4@gmail.com



PMSB ITARUMÃ VERSÃO PRELIMINAR [Click aqui](#)

Notícia não cadastrada.

Festas e Eventos

Tempo

Tempo Agora

Não existem festas cadastradas.



A Prefeitura

Dados Políticos

Estrutura Administrativa

Contas Públicas

Hinos e Símbolos

Galeria de Fotos

Links Úteis

Fale Conosco

Dados Indicadores

Dados Gerais

Demografia

IDH

Eleições Municipais

Finanças Municipais

Educação

Infra-Estrutura

Telefones Úteis

(0) - 193
Bombeiros

(64) 3659 - 1180
Câmara Municipal

(64) 3659 - 1250
Companhia de Água e Esgoto

(64) 3659 - 1569
Conselho Tutelar

(64) 3659 - 1420
Correios

(64) 3659 - 1557
DER/DETRAN

(64) 3659 - 1519
Hospital de Pronto Socorro - HPS

(64) 3659 - 1417

Dimensão	Critérios	Análise
Navegabilidade	Mecanismos de Busca	Não
	Mecanismos de Ajuda	Não
	Mapa do <i>Site</i>	Não
	Suporte a Outros Idiomas	Não
	<i>Link</i> para a Página Inicial	Presente nas subpáginas, por meio do <i>link</i> página inicial que se encontra abaixo do <i>banner</i> com o logo da Prefeitura.
	Manual de Uso do <i>Site</i>	Não
	Disponibilidade de <i>Links</i> Governamentais	Disponibilização de <i>links</i> para a Confederação Nacional de Municípios, IBGE, PNUD e Secretaria do Tesouro Nacional
Informações Governamentais	Econômicas	Disponível a partir do menu Finanças Municipais e Histórico do Município.
	Culturais	Disponível a partir do menu Histórico e Gastronomia.
	Turísticas	Disponível a partir do menu Pontos Turísticos.
	Históricas	Disponível a partir do menu Histórico
	Geográficas	Disponível a partir do menu Localização
	Étnicas	Não
	Legislações	Disponível a partir do menu Legislações
	Públicos Contemplados	Municípios, Servidores, Empresas, Turistas. O <i>Site</i> apresenta de forma clara a possibilidade de interação com os turistas, por meio das opções de menu gastronomia, hospedagem e pontos turísticos.
	Agenda Governantes	Não
	Autoridades Responsáveis	Disponibilização do <i>e-mail</i> e telefone dos responsáveis pelas Secretarias, Departamentos e órgãos vinculados ao poder municipal.
	Programas Governamentais	As ações desenvolvidas pelas Secretarias estão disponibilizadas para o cidadão na forma de notícias.
	Notícias / Painel - Ações governamentais decididas e a serem decididas	Disponível na página principal no Quadro de Avisos.
	Inclusão Digital	Não apresenta ações específicas de inclusão digital
	Perguntas e Respostas	Não apresenta ações específicas de perguntas e respostas.
Serviços	Atendimento <i>On-line</i>	Não
	Emissão de Documentos Oficiais	Não
	Fale Conosco	Sim
Controle Público	Arrecadação	Possui <i>link</i> para contas públicas, porém quando acessado apresenta mensagem: Dado/Indicador inexistente.

	Aplicação Financeira dos Recursos	Possui <i>link</i> para contas públicas, porém quando acessado apresenta mensagem: Dado/Indicador inexistente.
	Gastos Públicos	Possui <i>link</i> para contas públicas, porém quando acessado apresenta mensagem: Dado/Indicador inexistente.
Participação	Sistema de Votação <i>On-line</i>	Não
	Agenda Decisória	Não
	Espaço para debates e incorporação de estudos	Não
	Comentar Notícias	Não
	Espaço para formular textos legislativos	Não
	Acompanhar Discussões / Debates	Não
	Fóruns Temáticos	Não
	Salas de Bate-Papos	Não
	Biblioteca Virtual	Não
	Uso de Redes Sociais	Não
Envio por <i>e-mail</i>	Não	

Quadro 23: Dados Coletados Município de Itarumã (GO)

Fonte: dados da pesquisa (2014)

O Governo Executivo do município de Itarumã (GO), no que se refere à dimensão Navegabilidade, contempla os critérios: *link* para a página inicial e disponibilidade de *links* governamentais. Os quesitos contemplados pelo *site* www.itaruma.go.gov.br facilitam o seu uso, facilitando a navegação entre as subpáginas do portal e links governamentais (GOV.BR, 2014).

A navegabilidade do *site* fica comprometida em relação aos critérios de mecanismo de busca, mecanismo de ajuda, manual do uso do *site*, além do suporte a outros idiomas, que não estão presentes. Esses critérios não contemplados inibem a visibilidade do Estado para com o cidadão, comprometendo o acesso à informação, que para Sen (2000) é um elemento fundamental para o desenvolvimento.

Os critérios referentes à dimensão Informações Governamentais contemplam-se na maioria. Nessa dimensão, as informações referentes aos turistas estão contempladas, de forma a apresentar o potencial turístico do Município. Outro fator importante está associado com a agenda do prefeito, que não está presente no *site*.

Também não estão presentes no *site* assuntos referentes à inclusão digital, que de acordo com Silva (2009) fortalecem a transparência dos atos de governo e proporcionam a ampliação de acesso aos serviços públicos por meio das TICs, além de perguntas e respostas, que são elementos importantes para estabelecer a comunicação entre o Estado e os munícipes, a qual está fundamentada no ato de informar, mediante resposta individual sob a forma de mensagem.

Com relação à dimensão Serviços, apenas o critério Fale Conosco está disponível para a sociedade. O acesso às informações de forma digital fica reduzido, uma vez que serviços essenciais não estão sendo disponibilizados para a sociedade. A oferta desses serviços *on-line* facilita o acesso às informações com o uso das TICs, muitos desses serviços estão incluídos nas liberdades instrumentais apontadas por Sen (2000).

Por outro lado, todos os critérios referentes à dimensão Controle Público estão presentes no *site*, porém quando acessados apresentam a mensagem: Dado/Indicador inexistente. O Município não apresenta, portanto, uma relação direta com a transparência.

Por fim, tem-se a dimensão Participação, e nenhum critério foi encontrado no Portal, o que mostra que não existe um canal de comunicação entre governantes e munícipes. Essa ausência pode ser um forte indicador de gestão não democrática.

The image shows a screenshot of the official website of the Municipality of Jataí, Brazil. The browser address bar shows the URL www.jatai.go.gov.br. The page header includes the date "Jataí, 22 de maio de 2014" and navigation links for "Mapa do Site" and "Fale Conosco". The main header features the logo of the Prefeitura de Jataí with the slogan "Todos por uma cidade melhor!". A horizontal menu contains links for "Página Inicial", "Noticias", "Eventos", "Downloads", "Webmail", "SEFAZ", "Transparência", "Diário Oficial", "Serviços Online", and "Pesquisar no Site". The central content area displays a large image of a modern, arched entrance structure over a road. A text box overlaid on the image reads: "Jataí terá entrada da cidade na BR-060 revitalizada" and "Jataí revitalizará a entrada da cidade para quem chega ao município vindo de Goiânia-GO, pela BR-060...". Below this, a row of icons represents various municipal services: Turismo, Educação, Saúde, Cultura, Esporte e Lazer, Trânsito, Habitação, Ação Social, and Meio Ambiente. At the bottom, there is a section for "Últimas Notícias" with three news items dated 22.05.2014, and a button for "Acesso à Informação". On the right side, there are buttons for "Nota Fiscal de Serviços Eletrônica" and "Obras da Atual Adm.". A "TOP" button is located in the bottom right corner.

Dimensão	Crerios	Análise
Navegabilidade	Mecanismos de Busca	Presente por meio do menu Pesquisar no <i>Site</i> , e também está presente em outras páginas
	Mecanismos de Ajuda	Não
	Mapa do <i>Site</i>	Sim
	Suporte a Outros Idiomas	Não
	<i>Link</i> para a Página Inicial	Está presente no menu da página principal e em todas as subpáginas por meio do <i>link</i> início.
	Manual de Uso do <i>Site</i>	Não
	Disponibilidade de <i>Links</i> Governamentais	Disponibilização de <i>links</i> do portal da transparência e diário Oficial na página principal. Acesso ao Portal Social a partir do menu Serviços <i>On-line</i> .
Informações Governamentais	Econômicas	Informações econômicas são acessíveis a partir da página principal
	Culturais	Presente na página principal do <i>site</i> , com ênfase no processo de democratização e de inclusão aos bens culturais, e no fortalecimento da participação da sociedade civil na estrutura municipal de cultura, sustentado nos eixos: lúdico, livro e leitura, cultura digital, cultura e cidadania, tradição oral, música e atores, cinema e vídeo, interações estéticas e instituições.
	Turísticas	Presente na página principal um menu específico para a parte de turismo, com a opção de visualização do mapa com os principais pontos turísticos do município. Apresentam opção de atrações turísticas, onde comer, calendário de eventos, transportes e centro de atendimento ao turista - CAT.
	Históricas	Informações históricas são acessíveis a partir da página principal.
	Geográficas	Informações geográficas disponibiliza a partir do menu Localização.
	Étnicas	Algumas informações são encontradas na parte referente à história do Município.
	Legislações	Legislação disponível para <i>download</i> em pdf. Entre eles Lei Orgânica do Município, Plano Plurianual. Além de possibilitar a pesquisa a legislações de anos anteriores, até o limite de 2005.
	Públicos Contemplados	Municípios, Servidores, Empresas, Turistas. O <i>Site</i> apresenta de forma clara a possibilidade de interação com os turistas.
	Agenda Governantes	Não há a opção específica para agenda do governo. Na ferramenta de busca ao informar "Agenda do Prefeito" tem-se uma relação das atividades desenvolvidas pelo chefe do poder executivo, mas está desatualizada. Na página principal existe a opção de Fale com o Prefeito.
	Autoridades Responsáveis	Disponível o nome e o telefone de os Secretários com <i>e-mail</i> institucional do Secretário e das respectivas Secretarias.
	Programas Governamentais	As ações desenvolvidas pelas Secretarias estão disponibilizadas para o cidadão na forma de notícias. De forma geral tem-se acesso aos programas governamentais.
	Notícias / Painel - Ações governamentais decididas e a serem decididas	Disponível na página principal Quadro de Avisos, mas somente para consultas. Apresenta opções para acessar as obras da atual administração.
	Inclusão Digital	Disponível na Secretaria de Cultura, a qual apresenta em sua missão aspectos referentes à cultura digital.
Perguntas e Respostas	Não está disponível este tipo de informação no <i>site</i> . Exceto a presença de um Fale Conosco, em que o usuário necessita informar o nome, <i>e-mail</i> , assunto e a mensagem. Na parte referente à transparência web na Gestão Pública Municipal existe um conjunto de perguntas com suas respectivas respostas.	

Serviços	Atendimento <i>On-line</i>	Serviços oferecidos <i>on-line</i> estão presentes no menu Serviços. Dentre eles têm-se o contracheque para os servidores municipais, IPTU, emissão de NFS-e / DMS, Consulta de processos. Vagas de emprego via SINE.
	Emissão de Documentos Oficiais	Emissão <i>on-line</i> de extratos, nota fiscal eletrônica, validação de nota fiscal eletrônica, contas públicas do Município - portal da transparência.
	Fale Conosco	Disponível com a opção Fale com o Prefeito e de forma generalista disponível para todas as Secretarias na opção Fale Conosco. Apresenta a opção de Ouvidoria.
Controle Público	Arrecadação	Está presente a partir da opção transparência no submenu portal da transparência, a partir do qual tem-se o acesso às receitas do Município.
	Aplicação Financeira dos Recursos	Está presente a partir da opção transparência no submenu portal da transparência, a partir do qual tem-se o acesso às receitas do Município.
	Gastos Públicos	Está presente a partir da opção transparência no submenu portal da transparência, a partir do qual tem-se o acesso às receitas do Município.
Participação	Sistema de Votação <i>On-line</i>	Não
	Agenda Decisória	Não
	Espaço para debates e incorporação de estudos	Não
	Comentar Notícias	Não
	Espaço para formular textos legislativos	Não
	Acompanhar Discussões / Debates	Não
	Fóruns Temáticos	Não
	Salas de Bate-Papos	Não
	Biblioteca Virtual	Não
	Uso de Redes Sociais	Facebook, Twitter
Envio por <i>e-mail</i>	Presente para todas as Secretarias.	

Quadro 24: Dados Coletados Município de Jatai (GO)

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

A análise da estratégia digital do Governo Executivo do município de Jataí (GO), referente aos critérios da dimensão Navegabilidade contempla os critérios mecanismos de busca, mapa do *site*, *link* para a página inicial e disponibilidade de *links* governamentais.

Esses quesitos, contemplados em www.jatai.go.gov.br, facilitam o uso do *site*, promovendo navegação entre as subpáginas do portal e *links* governamentais. A navegabilidade, porém, fica comprometida porque os critérios de mecanismo de ajuda e manual do uso do *site* não estão presentes, além de não contemplar suporte a outros idiomas (GOV.BR, 2014).

Os critérios não contemplados inibem a visibilidade do Estado para com o cidadão, comprometendo o acesso à informação, que para Sen (2000) é um elemento fundamental para o desenvolvimento.

Os critérios referentes à dimensão Informações Governamentais estão quase todos contemplados pelo *site*. Nessa dimensão as informações referentes aos turistas representam um forte canal de comunicação, pois promovem o turismo no Município, que é um fator de desenvolvimento.

Outro aspecto importante está associado à agenda do prefeito, que está presente no *site*, mas não está sendo alimentada com dados para deixá-la atualizada. Verifica-se uma preocupação do Município com os assuntos referentes à inclusão digital, que de acordo com Silva (2009) fortalece a transparência dos atos de governo e proporciona a ampliação de acesso aos serviços públicos por meio das TICs. O critério Perguntas e Respostas está presente na questão da transparência, e está disponibilizado para o cidadão um conjunto de perguntas com suas respectivas respostas.

Com relação à dimensão Serviços, todos os critérios estão disponibilizados no *site*, o que facilita o acesso às informações. Muitos desses serviços estão incluídos nas liberdades instrumentais apontadas por Sen (2000).

Da mesma forma, todos os critérios referentes à dimensão Controle Público estão presentes no *site*, o que faz com o Município tenha uma relação direta com a transparência e com facilidade de acesso aos dados.

Por fim, tem-se a dimensão Participação. Nesse caso, apenas os critérios uso de redes sociais e envio por *e-mail* estão presentes no *site* do município de Jataí (GO), o que mostra que há um diálogo com públicos distintos de forma equitativa

entre governantes e munícipes, mas a ausência dos outros critérios de participação popular na gestão pública pode ser um indicador de gestão não democrática.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa - GO

lagoasanta.go.gov.br

quinta-feira, 22 de maio de 2014 Início Contato

Pesquisa...



PREFEITURA MUNICIPAL Lagoa Santa - GO

Home Governo Cidadão Turista A cidade Portal de Transparência

ULTIMAS NOTÍCIAS Conselhos Comunitário de Segurança

2º Moto Tour

Dias 23, 24 e 25 Maio Dia 24

Jantar de recepção a partir das 18:00h no Isas Inn Pousada. Convites pelo tel.: (64) 3640-1142 / 9964-1809

Tel. Contato
Adail (64) 9652-6652
Fausto (64) 9964-1809

Realização:
Pref. Mun. de Lagoa Santa
Organização:
Secretaria de Turismo

Equipe **LAGOA & OCEANO**
MANOBRAS RADICAIS
A partir das 20:30h

 **Transparência Pública**
Lei complementar n° 131,
de 27 de maio de 2009

 **SIC**
Serviço de informações
ao cidadão

 **Serviços da Prefeitura**
Sobre Licitação

 **Deixe uma mensagem**

Dimensão	Crítérios	Análise
Navegabilidade	Mecanismos de Busca	Presente na página principal, no canto superior direito.
	Mecanismos de Ajuda	Não
	Mapa do <i>Site</i>	Não
	Suporte a Outros Idiomas	Não
	<i>Link</i> para a página inicial	Está presente no menu da página principal e acessível em qualquer subpágina
	Manual de Uso do <i>Site</i>	Não
	Disponibilidade de <i>Links</i> Governamentais	Disponibilização de <i>links</i> do portal do Governo de Goiás, portal da transparência, serviço de informação ao cidadão.
Informações Governamentais	Econômicas	Não
	Culturais	Não
	Turísticas	Presente na página principal um menu específico para a parte de turismo, com a opção de visualização do mapa com os principais pontos turísticos do Município. Apresentam opção de atrações turísticas, onde comer, calendário de eventos, como chegar e centro de integrado de apoio ao turista - CIAT.
	Históricas	Disponível a partir do menu A cidade na opção História
	Geográficas	Disponível a partir do menu Turista na opção Como chegar
	Étnicas	Não
	Legislações	Disponível a partir do banner Legislação
	Públicos Contemplados	Municípios, Servidores, Turistas. O <i>Site</i> apresenta de forma clara a possibilidade de interação com os turistas.
	Agenda Governantes	Não
	Autoridades Responsáveis	Disponibilização do telefone dos responsáveis pelas Secretarias, Departamentos e órgãos vinculados ao poder municipal.
	Programas Governamentais	As ações desenvolvidas pelo governo estão disponibilizadas em forma de notícias e podem ser acessadas tanto pelo painel de notícias quanto pelo menu Governo na opção Obras.
	Notícias / Painel - Ações governamentais decididas e a serem decididas	Disponível na página principal Quadro de Avisos.
	Inclusão Digital	Não apresenta ações específicas de inclusão digital
	Perguntas e Respostas	Não apresenta ações específicas de perguntas e respostas. Exceto no menu Turista na opção Telefones Úteis onde há um espaço para o cidadão deixar a sua resposta
Serviços	Atendimento <i>On-line</i>	Sim, no horário das 7h00 às 13h00
	Emissão de Documentos Oficiais	Não
	Fale Conosco	Não
Controle Público	Arrecadação	Sim – Portal da Transparência
	Aplicação Financeira dos	Sim – Portal da Transparência

	Recursos	
	Gastos Públicos	Sim – Portal da Transparência
Participação	Sistema de Votação <i>On-line</i>	Não
	Agenda Decisória	Não
	Espaço para debates e incorporação de estudos	Não
	Comentar Notícias	Não
	Espaço para formular textos legislativos	Não
	Acompanhar Discussões / Debates	Não
	Fóruns Temáticos	Não
	Salas de Bate-Papos	Não
	Biblioteca Virtual	Não
	Uso de Redes Sociais	<i>Facebook, Google+</i>
Envio por <i>e-mail</i>	Não	

Quadro 25: Dados Coletados Município de Lagoa Santa (GO)
 Fonte: dados da pesquisa (2014)

A estratégia digital do Governo Executivo do município de Lagoa Santa (GO) referentes aos critérios da dimensão Navegabilidade contempla os critérios: mecanismos de busca, *link* para a página inicial e disponibilidade de *links* governamentais.

Esses quesitos, contemplados pelo site www.lagoasanta.go.gov.br, facilitam o uso do *site*, facilitando a navegação entre as subpáginas do portal e *links* governamentais (GOV.BR, 2014), porém a navegabilidade fica comprometida uma vez que os critérios de mecanismo de ajuda, mapa do *site*, e manual de uso do *site* não estão presentes, além da ausência do suporte a outros idiomas.

Esses critérios não contemplados inibem a visibilidade do Estado para com o cidadão, comprometendo o acesso à informação, que para Sen (2000) é um elemento fundamental para o desenvolvimento.

Os critérios referentes à dimensão Informações Governamentais contemplam-se na maioria. Nessa dimensão observa-se que as informações referentes aos turistas estão contempladas, de forma a apresentar o potencial turístico do Município. Outro fator importante está associado com a agenda do prefeito, que não está presente no *site*.

Por fim, verifica-se que também não estão presentes assuntos referentes à inclusão digital. De acordo com Silva (2009), a inclusão digital fortalece a transparência dos atos de governo e proporciona a ampliação de acesso aos serviços públicos por meio das TICs.

As perguntas e respostas, ausentes no *site*, são elementos importantes para estabelecer uma relação de comunicação entre o Estado e os munícipes, e está fundamentada no ato de informar, mediante resposta individual sob a forma de mensagem.

Com relação à dimensão Serviços, apenas o critério Fale Conosco está disponível para a sociedade. O acesso às informações de forma digital fica, portanto, reduzido, uma vez que serviços essenciais não estão sendo disponibilizados para a sociedade. A oferta de serviços *on-line* facilita o acesso às informações com o uso das TICs, já que muitos serviços estão incluídos nas liberdades instrumentais apontadas por Sen (2000).

Os critérios referentes à dimensão Controle Público estão presentes no *site*, o que faz com o Município tenha uma relação direta com a transparência. Por fim, tem-se a dimensão Participação, e apenas o critério uso de redes sociais está presente

no *site* do município de Lagoa Santa (GO), o que mostra a existência de diálogo com públicos distintos, de forma equitativa, entre governantes e munícipes.

O *site* não apresenta, porém, nenhuma Secretaria do Município, nem o *e-mail* de contato dos respectivos responsáveis. Essa ausência, vinculada a de outros critérios, que também não estão contemplados, pode ser um indicador de gestão não democrática.

Prefeitura Municipal de M x

www.maurilandia.go.gov.br



- » A Cidade
- » A Prefeitura
- » Agenda
- » Transparência
- » Downloads
- » Licitações
- » O Prefeito
- » Notícias
- » Secretarias
- » Serviços On-line
- » Telefones Úteis
- » Contato

(64)3647-7100 SAC - Serviço de Atendimento ao Cidadão



Portal da
Transparência

 **Serviços On-line**

 **Secretarias do Município**

 **Processos de Licitação**



Dimensão	Crítérios	Análise
Navegabilidade	Mecanismos de Busca	Presente na página principal, no canto superior direito
	Mecanismos de Ajuda	Não
	Mapa do <i>Site</i>	Não
	Suporte a Outros Idiomas	Não
	<i>Link</i> para a Página Inicial	Está presente no rodapé da página principal e está acessível em todas as subpáginas.
	Manual de Uso do <i>Site</i>	Não
	Disponibilidade de <i>Links</i> Governamentais	Disponibilização de <i>links</i> para o Portal da Transparência.
Informações Governamentais	Econômicas	Não
	Culturais	Não
	Turísticas	Não
	Históricas	Não
	Geográficas	Não
	Étnicas	Não
	Legislações	Não
	Públicos Contemplados	Municípios, mas com nenhuma ou pouca interação com turistas e empresas.
	Agenda Governantes	Não
	Autoridades Responsáveis	Disponibilização o nome, <i>e-mail</i> e telefone dos responsáveis pelas Secretarias, Departamentos e órgãos vinculados ao poder municipal
	Programas Governamentais	As ações desenvolvidas pelo governo estão disponibilizadas em forma de notícias.
	Notícias / Painel - Ações governamentais decididas e a serem decididas	Disponível na página principal no Quadro de Avisos
	Inclusão Digital	Não apresenta ações específicas de inclusão digital
Perguntas e Respostas	Não apresenta ações específicas de perguntas e respostas.	
Serviços	Atendimento <i>On-line</i>	SAC fone: (64)3647-7100
	Emissão de Documentos Oficiais	Apresenta <i>link</i> para Serviços <i>on-line</i> , porém não tem nenhum serviço disponível.
	Fale Conosco	<i>Link</i> para Contato com possibilidade de contato por mensagem eletrônica.
Controle Público	Arrecadação	Sim – Portal da Transparência
	Aplicação Financeira dos Recursos	Sim – Portal da Transparência
	Gastos Públicos	Sim – Portal da Transparência
Participação	Sistema de Votação <i>On-</i>	Não

	<i>line</i>	
	Agenda Decisória	Não
	Espaço para debates e incorporação de estudos	Não
	Comentar Notícias	Não
	Espaço para formular textos legislativos	Não
	Acompanhar Discussões / Debates	Não
	Fóruns Temáticos	Não
	Salas de Bate-Papos	Não
	Biblioteca Virtual	Não
	Uso de Redes Sociais	<i>Facebook, Twitter, Google+</i>
	Envio por <i>e-mail</i>	Não

Quadro 26: Dados Coletados Município de Maurilândia (GO)

Fonte: dados da pesquisa (2014)

A estratégia digital do Governo Executivo do município de Maurilândia (GO), referente aos critérios da dimensão Navegabilidade, contempla os critérios mecanismos de busca, *link* para a página inicial e disponibilidade de *links* governamentais.

Esses quesitos contemplados pelo *site* www.maurilandia.go.gov.br facilitam o uso do *site*, facilitando a navegação entre as subpáginas do portal e links governamentais, mas a navegabilidade ao *site* fica comprometida uma vez que os critérios de mecanismo de ajuda, mapa do *site*, manual de uso do *site* e suporte a outros idiomas não estão presentes (GOV.BR, 2014).

Os critérios não contemplados inibem a visibilidade do Estado para com o cidadão, comprometendo o acesso à informação, que para Sen (2000) é um elemento fundamental para o desenvolvimento.

Em relação à dimensão Informações Governamentais, apenas alguns critérios são contemplados. Observa-se, nessa dimensão, que as informações referentes às Autoridades Responsáveis não apresentam explicitamente quem são os responsáveis pelas Secretarias e Departamentos do Município.

Não estão presentes no *site*, além da agenda do prefeito, assuntos referentes à inclusão digital, que de acordo com Silva (2009) fortalece a transparência dos atos de governo e proporciona a ampliação de acesso aos serviços públicos por meio das TICs, e também as perguntas e respostas, que são elementos importantes para estabelecer uma relação de comunicação entre o Estado e os munícipes, e que estão fundamentadas no ato de informar, mediante resposta individual sob a forma de mensagem.

Com relação à dimensão Serviços, todos os critérios estão disponibilizados no *site*. A oferta desses serviços *on-line* facilita o acesso às informações, e muitos deles estão incluídos nas liberdades instrumentais apontadas por Sen (2000).

Os critérios referentes à dimensão Controle Público estão presentes no *site*, o que faz com o Município tenha uma relação direta com a transparência. Por fim, tem-se a dimensão Participação, que apresenta apenas o critério uso de redes sociais, o que mostra a existência de diálogo com públicos distintos de forma equitativa entre governantes e munícipes.

Nenhuma Secretaria do Município foi apresentada, nem o *e-mail* de contato dos respectivos responsáveis. Esse critério, vinculado a outros que não estão contemplados, podem indicar uma gestão não democrática.

Prefeitura de Mineiros - G x

www.mineiros.go.gov.br/mineiros/

definir como página principal adicionar aos favoritos

PREFEITURA DE MINEIROS
Governo da Transformação.

PORTAL DO PARQUE NACIONAL DAS EMAS

Página Principal Menu Principal Serviços Secretarias Conselho Municipal Mineiros em Números Digite aqui o que procura buscar

OBRAS URBANAS
Prefeitura Intensifica os Trabalhos para Entrega da Ponte da Rua 10

SAÚDE
Secretária de Saúde de Mineiros Mantém Intercâmbio com a Vigilância Sanitária de Itumbiara

EDUCAÇÃO
Obras do Pólo UAB/UFG em fase de conclusão

SAÚDE
Prefeitura de Mineiros Implanta 11 Equipes de Saúde da Família

+ mais notícias

SERVICOS Diário Oficial

Dimensão	Crítérios	Análise
Navegabilidade	Mecanismos de Busca	Presente na página principal
	Mecanismos de Ajuda	Não
	Mapa do <i>Site</i>	Não
	Suporte a Outros Idiomas	Não
	<i>Link</i> para a Página Inicial	Está presente no menu da página principal, e acessível em qualquer subpágina
	Manual de Uso do <i>Site</i>	Não
	Disponibilidade de <i>Links</i> Governamentais	Disponibilização de <i>links</i> do portal da transparência e Diário Oficial na página principal e outros <i>links</i> a partir do menu Principal submenu <i>Link</i> .
Informações Governamentais	Econômicas	Presentes no menu Mineiros em Números
	Culturais	Dados obtidos a partir da Secretaria de Cultura e Turismo. Disponível o nome do Secretário e telefone de contato.
	Turísticas	Dados obtidos a partir da Secretaria de Cultura e Turismo. Disponível o nome do Secretário e telefone de contato, porém não apresenta públicos específicos e no mecanismo de busca ao informar pontos turísticos não apresenta nenhum resultado.
	Históricas	Algumas informações obtidas a partir do menu Mineiros em Números.
	Geográficas	Informações geográficas disponibilizadas a partir do menu Mineiros em Números
	Étnicas	Algumas informações obtidas a partir do menu Mineiros em Números.
	Legislações	Legislações disponíveis para <i>download</i> em pdf, entre elas a Lei Orgânica do Município, Plano Plurianual. Além de possibilitar a pesquisa a legislações de anos anteriores, até o limite de 2008.
	Públicos Contemplados	Municípios, Servidores, Empresas, mas não se percebe, forma explícita no <i>site</i> , a relação com o público, investidores e turistas.
	Agenda Governantes	Presente, mas desatualizada. Na ferramenta de busca ao informar 'Agenda do Prefeito' tem-se uma relação das atividades desenvolvidas pelo chefe do poder executivo.
	Autoridades Responsáveis	Disponível o nome e o telefone de todos os Secretários, e na maioria das Secretarias tem-se o <i>e-mail</i> de contato.
	Programas Governamentais	As ações desenvolvidas pelas Secretarias estão disponibilizadas para o cidadão na forma de notícias. De forma geral tem-se acesso aos programas governamentais.
	Notícias / Paineis - Ações governamentais decididas e a serem decididas	Disponível na página principal quadro de avisos, mas somente para consultas.
	Inclusão Digital	Não se observaram conteúdos específicos no <i>site</i> para inclusão digital
	Perguntas e Respostas	Não está disponível esse tipo de informação no <i>site</i> .
Serviços	Atendimento <i>On-line</i>	Serviços oferecidos <i>on-line</i> estão presentes no menu Serviços. Dentre eles tem-se o contracheque para os servidores municipais, IPTU, emissão de NFS-e / DMS, consulta de processos. Vagas de emprego via SINE.
	Emissão de Documentos Oficiais	Emissão <i>on-line</i> de extratos, nota fiscal eletrônica, validação de nota fiscal eletrônica, contas públicas do município - portal da transparência.

	Fale Conosco	Presente no Conselho Municipal de saúde e com o prefeito.
Controle Público	Arrecadação	Está presente em um <i>link</i> externo, a partir do portal da transparência, porém com demora no carregamento de dados do portal.
	Aplicação Financeira dos Recursos	Está presente em um <i>link</i> externo, a partir do portal da transparência, porém com demora no carregamento de dados do portal.
	Gastos Públicos	Está presente em um <i>link</i> externo, a partir do portal da transparência, porém com demora no carregamento de dados do portal.
Participação	Sistema de Votação <i>On-line</i>	Não
	Agenda Decisória	Não
	Espaço para debates e incorporação de estudos	Não
	Comentar Notícias	Não
	Espaço para formular textos legislativos	Não
	Acompanhar Discussões / Debates	Não
	Fóruns Temáticos	Não
	Salas de Bate-Papos	Não
	Biblioteca Virtual	Não
	Uso de Redes Sociais	Facebook
Envio por <i>e-mail</i>	Presente para todas as secretarias.	

Quadro 27: Dados Coletados Município de Mineiros (GO)

Fonte: dados da pesquisa (2014)

Assim, a análise da estratégia digital do Governo Executivo do município de Mineiros, (GO) referente aos critérios da dimensão navegabilidade, contempla os critérios seguintes: mecanismos de busca; *link* para a página inicial; e disponibilidade de *links* governamentais.

Esses quesitos, contemplados pelo site www.mineiros.go.gov.br, facilitam o uso do *site*, facilitando a navegação entre as subpáginas do portal e *links* governamentais. A navegabilidade, porém, fica comprometida uma vez que os critérios de mecanismo de ajuda, o mapa do *site*, e o manual de uso não estão presentes. Não contempla, também, suporte a outros idiomas (GOV.BR, 2014).

Os critérios não contemplados inibem a visibilidade do Estado para com o cidadão, comprometendo o acesso à informação, que para Sem (2000) é um elemento fundamental para o desenvolvimento.

Quanto à dimensão Informações Governamentais, a maioria dos critérios estão contemplados. Nessa dimensão as informações referentes aos turistas são incipientes, uma vez que o Município apresenta diversos pontos turísticos, dentre eles o Parque Nacional das Emas.

Outro fator importante está associado à agenda do prefeito, que está presente no *site*, mas não está sendo alimentada com dados para deixá-la atualizada. Por fim, verifica-se que não estão presentes no *site* assuntos referentes à inclusão digital, que de acordo com Silva (2009) fortalece a transparência dos atos de governo e proporciona a ampliação de acesso aos serviços públicos por meio das TICs.

Um canal para perguntas e respostas, também ausente, é um elemento importante para estabelecer uma relação de comunicação entre o Estado e os municípios, e está fundamentado no ato de informar, mediante resposta individual sob a forma de mensagem.

Com relação à dimensão Serviços, todos os critérios estão disponibilizados no *site*. A oferta de serviços *on-line* facilita o acesso às informações, e muitos serviços estão incluídos nas liberdades instrumentais apontadas por Sen (2000).

Da mesma forma, todos os critérios referentes à dimensão Controle Público estão presentes no *site*, o que faz com o Município tenha uma relação direta com a transparência. O carregamento de dados do Portal apresenta certa demora, uma vez que o acesso foi realizado por meio de Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), com conexão dedicada à rede Internet, com velocidade de 20 *Mega bits* por segundo, Mbps com acesso via fibra óptica.

Por fim, tem-se a dimensão Participação. Nesse aspecto, apenas os critérios uso de redes sociais e envio por *e-mail* estão presentes no *site* do município de Mineiros (GO), o que mostra a existência de diálogo com públicos distintos de forma equitativa entre governantes e munícipes. A ausência dos outros critérios de participação popular na gestão pública pode ser um indicador de gestão não democrática.

[:: Prefeitura Municipal de](#) x
www.montividiu.go.gov.br/site/

Loading image... 3 of 6 (100%)



[Inicial](#) | [O Município](#) | [Governo](#) | [Secretarias](#) | [Serviços Online](#) | [Telefones Úteis](#) | [Fale Conosco](#)

[Equipe de Governo](#)
[Obras e Realizações](#)
[Símbolos Municipais](#)
[Telefones Municipais](#)
[Galeria de Fotos](#)
[Nossa História](#)
[Vídeos](#)
[Coleta de Lixo](#)
[Consulta processos](#)
[IPTU/TAXAS](#)
[Certidões](#)
[Legislação Tributária](#)
[Concurso Público](#)

LOCALIZAR

1 2 3 4



Montividiu recebe maquinários

Em Goiânia, 16/04, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) entrega, máquinas agrícolas a 119 municípios goianos, e a cidade de Montividiu também foi beneficiada. A ação faz p...

Últimas Notícias

Ponto Facultativo na sexta-feira (02/05)
A Prefeitura Municipal de Montividiu informa que não haverá atendimento nos departamentos públicos...

Prefeita Suely busca recursos
A Prefeita Suely, reuniu-se, 28-04, em Goiânia, com o Presidente da Agência Goiana de Transportes e Obras (A...

Montividiu recebe caminhão e motoniveladora
Em Goiânia, 16/04, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) entrega, máquinas agr...

Crianças do SCFV recebem ovos de chocolate
Crianças do SCFV recebem ovos de chocolate. A Secretaria de Assistência e Promoção So...

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
 RELATÓRIOS FISCAIS
 FOLHA DE PAGAMENTO
 BALANÇOS FINANCEIROS E ETC.

FOLHA DE PAGAMENTO

RELATÓRIOS
 DE GESTÃO FISCAL E EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA.

LICITAÇÕES
 EDITAIS, PREGÕES, COMPRAS

LEIS MUNICIPAIS
 LEIS SANCIONADAS

NOTA FISCAL ELETRÔNICA

PERGUNTAS E RESPOSTAS

Dimensão	Crítérios	Análise
Navegabilidade	Mecanismos de Busca	Presente na parte central da página principal.
	Mecanismos de Ajuda	Não
	Mapa do <i>Site</i>	Não
	Suporte a Outros Idiomas	Não
	<i>Link</i> para a Página Inicial	Está presente no menu da página principal e acessível em qualquer subpágina
	Manual de Uso do <i>Site</i>	Não
	Disponibilidade de <i>Links</i> Governamentais	Disponibilização do <i>link</i> para o Portal da Transparência,
Informações Governamentais	Econômicas	<i>Link</i> para perfil socioeconômico, porém não constam informações.
	Culturais	Não
	Turísticas	Não
	Históricas	Possui breve histórico sobre o Município
	Geográficas	Breve histórico de localização.
	Étnicas	Não
	Legislações	<i>Link</i> para leis municipais
	Públicos Contemplados	Municípios
	Agenda Governantes	Não
	Autoridades Responsáveis	Apresenta
	Programas Governamentais	Não Apresenta
	Notícias / Painel - Ações governamentais decididas e a serem decididas	Sim
	Inclusão Digital	Não
	Perguntas e Respostas	Sim
Serviços	Atendimento <i>On-line</i>	Não
	Emissão de Documentos Oficiais	Sim
	Fale Conosco	Sim
Controle Público	Arrecadação	Sim
	Aplicação Financeira dos Recursos	Sim
	Gastos Públicos	Sim
Participação	Sistema de Votação <i>On-</i>	Não

<i>line</i>	
Agenda Decisória	Não
Espaço para debates e incorporação de estudos	Não
Comentar Notícias	Não
Espaço para formular textos legislativos	Não
Acompanhar Discussões / Debates	Não
Fóruns Temáticos	Não
Salas de Bate-Papos	Não
Biblioteca Virtual	Não
Uso de Redes Sociais	Não
Envio por <i>e-mail</i>	Fale Conosco

Quadro 28: Dados Coletados Município de Montividiu (GO)

Fonte: dados da pesquisa (2014)

A estratégia digital do Governo Executivo do município de Montividiu (GO) referente aos critérios da dimensão navegabilidade contempla os critérios mecanismos de busca, *link* para a página inicial, e disponibilidade de *links* governamentais.

Esses quesitos contemplados pelo *site* www.montividiu.go.gov.br facilitam o uso do *site*, promovendo a navegação entre as subpáginas do Portal e *links* governamentais, porém a navegabilidade ao *site* fica comprometida em relação aos critérios de mecanismo de ajuda, mapa do *site*, e manual de uso, que não estão presentes. Também não contempla o suporte a outros idiomas (GOV.BR, 2014).

Os critérios não contemplados inibem a visibilidade do Estado para com o cidadão, comprometendo assim o acesso à informação, que para Sen (2000) é um elemento fundamental para o desenvolvimento.

Os critérios referentes à dimensão Informações Governamentais contemplam-se na maioria. Nessa dimensão observou-se que as informações referentes à agenda do prefeito não estão presentes no *site*. Por fim, verifica-se que o Portal não contempla assuntos referentes à inclusão digital, que de acordo com Silva (2009) fortalece a transparência dos atos de governo e proporciona a ampliação de acesso aos serviços públicos por meio das TICs.

Por outro lado, apresenta o item perguntas e respostas, que é um elemento importante para estabelecer uma relação de comunicação entre o Estado e os municípios, que está fundamentada no ato de informar, mediante resposta individual sob a forma de mensagem.

Com relação à dimensão Serviços, somente o critério atendimento *on-line* não está disponível para a sociedade. Os demais itens estão contemplados, proporcionando facilidade no acesso às informações. Muitos serviços estão incluídos nas liberdades instrumentais apontadas por Sen (2000).

Já os critérios referentes à dimensão Controle Público estão presentes no *site*, o que faz com o Município tenha uma relação direta com a transparência. Por fim, tem-se a dimensão Participação, e apenas o critério enviar por *e-mail* está presente no *site* do município de Montividiu (GO).

Isso mostra que existe um indício aparente para estabelecer um canal de comunicação com públicos distintos, de forma equitativa, entre governantes e municípios, mas a ausência dos outros critérios de participação popular na gestão pública pode ser um indicador de gestão não democrática.

Paranaiguara x

www.paranaiguara.go.gov.br/2014/index.php

Início | Prefeitura | Cidade | Transparência | Serviços | Obras | Secretarias | Departamentos | Notícias | Eventos | Contato | Login

P **CIDADE**
Conheça Prefeitura Municipal de Paranaiguara
Histórico, localização, fotos e vídeos

(0*64) 3655-0100
Praça dos Três Poderes, S/N - Centro
CEP: 75880000

N **Nota Fiscal Eletrônica** **NFe** **NF**

T **PORTAL TRANSPARÊNCIA**

TCM
Tribunal de Contas dos Municípios

APROVADO

Prefeitura da Cidade
Paranaiguara
ADM:2013-2016
GOVERNO COM SOLIDARIEDADE

Notícias

N



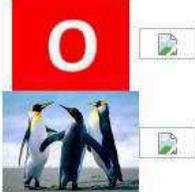
Eventos

E



Obras

O



Aquisições

A



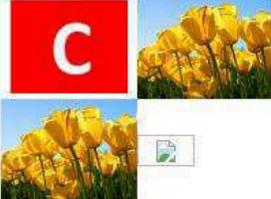
Serviços

S



Cidade

C



Secretarias

S



Departamentos

D



Prefeitura Municipal de Paranaiguara - Praça dos Três Poderes, S/N Centro - CEP: 75880000 - Telefone: (0*64) 3655-0100

Dimensão	Crítérios	Análise
Navegabilidade	Mecanismos de Busca	Não
	Mecanismos de Ajuda	Não
	Mapa do <i>Site</i>	Não
	Suporte a Outros Idiomas	Não
	<i>Link</i> para a Página Inicial	Está presente no <i>menu</i> da página principal e acessível em qualquer subpágina
	Manual de Uso do <i>Site</i>	Não
	Disponibilidade de <i>Links</i> Governamentais	Disponibilização de <i>links</i> do Portal da Transparência, Diário Oficial e Tribunal de Contas do Município na página principal.
Informações Governamentais	Econômicas	Não
	Culturais	Não
	Turísticas	Não
	Históricas	Apresenta a história da cidade a partir do menu cidade no <i>link</i> História da Cidade.
	Geográficas	Apresenta o menu localização do Município, o qual acessa o mapa do município
	Étnicas	Não
	Legislações	Disponível a partir do menu Transparência
	Públicos Contemplados	Municípios, Servidores Públicos, mas com nenhuma ou pouca interação com turistas e empresas.
	Agenda Governantes	Não
	Autoridades Responsáveis	Não apresenta quem são as autoridades responsáveis pelas Secretarias e Departamentos do Município, no entanto, apresenta a lista com os telefones de órgãos vinculados o governo municipal.
	Programas Governamentais	Disponível a partir do menu Obras
	Notícias / Painel - Ações governamentais decididas e a serem decididas	Disponível na página principal a partir do menu Notícias
	Inclusão Digital	Não apresenta ações específicas de inclusão digital
Perguntas e Respostas	Não apresenta ações específicas de perguntas e respostas.	
Serviços	Atendimento <i>On-line</i>	Não
	Emissão de Documentos Oficiais	Sim
	Fale Conosco	Não
Controle Público	Arrecadação	Sim
	Aplicação Financeira dos Recursos	Sim
	Gastos Públicos	Sim
Participação	Sistema de Votação <i>On-</i>	Não

	<i>line</i>	
	Agenda Decisória	Não
	Espaço para debates e incorporação de estudos	Não
	Comentar Notícias	Não
	Espaço para formular textos legislativos	Não
	Acompanhar Discussões / Debates	Não
	Fóruns Temáticos	Não
	Salas de Bate-Papos	Não
	Biblioteca Virtual	Não
	Uso de Redes Sociais	Não
	Envio por <i>e-mail</i>	Não

Quadro 29: Dados Coletados Município de Paranaiguara (GO)

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

O Governo Executivo do município de Paranaiguara (GO), no que se refere à dimensão Navegabilidade, contempla os critérios: link para a página inicial e disponibilidade de *links* governamentais. Esses quesitos, contemplados pelo *site* www.paranaiguara.go.gov.br, facilitam o uso do *site*, facilitando a navegação entre as subpáginas do portal e *links* governamentais.

A navegabilidade fica, porém, comprometida, uma vez que os critérios de mecanismo de busca, mecanismo de ajuda, manual do uso do *site* não estão presentes, como também o suporte a outros idiomas (GOV.BR, 2014). A ausência desses critérios inibe a visibilidade do Estado para com o cidadão, comprometendo o acesso à informação, que para Sen (2000) é um elemento fundamental para o desenvolvimento.

Dos critérios referentes à dimensão Informações Governamentais, apenas alguns são contemplados. Observa-se, nessa dimensão, que as informações relacionadas às Autoridades Responsáveis não apresentam explicitamente quem são os responsáveis pelas Secretárias e Departamentos do Município.

O *site* apresenta, no entanto, a lista com os telefones de órgãos vinculados ao governo municipal. Como destaque, além da agenda do prefeito, verifica-se que não estão presentes assuntos referentes à inclusão digital, que de acordo com Silva (2009) fortalece a transparência dos atos de governo e proporciona a ampliação de acesso aos serviços públicos por meio das TICs.

Não constam no *site* perguntas e respostas, que são elementos importantes para estabelecer uma relação de comunicação entre o Estado e os munícipes, pois estão fundamentadas no ato de informar, mediante resposta individual sob a forma de mensagem.

Com relação à dimensão Serviços, apenas a emissão de documentos oficiais está disponibilizada no Portal, comprometendo assim o acesso à informação e, conseqüentemente, a transparência dos atos de governo do poder público do município de Paranaiguara (GO).

Já os critérios referentes à dimensão Controle Público estão presentes, o que faz com que o Município tenha uma relação direta com a transparência. Por fim, tem-se a dimensão Participação, que não apresenta nenhum critério, o que demonstra a ausência de um canal de comunicação entre governantes e munícipes. Essa ausência pode ser um forte indicador de gestão não democrática.

Prefeitura de Perolândia - x

www.perolandia.go.gov.br

Fones úteis | Mapa do Site | Ouvidoria | Download | Webmail

Pesquisar...

PREFEITURA MUNICIPAL PEROLÂNDIA GESTÃO 2013/2016
Compromisso com o desenvolvimento.

HOME SECRETARIAS SERVIÇOS MULTIMÍDIA EVENTOS FALE CONOSCO



Perolândia

Prefeito

Secretarias

Prestação de contas

Destaques

V Conferência Municipal de

Banners Laterais

Acesso à Informação

PORTAL DO CIDADÃO

Dimensão	Crítérios	Análise
Navegabilidade	Mecanismos de Busca	Presente na página principal, no canto superior direito
	Mecanismos de Ajuda	Não
	Mapa do <i>Site</i>	Sim
	Suporte a Outros Idiomas	Não
	<i>Link</i> para a Página Inicial	Está presente no menu da página principal e acessível em qualquer subpágina
	Manual de Uso do <i>Site</i>	Não
	Disponibilidade de <i>Links</i> Governamentais	Disponibilização de <i>link</i> de Acesso à Informação
Informações Governamentais	Econômicas	Apresenta informações econômicas a partir do menu Perolândia
	Culturais	Não
	Turísticas	Não
	Históricas	Apresenta a história da cidade a partir do menu Perolândia.
	Geográficas	Apresenta informações geográficas da cidade a partir do menu Perolândia
	Étnicas	Não
	Legislações	Disponível a partir dos <i>banners</i> laterais
	Públicos Contemplados	Municípios, Servidores Públicos, mas com nenhuma ou pouca interação com turistas e empresas.
	Agenda Governantes	Não
	Autoridades Responsáveis	Não apresenta quem são as autoridades responsáveis pelas Secretarias e Departamentos do Município, e, também, não apresenta a lista com os telefones de órgãos vinculados ao governo municipal.
	Programas Governamentais	Disponível a partir do menu Obras
	Notícias / Painel - Ações governamentais decididas e a serem decididas	Disponível na página principal
	Inclusão Digital	Não apresenta ações específicas de inclusão digital
Perguntas e Respostas	Não apresenta ações específicas de perguntas e respostas.	
Serviços	Atendimento <i>On-line</i>	Não
	Emissão de Documentos Oficiais	Não
	Fale Conosco	Sim
Controle Público	Arrecadação	Sim
	Aplicação Financeira dos Recursos	Sim
	Gastos Públicos	Sim
Participação	Sistema de Votação <i>On-</i>	Não

	<i>line</i>	
	Agenda Decisória	Não
	Espaço para debates e incorporação de estudos	Não
	Comentar Notícias	Não
	Espaço para formular textos legislativos	Não
	Acompanhar Discussões / Debates	Não
	Fóruns Temáticos	Não
	Salas de Bate-Papos	Não
	Biblioteca Virtual	Não
	Uso de Redes Sociais	Facebook
	Envio por <i>e-mail</i>	Presente para todas as Secretarias

Quadro 30: Dados Coletados Município de Perolândia (GO)

Fonte: dados da pesquisa (2014)

A análise da estratégia digital do Governo Executivo do município de Perolândia(GO), referente aos critérios da dimensão Navegabilidade, contempla os critérios mecanismos de busca, mapa do *site*, *link* para a página inicial e disponibilidade de *links* governamentais.

Esses quesitos, contemplados pelo *site* www.perolandia.go.gov.br, facilitam o uso do *site*, facilitando a navegação entre as subpáginas do Portal e *links* governamentais. A navegabilidade ao *site* fica comprometida em relação aos critérios de mecanismo de ajuda, manual do uso do *site* e suporte a outros idiomas, que não estão presentes.

Dentre os critérios referentes à dimensão Informações Governamentais apenas alguns são contemplados. Observa-se, nessa dimensão, que as informações relativas às Autoridades Responsáveis não apresentam explicitamente quem são os responsáveis, nem o telefone de contato das Secretarias e Departamentos do Município.

A agenda do prefeito não está presente no *site*, nem assuntos referentes à inclusão digital, que de acordo com Silva (2009) fortalece a transparência dos atos de governo e proporciona a ampliação de acesso aos serviços públicos por meio das TICs. As perguntas e respostas, elementos que estabelecem uma relação de comunicação entre o Estado e os munícipes, tampouco aparecem no Portal.

Com relação à dimensão Serviços, apenas o critério Fale Conosco está disponível para a sociedade. Dessa forma, o acesso às informações de forma digital fica reduzido, uma vez que serviços essenciais não estão sendo disponibilizados para a sociedade. A oferta desses serviços *on-line* facilita o acesso às informações com o uso das TICs. Muitos serviços estão incluídos nas liberdades instrumentais apontadas por Sen (2000).

Os critérios referentes à dimensão Controle Público estão presentes no *site*, o que faz com que o Município tenha uma relação direta com a transparência. Por fim, tem-se a dimensão Participação, que disponibiliza apenas os critérios Uso de Redes Sociais e envio por *e-mail*. No *site* do município de Perolândia (GO) existe, portanto, um diálogo com públicos distintos de forma equitativa entre governantes e munícipes.

Além desses critérios, há no *site* um calendário de audiências públicas, o que de certa forma atende parcialmente o critério acompanhar discussões/debates, que representam instrumentos de participação popular na gestão pública, o que denota

um início de gestão democrática, embora a ausência dos outros critérios de participação popular na gestão pública possa ser um indicador de gestão não democrática.

Página Inicial x

www.portelandia.go.gov.br

Quinta-feira 22 de Maio de 2014 | 20h24m

CLIMA: Pancadas | Mínima 20° | Máxima 27°

Acessar Webmail


PREFEITURA DE PORTELÂNDIA
 Juntos construindo o futuro.

 Digite o que procura **PROCURAR**


Acesso à Informação

A Informação é um direito de todo cidadão. Disponibilizá-las é a nossa obrigação. Confira o novo portal da nossa cidade.

BRASIL

Para Você

- Nossa Cidade
- Agenda do Prefeito
- Agenda de Eventos
- Notícias
- Campanhas
- Fale com a Prefeitura

Encontre Fácil

- Orgãos e Entidades
- Endereços e Telefones

Transparência Pública

- Diário Oficial
- Legislação
- Licitações
- Prestação de contas
- Concursos Públicos

Secretarias

- Secretaria de Agricultura e Comércio
- Secretaria de Cultura
- Secretaria de Educação
- Secretaria de Esportes
- Secretaria de Habitação
- Secretaria de Obras
- Secretaria de Saúde

Página Inicial

Notícias em Destaque



Prefeito Adão Diogo e parte de sua equipe almoçam com os Garis em homenagem ao "Dia do Gari", na última sexta-feira.

17/05/2014 | 14h51m

O Prefeito Adão Diogo, acompanhado de parte de sua equipe, almoçam na última sexta-feira, com os garis e prestadores de serviços gerais da Prefeitura Municipal ... Leia mais.

Últimas Notícias

- Prefeito Adão Diogo e parte de sua equipe tomam café ...
[21 de Maio - 20m06h - Gabinete do Prefeito]
- 7 Festa do Carreiro de Portelândia (GO) será no dia ...
[10 de Abril - 21m16h - Cultura]
- Programação da 7 Festa do Carreiro já está quase pronta ...
[28 de Março - 22m47h - Cultura]
- Governador Marconi Perillo deve visitar Portelândia (GO) em poucos dias!
[07 de Fevereiro - 17m20h - Gabinete do Prefeito]
- Portelândia Futebol Clube vai participar de campeonato regional de Perolândia ...
[03 de Fevereiro - 21m35h - Esportes]

+ Ver Todas

Dimensão	Crítérios	Análise
Navegabilidade	Mecanismos de Busca	Presente na página principal, no canto superior direito e canto inferior esquerdo.
	Mecanismos de Ajuda	Não
	Mapa do <i>Site</i>	Não
	Suporte a Outros Idiomas	Não
	<i>Link</i> para a Página Inicial	Presente na página principal, mas não apresenta nome significativo para identificar que se trata da página principal. O acesso é realizado mediante imagem que representa o logo da cidade de Portelândia
	Manual de Uso do <i>Site</i>	Não
	Disponibilidade de <i>Links</i> Governamentais	Disponibilização de links para o Diário Oficial e Acesso à Informação.
Informações Governamentais	Econômicas	Apresenta informações econômicas a partir do menu Prestação de Contas
	Culturais	Apresenta informações culturais a partir menu Nossa Cidade
	Turísticas	Apresenta informações turísticas a partir menu Nossa Cidade
	Históricas	Apresenta a história da cidade a partir do menu Nossa Cidade.
	Geográficas	Não
	Étnicas	Não
	Legislações	Disponível a partir do <i>banner</i> Transparência Pública
	Públicos Contemplados	Municípios, Servidores Públicos, Turistas, mas com nenhuma ou pouca interação com as empresas.
	Agenda Governantes	Não
	Autoridades Responsáveis	Apresenta quem são as autoridades responsáveis pelas Secretarias e Departamentos do Município, e, também, apresenta a lista com os telefones de órgãos vinculados ao governo municipal.
	Programas Governamentais	Disponível na página principal
	Notícias / Painel - Ações governamentais decididas e a serem decididas	Disponível na página principal
	Inclusão Digital	Não apresenta ações específicas de inclusão digital
Perguntas e Respostas	Não apresenta ações específicas de perguntas e respostas.	
Serviços	Atendimento <i>On-line</i>	Sim
	Emissão de Documentos Oficiais	Sim
	Fale Conosco	Sim
Controle Público	Arrecadação	Sim
	Aplicação Financeira dos Recursos	Sim
	Gastos Públicos	Sim

Participação	Sistema de Votação <i>On-line</i>	Não
	Agenda Decisória	Não
	Espaço para debates e incorporação de estudos	Não
	Comentar Notícias	Não
	Espaço para formular textos legislativos	Não
	Acompanhar Discussões / Debates	Não
	Fóruns Temáticos	Não
	Salas de Bate-Papos	Não
	Biblioteca Virtual	Não
	Uso de Redes Sociais	Facebook
	Envio por <i>e-mail</i>	Presente para todas as Secretarias

Quadro 31: Dados Coletados Município de Portelândia (GO)

Fonte: dados da pesquisa (2014)

A estratégia digital do Governo Executivo do município de Portelândia (GO) referente aos critérios da dimensão Navegabilidade contempla os critérios mecanismos de busca, *link* para a página inicial e disponibilidade de *links* governamentais.

Esses quesitos, contemplados pelo *site* www.portelandia.go.gov.br, facilitam o uso do *site*, facilitando a navegação entre as subpáginas do Portal e *links* governamentais, porém, a ausência de mecanismo de ajuda, mapa do *site*, manual de uso do *site* e suporte a outros idiomas não estão presentes, o que prejudica a navegabilidade.

Os critérios referentes à dimensão Informações Governamentais contemplam-se na maioria. Nessa dimensão, as informações referentes aos turistas estão contempladas, apresentando o potencial turístico do Município, promovendo principalmente a Festa do Carreiro. De acordo com dados do Município, cerca de 100 mil pessoas passam pela cidade durante a realização do evento.

Outro fator importante está associado com a agenda do prefeito, que não está presente no *site*. Por fim, verifica-se que não estão presentes assuntos referentes à inclusão digital, que fortalece a transparência dos atos de governo e proporciona a ampliação de acesso aos serviços públicos por meio das TICs (SILVA, 2009).

Não estão disponibilizadas, também, perguntas e respostas, elementos importantes para estabelecer uma relação de comunicação entre o Estado e os munícipes, que está fundamentada no ato de informar, mediante resposta individual sob a forma de mensagem.

Com relação à dimensão Serviços, todos os critérios estão disponibilizados no *site*. A disponibilidade desses serviços *on-line* facilita o acesso às informações, e muitos deles estão incluídos nas liberdades instrumentais apontadas por Sen (2000).

Os critérios referentes à dimensão Controle Público estão presentes, o que faz com o Município tenha uma relação direta com a transparência. Quanto à dimensão Participação, apenas os critérios uso de redes sociais e envio por *e-mail* estão presentes no *site* do município de Portelândia (GO), o que mostra a existência de diálogo com públicos distintos de forma equitativa entre governantes e munícipes.

Além desses critérios há no *site* um calendário de audiências públicas, o que atende parcialmente o critério acompanhar discussões/debates, que representa um instrumento de participação popular na gestão pública, apontando o início de gestão

democrática, que limita-se pela ausência dos outros critérios de participação popular na gestão pública.

The image shows a screenshot of the official website of the Municipality of Quirinópolis, Brazil. The browser's address bar displays the URL www.quirinopolis.go.gov.br. The website's header features the logo for "Prefeitura Quirinópolis" with the administrative period "Adm. 2013-2016" set against a night-time photograph of a park with illuminated buildings and palm trees.

A blue navigation menu is positioned below the header, containing the following items: PÁGINA INICIAL, QUIRINÓPOLIS, GOVERNO, CIDADÃO, SERVIÇOS, NOTÍCIAS, SERVIDOR, and PORTAL TRANSPARÊNCIA. Below the menu, the current date and time are shown as "20:37:34 - Quinta-feira, 22 de Mai de 2014". On the right side of this section, there are links for "FALE CONOSCO" and "WEBMAIL".

The main content area is divided into several sections. On the left, there is a large image of a landscape with a hillside and trees, accompanied by the slogan "A gente cuida, a gente faz!". Below this image, a news snippet is dated "22/05/2014" and titled "Superintendente de Meio Ambiente Vistoria Várias Regiões em Quirinópolis." To the right of the landscape image, there are three news items: "Dona Margarida foi palco de mais um Baile da Melhor Idade", "Associados da AMMO receberam informações sobre BPC/LOAS", and a blue button that reads "Superintendente de Meio Ambiente Faz Vistoria". Below these items, another news snippet is titled "Nova máquina começa a revitalizar o trânsito da cidade."

At the bottom of the main content area, there is a "SERVIÇOS" section with five icons representing different municipal services: a person, a magnifying glass, a person with a speech bubble, a building, and a hand holding a document.

On the right side of the page, there is a vertical sidebar with two promotional banners. The top banner is for the "35ª FERIA DO CANGAÇA EM QUIRINÓPOLIS 2014", held from June 9th to 13th at the "Parque de exposição". It lists several musical acts and their performance dates: Israel Novais (10/07), Zé Henrique & Gabriel (11/07), Gafacel (12/07), and Caio Resco Vitorius (13/07). The bottom banner is for "OPERAÇÃO CIDADE LIMPA", which encourages citizens to place their construction debris in a red dumpster labeled "CACAMBA". It includes the text "A PARTIR DE AGORA COLOQUE SEU ENTULHO DE CONSTRUÇÃO NA CACAMBA." and a call to action: "CLIQUE AQUI, PARA VER OS DIAS DE COLETA".

Dimensão	Crítérios	Análise
Navegabilidade	Mecanismos de Busca	Não
	Mecanismos de Ajuda	Não
	Mapa do <i>Site</i>	Não
	Suporte a Outros Idiomas	Não
	<i>Link</i> para a Página Inicial	Está presente no menu da página principal, que faz parte de todas as subpáginas.
	Manual de Uso do <i>Site</i>	Não
	Disponibilidade de <i>Links</i> Governamentais	Disponibilização de <i>links</i> do portal da transparência e diário Oficial na página principal.
Informações Governamentais	Econômicas	Informações econômicas estão presentes a partir do menu Quirinópolis.
	Culturais	Informações culturais estão presentes a partir da Estrutura Organizacional e Administrativa do Poder Executivo de Quirinópolis, com acesso a partir da opção de menu Governo
	Turísticas	Informações culturais estão presentes a partir da Estrutura Organizacional e Administrativa do Poder Executivo de Quirinópolis, com acesso a partir da opção de menu Governo
	Históricas	Informações históricas estão presentes a partir do menu Quirinópolis.
	Geográficas	Informações geográficas estão presentes a partir do menu Quirinópolis.
	Étnicas	Apresenta informações étnicas no contexto da história do município.
	Legislações	Legislações disponíveis a partir do menu Serviços nas opções decretos e leis municipais.
	Públicos Contemplados	Municípios, Servidores, Empresas, mas não percebe-se de forma explícita no <i>site</i> a relação com o público investidor e turistas.
	Agenda Governantes	Não contempla agenda dos governantes.
	Autoridades Responsáveis	Disponível o nome e o telefone de todos os Secretários.
	Programas Governamentais	As ações desenvolvidas pelas Secretarias estão disponibilizadas para o cidadão na forma de notícias.
	Notícias / Painel - Ações governamentais decididas e a serem decididas	Disponível na página principal a partir do menu notícias e pelo quadro mais notícias, mas somente para consultas
	Inclusão Digital	Não apresenta ações específicas de inclusão digital
	Perguntas e Respostas	Está disponível esse tipo de informação no <i>site</i> , no menu cidadão.
Serviços	Atendimento <i>On-line</i>	Serviços oferecidos <i>on-line</i> estão presentes no menu <i>Serviços On-Line</i> . Dentre eles tem-se o <i>contracheque para os servidores municipais, IPTU, emissão de NFS-e / DMS, Consulta de processos. Protocolo on-line</i> . Vagas de emprego via SINE. Para os professores da rede municipal tem-se o acesso ao portal EducaWeb. Para os municípios tem-se a opção Sistema de Informação ao Cidadão a partir do menu Cidadão na página principal, a partir do qual podem-se solicitar informações públicas.
	Emissão de Documentos	Emissão <i>on-line</i> de extratos, nota fiscal eletrônica, validação de nota fiscal eletrônica, contas públicas do

	Oficiais	município - portal da transparência.
	Fale Conosco	Presente na página principal um <i>link</i> Fale Conosco. Possui também opção para a Ouvidoria. Ambos os serviços levam ao preenchimento do mesmo formulário.
Controle Público	Arrecadação	Está presente a partir da opção Portal Transparência no submenu painel da transparência, a partir do qual tem-se o acesso às receitas e despesas dos poderes públicos e seus órgãos, além dos repasses de recursos entre os níveis de governo ou destes para o cidadão.
	Aplicação Financeira dos Recursos	Está presente a partir da opção Portal Transparência no submenu painel da transparência, a partir do qual tem-se o acesso às receitas e despesas dos poderes públicos e seus órgãos, além dos repasses de recursos entre os níveis de governo ou destes para o cidadão.
	Gastos Públicos	Está presente a partir da opção Portal Transparência no submenu painel da transparência, a partir do qual tem-se o acesso às receitas e despesas dos poderes públicos e seus órgãos, além dos repasses de recursos entre os níveis de governo ou destes para o cidadão.
Participação	Sistema de Votação <i>On-line</i>	Não
	Agenda Decisória	Não
	Espaço para debates e incorporação de estudos	Não
	Comentar Notícias	Não
	Espaço para formular textos legislativos	Não
	Acompanhar Discussões / Debates	Não
	Fóruns Temáticos	Não
	Salas de Bate-Papos	Não
	Biblioteca Virtual	Não
	Uso de Redes Sociais	Facebook
Envio por <i>e-mail</i>	Nenhuma Secretaria apresenta <i>e-mail</i> dos Secretários.	

Quadro 32: Dados Coletados Município de Quirinópolis (GO)

Fonte: dados da pesquisa (2014)

A análise da estratégia digital do Governo Executivo do município de Quirinópolis (GO) referente aos critérios da dimensão Navegabilidade contempla os *links* para a página inicial e disponibilidade de *links* governamentais. Esses quesitos contemplados pelo *site* www.quirinopolis.com.br facilitam o seu uso, facilitando a navegação entre as subpáginas do portal e *links* governamentais (GOV.BR, 2014).

A navegabilidade, porém, fica comprometida uma vez que os critérios de mecanismo de busca, de ajuda, o mapa do *site* e manual de uso não estão presentes e, também, não contempla suporte a outros idiomas. Os critérios não contemplados inibem a visibilidade do Estado para com o cidadão, comprometendo o acesso à informação, que para Sen (2000) é um elemento fundamental para o desenvolvimento.

Os critérios referentes à dimensão Informações Governamentais contemplam-se na maioria. Nessa dimensão observou-se que as informações referentes aos turistas são incipientes. Outro fator importante está associado à agenda do prefeito, que não está presente no *site*.

O *site* não contempla assuntos referentes à inclusão digital, que de acordo com Silva (2009) fortalece a transparência dos atos de governo e proporciona a ampliação de acesso aos serviços públicos por meio das TICs, além da ausência de perguntas e respostas, que são elementos importantes para estabelecer uma relação de comunicação entre o Estado e os municípios, fundamentada no ato de informar, mediante resposta individual sob a forma de mensagem.

Com relação à dimensão Serviços, todos os critérios estão disponibilizados no *site*, o que facilita o acesso às informações. Muitos serviços estão incluídos nas liberdades instrumentais apontadas por Sen (2000). Da mesma forma, todos os critérios referentes à dimensão Controle Público estão presentes no *site*, o que faz com o Município tenha uma relação direta com a transparência.

Por fim, tem-se a dimensão Participação, e apenas o critério uso de redes sociais está presente no *site* do município de Quirinópolis (GO), o que mostra a existência de diálogo com públicos distintos de forma equitativa entre governantes e municípios, porém nenhuma Secretaria do Município apresenta *e-mail* de contato dos respectivos responsáveis. Esse aspecto, vinculado aos outros critérios que não estão contemplados, pode ser um indicador de gestão não democrática.

Prefeitura de Rio Verde - C x

www.rioverdegoias.com.br

Rio Verde
PREFEITURA DE
DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO

NOSSA CIDADE | PREFEITURA | SECRETARIAS | TRANSPARÊNCIA | SERVIÇOS ON-LINE | NOTÍCIAS



ACESSIBILIDADE E OPORTUNIDADE PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS
Rio Verde já investiu mais de R\$ 1,5 milhão em aparelhos e equipamentos

Notícias

Gestores recebem formação em Direitos Humanos e Registro Civil de Nascimento



Na manhã desta segunda-feira, 19, foi aberta oficialmente a Formação em Direitos Humanos e registro Civil de Nascimento promovida pela Secretária de Assistência Social, em parceria C...

[Leia mais](#)

Secretaria de Educação
22/05/2014 15:52 Estudantes de 4º e 8º ano fazem simulados para a Prova Brasil

Superintendência Municipal de Trânsito
22/05/2014 15:24 Colaboradores recebem orientações sobre trânsito na SIPAT

Secretaria de Juventude, Ciência e Tecnologia
22/05/2014 14:54 Projetos da Prefeitura participam de apresentação em Brasília

Secretaria de Esporte e Lazer

Nossa Cidade

Conheça Rio Verde, a capital do Sudoeste Goiano

Conheça nossa cidade, veja nossa história, pontos turísticos, nossa cultura e as principais características de da região.



Agenda

Fique por dentro dos acontecimentos da cidade

22/05: Sarau Cultural de Danças

Tempo em Rio Verde

Tempo Agora
Rio Verde - GO

Qui 22/05

MAX.	28°C
MIN.	19°C
CHUV.	2mm

chuvas rápidas

Serviços

SAC
64 3602 8000
SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO

PROCON

Dimensão	Crítérios	Análise
Navegabilidade	Mecanismos de Busca	Não
	Mecanismos de Ajuda	Não
	Mapa do <i>Site</i>	Não
	Suporte a Outros Idiomas	Não
	<i>Link</i> para a Página Inicial	Presente na página principal, mas não apresenta nome significativo para identificar que se trata da página principal. O acesso é realizado mediante imagem que representa o logo da cidade de Rio Verde.
	Manual de Uso do <i>Site</i>	Não
	Disponibilidade de <i>Links</i> Governamentais	Disponibilização de <i>links</i> do portal da transparência, por meio do menu Transparência.
Informações Governamentais	Econômicas	Informações econômicas disponibilizadas a partir do menu Nossa Cidade, destacando a Agricultura e Pecuária e Indústria e Comércio.
	Culturais	Informações geográficas disponibilizadas a partir do menu: Nossa Cidade
	Turísticas	Informações geográficas disponibilizadas a partir do menu Nossa Cidade. Tem-se uma apresentação dos principais pontos turísticos
	Históricas	Informações históricas estão presentes a partir do menu: Nossa Cidade
	Geográficas	Informações geográficas disponibilizadas a partir do menu Mineiros em Números
	Étnicas	Algumas informações presentes na parte histórica
	Legislações	O acesso à legislação se dá por meio do menu Transparência. Apresenta um histórico de algumas legislações a partir de 2005.
	Públicos Contemplados	Municípios, Servidores, Empresas, mas não percebe-se de forma explícita no <i>site</i> a relação com o público investidor, mas apresenta um forte canal de comunicação com os turistas, com referências ao turismo histórico cultural, turismo de lazer, turismo de aventura, turismo rural e turismo tecnológico.
	Agenda Governantes	Não contempla agenda dos governantes.
	Autoridades Responsáveis	Disponível o nome e o telefone de todos os Secretários, e na maioria das Secretarias tem-se o <i>e-mail</i> de contato.
	Programas Governamentais	As ações desenvolvidas pelas Secretarias estão disponibilizadas para o cidadão na forma de notícias. De forma geral tem-se acesso aos programas governamentais. Apresenta calendário de audiências públicas.
	Notícias / Paineis - Ações governamentais decididas e a serem decididas	Disponível na página principal Quadro de Avisos, mas somente para consultas.
	Inclusão Digital	Não se observaram conteúdos específicos no <i>site</i> para inclusão digital
Perguntas e Respostas	Não está disponível este tipo de informação no <i>site</i> . Exceto a presença de um SAC via telefone.	
Serviços	Atendimento <i>On-line</i>	Serviços oferecidos <i>on-line</i> estão presentes no menu <i>Serviços On-Line</i> . Dentre eles tem-se o contracheque para os servidores municipais, IPTU, emissão de NFS-e / DMS, Consulta de processos. Protocolo <i>on-line</i> . Vagas de emprego via SINE.
	Emissão de Documentos Oficiais	Emissão <i>on-line</i> de extratos, nota fiscal eletrônica, validação de nota fiscal eletrônica, contas públicas do município - portal da transparência.

	Fale Conosco	Apresenta um canal de Ouvidoria, mas necessita de <i>login</i> e senha para acessar.
Controle Público	Arrecadação	Disponível a partir da opção Sistemas Web que se encontra no rodapé da página principal, mas faz-se necessário o uso de um <i>login</i> e senha. A partir do portal da transparência tem-se o acesso aos dados da arrecadação municipal.
	Aplicação Financeira dos Recursos	Está presente a partir do menu Transparência, que direciona o cidadão a um <i>link</i> externo, apresentando-lhe informações sobre a aplicação dos recursos financeiros, que também estão presentes em notícias.
	Gastos Públicos	Está presente a partir do menu Transparência, que direciona o cidadão a um <i>link</i> externo, apresentando-lhe informações sobre a aplicação os gastos públicos, como, por exemplo, folha de pagamento e gastos diretos com o governo.
Participação	Sistema de Votação <i>On-line</i>	Não
	Agenda Decisória	Não
	Espaço para debates e incorporação de estudos	Não
	Comentar Notícias	Não
	Espaço para formular textos legislativos	Não
	Acompanhar Discussões / Debates	Apresenta calendário de audiências públicas
	Fóruns Temáticos	Não
	Salas de Bate-Papos	Não
	Biblioteca Virtual	Não
	Uso de Redes Sociais	Facebook
Envio por <i>e-mail</i>	Presente em todas as Secretarias.	

Quadro 33: Dados Coletados município de Rio Verde (GO)

Fonte: dados da pesquisa (2014)

A análise da estratégia digital do Governo Executivo do município de Rio Verde, (GO) referente aos critérios da dimensão Navegabilidade, contempla os *links* para a página inicial e disponibilidade de *links* governamentais. Esses quesitos, contemplados pelo *site* www.rioverdegoias.com.br, facilitam o seu uso, facilitando a navegação entre as subpáginas do portal e *links* governamentais. (GOV.BR, 2014)

A navegabilidade, porém, fica comprometida uma vez que os critérios de mecanismo de busca, de ajuda, o mapa do *site* e seu manual de uso não estão presentes e, também, não contempla suporte a outros idiomas. Os critérios não contemplados inibem a visibilidade do Estado para com o cidadão, comprometendo o acesso à informação, que para Sen (2000) é um elemento fundamental para o desenvolvimento.

Os critérios referentes à dimensão Informações Governamentais contemplam-se na maioria. Nessa dimensão, as informações referentes aos turistas apresentam um forte canal de comunicação, pois promovem o turismo, que é um fator de desenvolvimento para o Município.

Outro fator importante está associado à agenda do prefeito, que não está presente no *site*. Por fim, verifica-se que não estão presentes assuntos referentes à inclusão digital, que de acordo com Silva (2009) fortalece a transparência dos atos de governo e proporciona a ampliação de acesso aos serviços públicos por meio das TICs.

Perguntas e respostas são elementos importantes para estabelecer uma relação de comunicação entre o Estado e os munícipes, e estão fundamentadas no ato de informar, mediante resposta individual sob a forma de mensagem, mas também estão ausentes.

Com relação à dimensão Serviços, todos os critérios estão disponibilizados no *site*. A oferta de serviços *on-line* facilita o acesso às informações, e muitos estão incluídos nas liberdades instrumentais apontadas por Sen (2000), mas para acessar o canal da ouvidoria faz-se necessário o cidadão informar um *login* e uma senha.

Da mesma forma, todos os critérios referentes à dimensão Controle Público estão presentes no *site*, o que faz com o Município tenha uma relação direta com a transparência.

Por fim tem-se a dimensão Participação, em que os critérios uso de redes sociais e envio por *e-mail* estão presentes no *site* do município de Rio Verde (GO), o

que mostra a existência de diálogo com públicos distintos de forma equitativa entre governantes e munícipes.

Além desses critérios, há no *site* um calendário de audiências públicas, o que de certa forma atende parcialmente o critério acompanhar discussões / debates, que representam instrumentos de participação popular na gestão pública, e indicam um início de gestão democrática. A ausência dos outros critérios de participação popular, porém, contraria essa gestão.

Prefeitura de Santa Helena x

www.santahelena.go.gov.br

PREFEITURA
Santa Helena de Goiás
A MAIOR OBRA É FAZER NOSSA GENTE FELIZ!
Adm.: 2013 - 2016

Home Nossa cidade Notícias Downloads Acesso à Informação Leis Municipais Contato Intranet

Últimas notícias



Torneio de Futebol categorias Sub 16 e LIVRE

Passeio ciclístico do trabalhador

Prefeitura Municipal recebe caminhão basculante e uma motoniveladora do Programa de Aceleração do ...

Viva o seu município – Paralisação das prefeituras de todo o país





Portal da **Transparência**

Acesso à Informação (LAI)

Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

Emita seu **CONTRA CHEQUE**

Dimensão	Crítérios	Análise
Navegabilidade	Mecanismos de Busca	Não
	Mecanismos de Ajuda	Não
	Mapa do <i>Site</i>	Não
	Suporte a Outros Idiomas	Não
	<i>Link</i> para a Página Inicial	Está presente no menu da página principal e acessível em qualquer subpágina
	Manual de Uso do <i>Site</i>	Não
	Disponibilidade de <i>Links</i> Governamentais	Disponibilização de <i>link</i> para o Portal da Transparência
Informações Governamentais	Econômicas	Apresenta informações econômicas a partir do menu Nossa Cidade
	Culturais	Apresenta informações culturais a partir menu Nossa Cidade
	Turísticas	Não
	Históricas	Apresenta a história da cidade a partir do menu Nossa Cidade.
	Geográficas	Não
	Étnicas	Não
	Legislações	Disponível a partir de <i>banners</i> localizados do lado esquerdo da página principal e a partir do menu Leis Municipais
	Públicos Contemplados	Municípios, Servidores Públicos, mas com nenhuma ou pouca interação com turistas e empresas.
	Agenda Governantes	Sim. No entanto encontra-se desatualizada.
	Autoridades Responsáveis	Apresenta quem são as autoridades responsáveis pelas Secretarias e Departamentos do Município, e, também, apresenta a lista com os telefones de órgãos vinculados o governo municipal.
	Programas Governamentais	Disponível na página principal
	Notícias / Paineis - Ações governamentais decididas e a serem decididas	Disponível na página principal
	Inclusão Digital	Não apresenta ações específicas de inclusão digital
Perguntas e Respostas	Não apresenta ações específicas de perguntas e respostas.	
Serviços	Atendimento <i>On-line</i>	Sim, a partir do menu <i>intranet</i>
	Emissão de Documentos Oficiais	Sim
	Fale Conosco	Sim
Controle Público	Arrecadação	Sim
	Aplicação Financeira dos Recursos	Sim
	Gastos Públicos	Sim
Participação	Sistema de Votação <i>On-</i>	Não

	<i>line</i>	
	Agenda Decisória	Não
	Espaço para debates e incorporação de estudos	Não
	Comentar Notícias	Não
	Espaço para formular textos legislativos	Não
	Acompanhar Discussões / Debates	Não
	Fóruns Temáticos	Não
	Salas de Bate-Papos	Não
	Biblioteca Virtual	Não
	Uso de Redes Sociais	<i>Facebook, Twitter, Google+</i>
	Envio por <i>e-mail</i>	Presente para todas as Secretarias

Quadro 34: Dados Coletados Município de Santa Helena de Goiás (GO)

Fonte: dados da pesquisa (2014)

O Governo Executivo do município de Santa Helena de Goiás (GO), no que se refere à dimensão Navegabilidade contempla os critérios: *link* para a página inicial e disponibilidade de *links* governamentais. Esses critérios, disponibilizados no *site* www.santahelena.go.gov.br, facilitam o uso do *site*, facilitando a navegação entre as subpáginas do portal e *links* governamentais (GOV.BR, 2014).

A navegabilidade, no entanto, fica comprometida uma vez que o critério de mecanismo de busca, mecanismo de ajuda, e manual do uso não estão presentes, e o *site* também não contempla suporte a outros idiomas. Esses critérios não contemplados inibem a visibilidade do Estado para com o cidadão, comprometendo o acesso à informação, que para Sen (2000) é um elemento fundamental para o desenvolvimento.

Os critérios referentes à dimensão Informações Governamentais contemplam-se na maioria. Nessa dimensão observou-se que a agenda do prefeito está presente no *site*, mas não está sendo alimentada com dados para deixá-la atualizada. Por fim, verifica-se que não estão presentes assuntos referentes à inclusão digital, que fortalecem a transparência dos atos de governo e ampliam o acesso aos serviços públicos por meio das TICs (SILVA, 2009)

Perguntas e respostas também são elementos importantes para estabelecer uma relação de comunicação entre o Estado e os munícipes. Essa comunicação está fundamentada no ato de informar, mediante resposta individual sob a forma de mensagem.

Com relação à dimensão Serviços, todos os critérios estão disponibilizados no *site*. A oferta desses serviços *on-line* facilita o acesso às informações, e muitos estão incluídos nas liberdades instrumentais apontadas por Sen (2000). Os critérios referentes à dimensão Controle Público estão presentes no *site*, o que faz com o Município tenha uma relação direta com a transparência.

Por fim, tem-se a dimensão Participação, que disponibiliza apenas os critérios uso de redes sociais e envio por *e-mail*, o que mostra a existência de diálogo com públicos distintos de forma equitativa entre governantes e munícipes.

Além desses critérios, estão presentes, no *site* do município de Santa Helena de Goiás (GO), um calendário de audiências públicas, que de certa forma atende parcialmente o critério acompanhar discussões/debates, que representam instrumentos de participação popular na gestão pública.

Isso demonstra um início de gestão democrática, porém a ausência dos outros critérios de participação popular na gestão pública pode ser um indicador de gestão não democrática.

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Araguaia

santaritadoaraguaia.go.gov.br



Rio Araguaia

CAPA A CIDADE NOTÍCIAS SECRETARIAS PUBLICAÇÕES EDITAL CERTIDÕES CONTATO

Buscar



1 2 3

Obras do Projeto Minha Casa, Minha Vida, continuam em ritmo acelerado em Santa Rita do Araguaia.

» VÍDEOS



Manhã das Mães 16/05
+ Vídeos

» LINKS ÚTEIS



Dimensão	Crítérios	Análise
Navegabilidade	Mecanismos de Busca	Presente na página principal, no canto superior direito
	Mecanismos de Ajuda	Não
	Mapa do <i>Site</i>	Não
	Suporte a Outros Idiomas	Não
	<i>Link</i> para a Página Inicial	Está presente no menu da página principal e acessível em qualquer subpágina
	Manual de Uso do <i>Site</i>	Não
	Disponibilidade de <i>Links</i> Governamentais	Disponibilização de <i>links</i> para os portais Agência Goiana de Municípios - AGM, Portal Brasil, Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, Governo de Goiás, Ministério Público, Polícia Militar, Interlegis, Tribunal de Contas, Caixa Econômica Federal, Receita Federal, Organização das Voluntárias de Goiás - OVG e Câmara dos Deputados.
Informações Governamentais	Econômicas	Não
	Culturais	Apresenta informações culturais a partir menu Prefeitura, na opção História de Santa Rita
	Turísticas	Sim, com informações sobre o Terminal Turístico de Santa Rita do Araguaia.
	Históricas	Apresenta a história da cidade a partir do menu Nossa Cidade.
	Geográficas	Não
	Étnicas	Não
	Legislações	Disponível a partir de <i>banners</i> localizados do lado esquerdo da página principal e a partir do menu Leis Municipais
	Públicos Contemplados	Municípios, Servidores Públicos, Turistas, mas com nenhuma ou pouca interação com empresas.
	Agenda Governantes	Não.
	Autoridades Responsáveis	Apresenta quem são as autoridades responsáveis pelas Secretarias e Departamentos do Município, e, também, a lista com os telefones de órgãos vinculados o governo municipal.
	Programas Governamentais	Disponível na página principal
	Notícias / Painel - Ações governamentais decididas e a serem decididas	Disponível na página principal
	Inclusão Digital	Não apresenta ações específicas de inclusão digital
	Perguntas e Respostas	Não apresenta ações específicas de perguntas e respostas.
Serviços	Atendimento <i>On-line</i>	Sim
	Emissão de Documentos Oficiais	Sim
	Fale Conosco	Sim
Controle Público	Arrecadação	Sim
	Aplicação Financeira dos Recursos	Sim

	Gastos Públicos	Sim
Participação	Sistema de Votação <i>On-line</i>	Não
	Agenda Decisória	Não
	Espaço para debates e incorporação de estudos	Não
	Comentar Notícias	Não
	Espaço para formular textos legislativos	Não
	Acompanhar Discussões / Debates	Não
	Fóruns Temáticos	Não
	Salas de Bate-Papos	Não
	Biblioteca Virtual	Não
	Uso de Redes Sociais	Facebook
	Envio por <i>e-mail</i>	Presente para todas as Secretarias

Quadro 35: Dados Coletados Município de Santa Rita do Araguaia (GO)

Fonte: dados da pesquisa (2014)

A estratégia digital do Governo Executivo do município de Santa Rita do Araguaia (GO), referente aos critérios da dimensão Navegabilidade, contempla os critérios: mecanismos de busca, *link* para a página inicial e disponibilidade de *links* governamentais.

Os quesitos contemplados pelo *site* www.santaritadoaraguaia.go.gov.br facilitam o uso do *site* entre as subpáginas do portal e *links* governamentais, porém a navegabilidade fica comprometida uma vez que os critérios de mecanismo de ajuda, mapa do *site*, manual de uso do *site* e suporte a outros idiomas não estão presentes.

Os critérios referentes à dimensão Informações Governamentais contemplam-se na maioria. Nessa dimensão, as informações referentes aos turistas estão contempladas, de forma a apresentar o potencial turístico do Município, haja vista as belezas naturais dos rios que cortam o município, dentre eles o Rio Araguaia.

Por fim, verifica-se que não estão presentes no *site* assuntos referentes à inclusão digital, que fortalecem a transparência dos atos de governo e proporcionam a ampliação de acesso aos serviços públicos por meio das TICs. As perguntas e respostas também não estão presentes, embora elementos importantes para estabelecer uma relação de comunicação entre o Estado e os municípios (SILVA, 2009).

Com relação à dimensão Serviços, todos os critérios estão disponibilizados no *site*. A oferta desses serviços *on-line* facilita o acesso às informações, muitos dos quais estão incluídos nas liberdades instrumentais apontadas por Sen (2000). Os critérios referentes à dimensão Controle Público estão presentes no *site*, o que faz com que o Município tenha uma relação direta com a transparência.

Por fim, tem-se a dimensão Participação, e apenas os critérios uso de redes sociais e envio por *e-mail* estão presentes no *site* do município de Santa Rita do Araguaia (GO) entre governantes e municípios.

Além desses critérios, há no *site* um calendário de audiências públicas, que de certa forma atende parcialmente o critério acompanhar discussões/debates, que representam instrumentos de participação popular na gestão pública, denotando um início de gestão democrática, porém a ausência dos outros critérios de participação popular na gestão pública pode ser um indicador de gestão não democrática.

PREFEITURA MUNICIPAL | x

www.contasnacional.com.br/go/pmsantoantoniiodabarra/

PREFEITURA MUNICIPAL DE
SANTO ANTÔNIO DA BARRA - GO

Quinta-feira, 22 de Maio de 2014 - 20:21

CONFIGURE O SITE
Cores

FEDERAL
Presidência
Ministérios
Senadores
Deputados Federais
Justiça Federal

GOVERNOS
Governo Federal
Governos Estaduais
Governos Municipais
Governos Estrangeiros

SERVIÇOS
Caixa Econômica Federal
Contas Nacional
Correios
Diário Oficial da União
MEC
Receita Federal
Tribunal de Contas da União

INFORMAÇÕES
Distribuição de arrecadação dos municípios

PESQUISA
Pesquisa de municípios no cadastro do TCU:

Pesquisar

CONTAS PÚBLICAS
2005
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
2013

LEIS E EDITAIS
Leis Municipais

TURISMO
Histórico
Galeria de Fotos

CONTATO
Fone: 0XX

Gestão
2013-2016

Desenvolvimento

 **ESTADO DE GOIÁS**

Dimensão	Crítérios	Análise
Navegabilidade	Mecanismos de Busca	Não, mas apresenta apenas um mecanismo de busca de municípios cadastrados no TCU.
	Mecanismos de Ajuda	Não
	Mapa do <i>Site</i>	Não
	Suporte a Outros Idiomas	Não
	<i>Link</i> para a Página Inicial	Não, pois o <i>site</i> é padronizado pelo portal Contas Nacional, e cada <i>link</i> acessa outros portais.
	Manual de Uso do <i>Site</i>	Não
	Disponibilidade de <i>Links</i> Governamentais	Não, pois o <i>site</i> é padronizado pelo portal Contas Nacional, e cada <i>link</i> acessa outros portais.
Informações Governamentais	Econômicas	Não
	Culturais	Não
	Turísticas	Não
	Históricas	Não
	Geográficas	Não
	Étnicas	Não
	Legislações	Não
	Públicos Contemplados	Não
	Agenda Governantes	Não
	Autoridades Responsáveis	Não
	Programas Governamentais	Não
	Notícias / Painel - Ações governamentais decididas e a serem decididas	Não
	Inclusão Digital	Não
	Perguntas e Respostas	Não
Serviços	Atendimento <i>On-line</i>	Não
	Emissão de Documentos Oficiais	Não
	Fale Conosco	Não
Controle Público	Arrecadação	Não
	Aplicação Financeira dos Recursos	Não
	Gastos Públicos	Não
Participação	Sistema de Votação <i>On-</i>	Não

<i>line</i>	
Agenda Decisória	Não
Espaço para debates e incorporação de estudos	Não
Comentar Notícias	Não
Espaço para formular textos legislativos	Não
Acompanhar Discussões / Debates	Não
Fóruns Temáticos	Não
Salas de Bate-Papos	Não
Biblioteca Virtual	Não
Uso de Redes Sociais	Não
Envio por <i>e-mail</i>	Não

Quadro 36: Dados Coletados Município de Santo Antônio da Barra (GO)¹

Fonte: dados da pesquisa (2014)

¹ A estratégia digital do Governo Executivo do município de Santo Antônio da Barra (GO) referente aos critérios analisados em todas as dimensões não são verificados, uma vez que a Prefeitura não apresenta um *site* oficial. Os dados do Município são disponibilizados pelo *site* www.contasnacional.com.br/go/pmsantoantoniobarra/

The image shows a screenshot of a web browser displaying the official website of the Municipality of São Simão. The browser's address bar shows the URL saosimao.go.gov.br. The main banner features an aerial view of the city and a central circular logo with the text "PREFEITURA DE SÃO SIMÃO Responsabilidade e Desenvolvimento ADM: 2013 - 2016". Below the banner is a green navigation bar with the following links: HOME, LICITAÇÕES, NOTÍCIAS, INFORMAÇÕES, VIAJE SÃO SIMÃO, PUBLICAÇÃO DE LEIS, MAPA DO SITE, and NOTA FISCAL ELETRÔNICA. A secondary green bar contains the text "FOTO GALERIA / EVENTOS / INFORMAÇÕES". The main content area includes a news item titled "PREFEITURA INICIA A REFORMA DO CAMPO DA VILA BELA" with two photographs of a tractor working on a field. To the right, there is a vertical menu with three green buttons: "TRANSPARENCIA MUNICIPAL", "CONTAS PÚBLICAS", and "CÓDIGO DE POSTURAS".

Dimensão	Crerios	Análise
Navegabilidade	Mecanismos de Busca	Não
	Mecanismos de Ajuda	Não
	Mapa do <i>Site</i>	Sim
	Suporte a Outros Idiomas	Não
	<i>Link</i> para a Página Inicial	Está presente no menu da página principal e acessível em qualquer subpágina
	Manual de Uso do <i>Site</i>	Não
	Disponibilidade de <i>Links</i> Governamentais	Disponibilidade de <i>links</i> para os portais Portal da Transparência, Portal de Acesso à Informação, Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Câmara dos Deputados, Senado Federal, Governo do Brasil, Governo de Goiás, Secretária da Fazenda do Estado de Goiás, Receita Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas do Estado de Goiás.
Informações Governamentais	Econômicas	Não
	Culturais	Apresenta informações culturais a partir menu Mapa do <i>Site</i> , na opção História
	Turísticas	Sim, com informações sobre roteiros turísticos, gastronomia e hospedagem
	Históricas	Apresenta a história da cidade a partir do menu Nossa Cidade.
	Geográficas	Sim
	Étnicas	Não
	Legislações	Disponível a partir de <i>banners</i> localizados do lado esquerdo da página principal
	Públicos Contemplados	Municípios, Servidores Públicos, Turistas, mas com nenhuma ou pouca interação com empresas.
	Agenda Governantes	Não.
	Autoridades Responsáveis	Apresenta quem são as autoridades responsáveis pelas Secretarias e Departamentos do Município, e também apresenta a lista com os telefones de órgãos vinculados ao governo municipal.
	Programas Governamentais	Disponível na página principal
	Notícias / Painel - Ações governamentais decididas e a serem decididas	Disponível na página principal
	Inclusão Digital	Não apresenta ações específicas de inclusão digital
	Perguntas e Respostas	Não apresenta ações específicas de perguntas e respostas.
Serviços	Atendimento <i>On-line</i>	Sim
	Emissão de Documentos Oficiais	Sim
	Fale Conosco	Sim
Controle Público	Arrecadação	Sim
	Aplicação Financeira dos Recursos	Sim

	Gastos Públicos	Sim
Participação	Sistema de Votação <i>On-line</i>	Não
	Agenda Decisória	Não
	Espaço para debates e incorporação de estudos	Não
	Comentar Notícias	Não
	Espaço para formular textos legislativos	Não
	Acompanhar Discussões / Debates	Não
	Fóruns Temáticos	Não
	Salas de Bate-Papos	Não
	Biblioteca Virtual	Não
	Uso de Redes Sociais	Facebook
	Envio por <i>e-mail</i>	Presente para todas as Secretarias

Quadro 37: Dados Coletados Município de São Simão (GO)

Fonte: dados da pesquisa (2014)

A análise da estratégia digital do Governo Executivo do município de São Simão (GO) referente aos critérios da dimensão Navegabilidade contempla os critérios mapa do *site*, *link* para a página inicial e disponibilidade de *links* governamentais. Esses quesitos contemplados pelo *site* www.saosimao.go.gov.br facilitam seu uso, promovendo a facilidade de navegação entre as subpáginas do portal e *links* governamentais (GOV.BR, 2014).

Os critérios referentes à dimensão Informações Governamentais contemplam-se na maioria. Nessa dimensão observou-se que as informações referentes aos turistas estão contempladas, de forma a apresentar o potencial turístico do Município, haja vista as belezas naturais promovidas pelo lago formado pela barragem da hidrelétrica de São Simão.

Por fim, verifica-se a ausência, no *site*, de assuntos referentes à inclusão digital. A inclusão, de acordo com Silva (2009), fortalece a transparência dos atos de governo e proporciona a ampliação de acesso aos serviços públicos por meio das TICs. Também estão ausentes as perguntas e respostas, que são elementos importantes para estabelecer uma relação de comunicação entre o Estado e os munícipes, fundamentada no ato de informar, mediante resposta individual sob a forma de mensagem.

Com relação à dimensão Serviços, todos os critérios estão disponibilizados no *site*, sendo que a sua oferta *on-line* facilita o acesso às informações. Muitos serviços estão incluídos nas liberdades instrumentais apontadas por Sen (2000). Já os critérios referentes à dimensão Controle Público estão presentes, o que mostra que o Município tem uma relação direta com a transparência.

Por fim, tem-se a dimensão Participação, que disponibiliza apenas os critérios uso de redes sociais e envio por *e-mail*. Com isso, o *site* do município de São Simão (GO) mostra que há um diálogo com públicos distintos, de forma equitativa entre governantes e munícipes.

Além desses critérios, existe no *site* um calendário de audiências públicas, o que, de certa forma, atende parcialmente o critério acompanhar discussões/debates, que representam instrumentos de participação popular na gestão pública.

Há, portanto, um início de gestão democrática, porém a ausência dos outros critérios de participação popular na gestão pública pode ser um inibidor desse tipo de gestão.

Prefeitura Municipal de Se x

pmserranopolis.blogspot.com.br



Prefeitura de Serranópolis
Cuidando melhor da nossa gente!

08:14 PM
14/44

Categorias

- Prefeitura Municipal (2)
- Secretaria de Cultura e Turismo (9)
- Serranópolis (1)

Arquivos

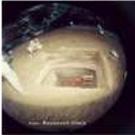
- Setembro 2010 (1)
- Maio 2010 (2)
- Abril 2010 (1)
- Março 2010 (4)
- Janeiro 2010 (2)
- Novembro 2009 (1)

Serranópolis-GO no Aventura Selvagem - SBT

Parte I Parte II Parte III Parte IV Um pouco sobre Serranópolis: Serranópolis uma cidade Histórica e maravilhosa. Maior centro de Arqueologia das Americas. Encontrado fósseis humanos com datação histórica de 11 mil anos (2º mais antigo das Américas). Um lugar pouco conhecido mas muito importante para a humanidade. No município de Serranópolis se encontra um dos maiores sítios arqueológicos das Américas, com vestígios do homem primitivo . Serranópolis...

[Leia Mais](#)

Semana Nacional de Museus Faz Histórias em Serranópolis



Uma série de programações e inaugurações marcou a Semana Nacional de Museus na cidade de Serranópolis, entre os dias 20 e 23 de maio. O evento que é idealizado pelo IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus) acontece em todas as instituições museais do país e já está em sua 8ª edição,...

[1](#) [Leia Mais](#)

Inaugurações e entrega de veículos fazem história em Serranópolis



A comunidade Serranopolina acompanhou no dia 20 de maio de 2010, mais uma importante etapa da gestão do Prefeito Sidinei Pinheiro. Entrega de veículos e a Inauguração tão esperada do Armazém de

Cultura compuseram um novo marco na história administrativa da cidade que recebeu os benefícios...

Dimensão	Crítérios	Análise
Navegabilidade	Mecanismos de Busca	Não
	Mecanismos de Ajuda	Não
	Mapa do <i>Site</i>	Não
	Suporte a Outros Idiomas	Não
	<i>Link</i> para a Página Inicial	Presente nas subpáginas
	Manual de Uso do <i>Site</i>	Não
	Disponibilidade de <i>Links</i> Governamentais	Disponibiliza <i>link</i> para a Câmara Municipal.
Informações Governamentais	Econômicas	Sim, a partir do menu Secretaria de Cultura e Turismo no <i>banner</i> História da Cidade
	Culturais	Sim, a partir do menu Secretaria de Cultura e Turismo no <i>banner</i> História da Cidade
	Turísticas	Sim, a partir do menu Secretaria de Cultura e Turismo no <i>banner</i> História da Cidade
	Históricas	Sim, a partir do menu Secretaria de Cultura e Turismo no <i>banner</i> História da Cidade
	Geográficas	Sim, a partir do menu Secretaria de Cultura e Turismo no <i>banner</i> História da Cidade
	Étnicas	Não
	Legislações	Não
	Públicos Contemplados	Municípios, Turistas, mas com nenhuma ou pouca interação com empresas
	Agenda Governantes	Não
	Autoridades Responsáveis	Não
	Programas Governamentais	Disponível na página principal
	Notícias / Paineis - Ações governamentais decididas e a serem decididas	Disponível na página principal
	Inclusão Digital	Não
	Perguntas e Respostas	Não
Serviços	Atendimento <i>On-line</i>	Não
	Emissão de Documentos Oficiais	Não
	Fale Conosco	Sim
Controle Público	Arrecadação	Não
	Aplicação Financeira dos Recursos	Não
	Gastos Públicos	Não
Participação	Sistema de Votação <i>On-</i>	Não

	<i>line</i>	
	Agenda Decisória	Não
	Espaço para debates e incorporação de estudos	Não
	Comentar Notícias	Não
	Espaço para formular textos legislativos	Não
	Acompanhar Discussões / Debates	Não
	Fóruns Temáticos	Não
	Salas de Bate-Papo	Não
	Biblioteca Virtual	Não
	Uso de Redes Sociais	Não
	Envio por <i>e-mail</i>	Não

Quadro 38: Dados Coletados Município de Serranópolis (GO)

Fonte: dados da pesquisa (2014)

O Governo Executivo do município de Serranópolis (GO), no que se refere à dimensão Navegabilidade contempla os critérios *link* para a página inicial e disponibilidade de *links* governamentais. Esses quesitos, contemplados pelo *site* www.pmserranopolis.blogspot.com.br, facilitam o seu uso e a navegabilidade do portal e *links* governamentais (GOV.BR, 2014).

A navegabilidade ao *site* fica comprometida uma vez que os critérios de mecanismos de busca, de ajuda, o manual do uso do *site* e o suporte a outros idiomas não estão presentes. Esses critérios não contemplados inibem a visibilidade do Estado para com o cidadão, comprometendo assim o acesso à informação, que para Sen (2000) é um elemento fundamental para o desenvolvimento.

Os critérios referentes à dimensão Informações Governamentais contemplam-se na maioria. Nessa dimensão observou-se que as informações referentes aos turistas estão contempladas de forma a apresentar o potencial turístico do Município. Observa-se, nessa dimensão, que as informações referentes às Autoridades Responsáveis não apresentam explicitamente no Portal quem são os responsáveis e qual o telefone de contato das Secretarias e Departamentos do Município e, também não apresenta *link* para o critério legislação.

Outro fator importante está associado com a agenda do prefeito, que não está presente no *site*. Por fim, verifica-se que não estão presentes assuntos referentes à inclusão digital. A inclusão, de acordo com Silva (2009), fortalece a transparência dos atos de governo e proporciona a ampliação de acesso aos serviços públicos por meio das TICs.

As perguntas e respostas também são elementos importantes para estabelecer uma relação de comunicação entre o Estado e os munícipes, e estão fundamentadas no ato de informar, mediante resposta individual sob a forma de mensagem, mas não estão presentes.

Com relação à dimensão Serviços, apenas o critério Fale Conosco está disponível para a sociedade. Dessa forma, o acesso às informações de forma digital fica reduzido, uma vez que serviços essenciais não estão sendo disponibilizados para a sociedade. A oferta de serviços *on-line* facilita o acesso às informações com o uso das TICs, e muitos desses serviços estão incluídos nas liberdades instrumentais apontadas por Sen (2000).

Por fim, tem-se a dimensão Participação, e nenhum critério foi encontrado no

Portal, o que mostra que não existe um canal de comunicação entre governantes e munícipes. Essa ausência pode ser um forte indicador de gestão não democrática.

The image shows a browser window with the address bar displaying "www.turvelandia.go.gov.br". The page features the official coat of arms of Turvelândia, Goiás, which includes a green star with a white 'T', a banner at the top reading "TURVELÂNDIA-GO", and a banner at the bottom with the motto "O TRABALHO NOS LIBERTARÁ". Below the coat of arms is a dark red navigation menu with the following items: PRINCIPAL, SECRETARIAS, O MUNICÍPIO, EVENTOS, TRANSPARÊNCIA, PROJETOS, LICITAÇÕES, SERVIÇOS, and CONTATO. The main content area displays a large photograph of the city name "TURVELÂNDIA" in 3D letters against a blue sky. A small URL bar at the bottom left of the image shows "www.turvelandia.go.gov.br/conteudo.php?menu=ver_slide&id=8".

Dimensão	Crítérios	Análise
Navegabilidade	Mecanismos de Busca	Não
	Mecanismos de Ajuda	Não
	Mapa do <i>Site</i>	Não
	Suporte a Outros Idiomas	Não
	<i>Link</i> para a Página Inicial	Está presente no menu da página principal e acessível em qualquer subpágina
	Manual de Uso do <i>Site</i>	Não
	Disponibilidade de <i>Links</i> Governamentais	Disponibilização de <i>links</i> para os portais do Governo de Goiás, Tribunal de Contas dos Municípios, Associação Goiana dos Municípios.
Informações Governamentais	Econômicas	Não
	Culturais	Sim, a partir do menu O Município
	Turísticas	Não
	Históricas	Sim, a partir do menu O Município
	Geográficas	Sim, a partir do menu O Município
	Étnicas	Não
	Legislações	Sim
	Públicos Contemplados	Municípios, Servidores Públicos, mas com nenhuma ou pouca interação com turistas e empresas
	Agenda Governantes	Não
	Autoridades Responsáveis	Apresenta quem são as autoridades responsáveis pelas Secretarias e Departamentos do Município e, também, a lista com os telefones de órgãos vinculados ao governo municipal
	Programas Governamentais	Disponível na página principal
	Notícias / Painel - Ações governamentais decididas e a serem decididas	Disponível na página principal
	Inclusão Digital	Não
	Perguntas e Respostas	Não
Serviços	Atendimento <i>On-line</i>	Não
	Emissão de Documentos Oficiais	Sim
	Fale Conosco	Sim
Controle Público	Arrecadação	Sim
	Aplicação Financeira dos Recursos	Sim
	Gastos Públicos	Sim
Participação	Sistema de Votação <i>On-</i>	Não

	<i>line</i>	
	Agenda Decisória	Não
	Espaço para debates e incorporação de estudos	Não
	Comentar Notícias	Não
	Espaço para formular textos legislativos	Não
	Acompanhar Discussões / Debates	Não
	Fóruns Temáticos	Não
	Salas de Bate-Papos	Não
	Biblioteca Virtual	Não
	Uso de Redes Sociais	Facebook
	Envio por <i>e-mail</i>	Não

Quadro 39: Dados Coletados Município de Turvelândia (GO)

Fonte: dados da pesquisa (2014)

O Governo Executivo do município de Turvelândia (GO), no que se refere à dimensão Navegabilidade, contempla os critérios *link* para a página inicial e disponibilidade de *links* governamentais. Os critérios contemplados pelo *site* www.turvelandia.go.gov.br facilitam o seu uso e a navegação entre as subpáginas do portal e *links* governamentais (GOV.BR, 2014).

A navegabilidade do *site* fica comprometida, no entanto, porque os critérios de mecanismo de busca, mecanismo de ajuda, manual do uso do *site* não estão presentes e, também, não contempla o suporte a outros idiomas. Esses critérios não contemplados inibem a visibilidade do Estado para com o cidadão, comprometendo o acesso à informação, que para Sen (2000) é um elemento fundamental para o desenvolvimento.

Os critérios referentes à dimensão Informações Governamentais contemplam-se na maioria. Nessa dimensão as informações econômicas, turísticas étnicas e agenda do prefeito não estão contempladas. Por fim, verifica-se que também não estão presentes assuntos referentes à inclusão digital. Essa inclusão, segundo Silva (2009), fortalece a transparência dos atos de governo e proporciona a ampliação de acesso aos serviços públicos, por meio das TICs.

As perguntas e respostas, não presentes no *site*, são elementos importantes para estabelecer uma relação de comunicação entre o Estado e os munícipes, fundamentada no ato de informar, mediante resposta individual sob a forma de mensagem.

Com relação à dimensão Serviços, somente o critério atendimento *on-line* não está disponível. Os demais itens estão contemplados, proporcionando facilidade no acesso às informações. Muitos serviços estão incluídos nas liberdades instrumentais apontadas por Sen (2000).

Já os critérios referentes à dimensão Controle Público estão presentes, o que faz com o Município tenha uma relação direta com a transparência. Por fim, tem-se a dimensão Participação, e apenas o critério uso de redes sociais está presente no *site* do município de Turvelândia (GO), o que mostra que há diálogo com públicos distintos de forma equitativa entre governantes e munícipes.

Nenhuma Secretaria do Município apresenta *e-mail* de contato dos respectivos responsáveis, e esse critério, vinculado aos outros que não estão contemplados, pode ser um indicador de gestão não democrática.

4.3 Análise Comparativa dos Sites Oficiais dos Municípios do Sudoeste Goiano

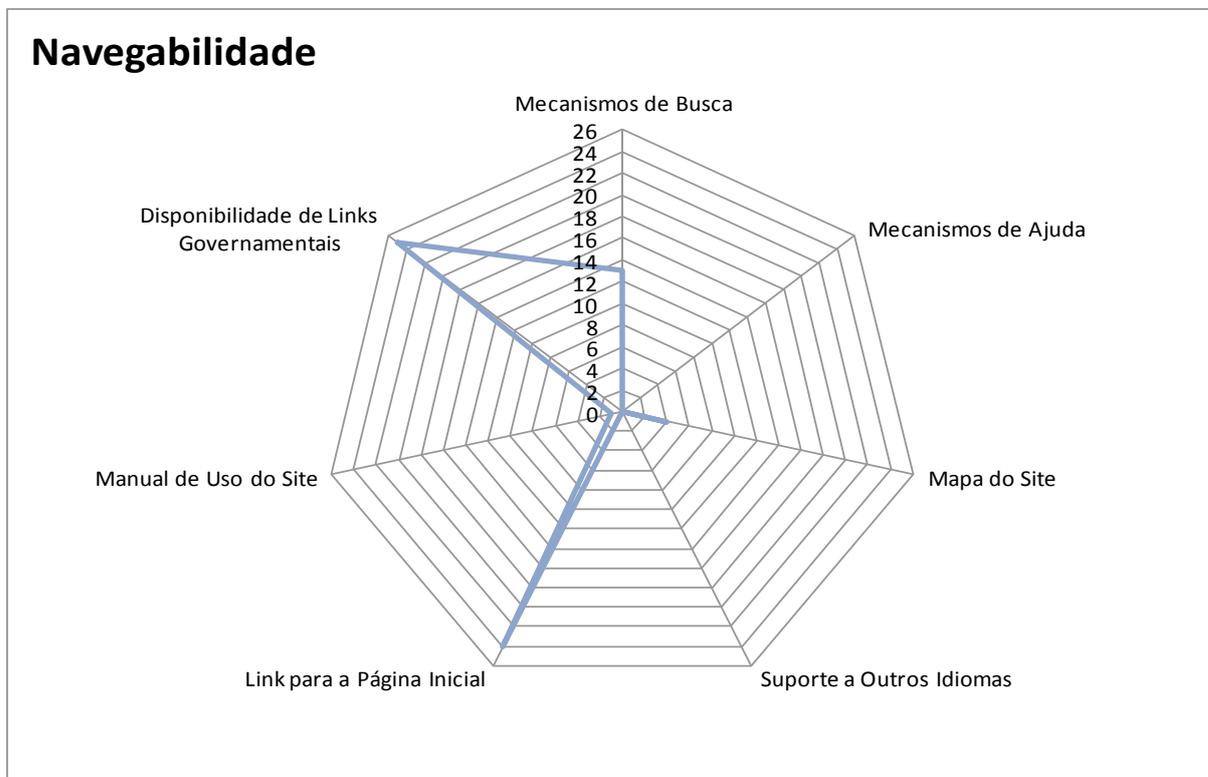


Gráfico 4: Análise Comparativa Navegabilidade - Critérios
Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

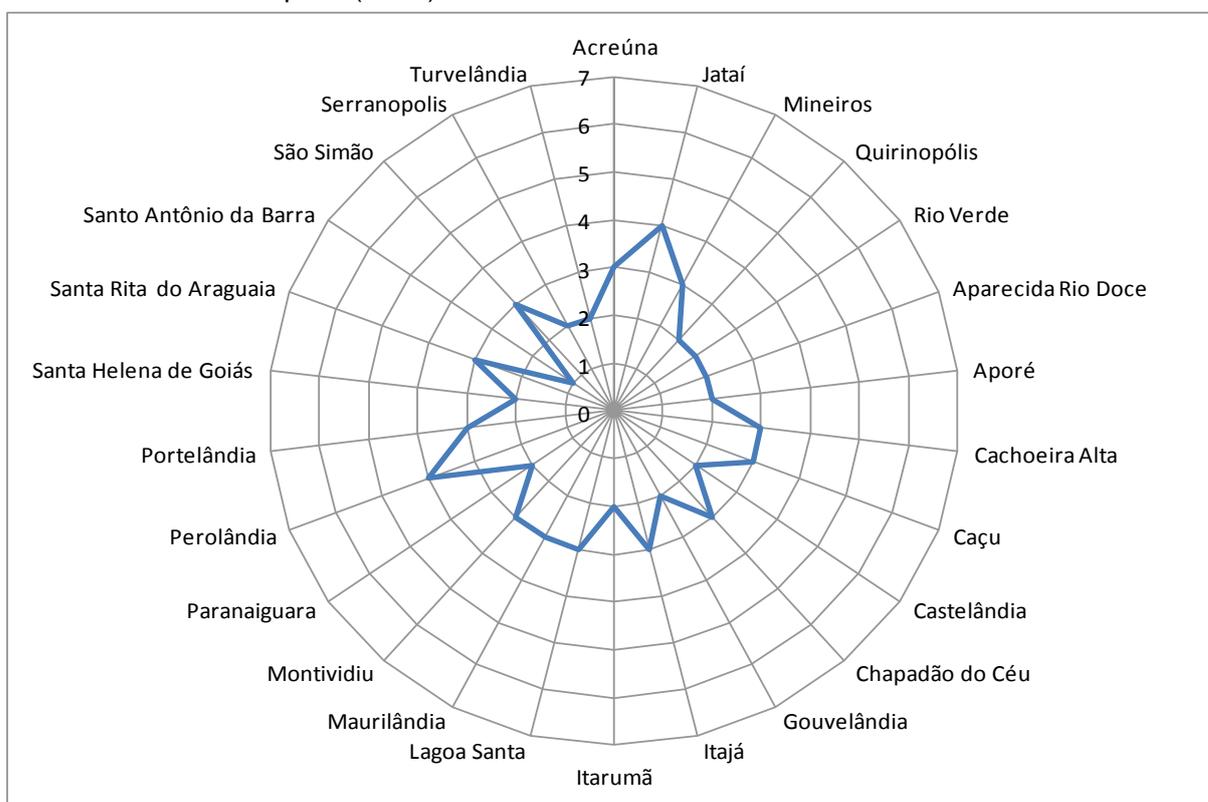


Gráfico 5: Análise Comparativa Navegabilidade - Municípios
Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

O Gráfico 4 representa a análise quantitativa da dimensão navegabilidade, a qual engloba os requisitos de publicidade em seus níveis de comunicação utilitário e instrutivo (SILVA, 2009). O Gráfico indica a quantidade de cada critério nos *sites* analisados.

Nos 26 *sites* oficiais dos municípios analisados, 25 deles disponibilizam em seus portais *links* para outros portais governamentais, 24 apresentam na estrutura do portal a opção de retornar a página inicial e 13 apresentam mecanismos de busca, de forma padronizada, ou seja, localizados no canto superior direito da página.

Por outro lado, nenhum deles disponibiliza mecanismos de ajuda e suporte a outros idiomas, o que pode comprometer a comunicação do município com investidores e turistas de outras nacionalidades. Por fim, quatro portais disponibilizam o mapa do *site* e um apresenta também o manual.

O Gráfico 5 mostra o número total de critérios verificados pelos *sites* analisados. Este número oscila entre um e quatro, no intervalo de zero a sete, e a maioria apresenta dois ou três critérios. Os *sites* dos municípios de Jataí e Perolândia apresentam quatro critérios.

Dessa forma, pode-se traçar um panorama comparativo entre as políticas digitais adotadas pelos Municípios, cujos portais, em números absolutos apresentam configurações semelhantes. Em linhas gerais, a interface digital dos municípios, por meio dos seus *sites* na internet, conforme Silva (2009), busca produzir *outputs* de informação pública com o objetivo de facilitar o processo de comunicação com seus cidadãos.

Os critérios adotados na dimensão navegabilidade tem por objetivo dar visibilidade às informações presentes nos *sites*. Apresentam a função de facilitadores na localização das informações, atendendo as especificidades referentes à Lei de Acesso à Informação e tornando a gestão pública municipal mais transparente, elementos fundamentais para o desenvolvimento regional.

Os critérios agrupados no nível utilitário de publicidade na dimensão navegabilidade, de acordo com Silva (2009), proporcionam uma interface visível e transparente, dando publicidade aos atos de governo. Já os critérios do nível instrutivo de publicidade fundamentam-se em relações de esclarecimento da estrutura institucional e funcional do Município, tornando-a mais inteligível para o cidadão.

A implementação de estratégias digitais referentes à navegabilidade, por parte dos governos dos municípios da Região do Sudoeste Goiano, ainda tem campo para melhorias

.

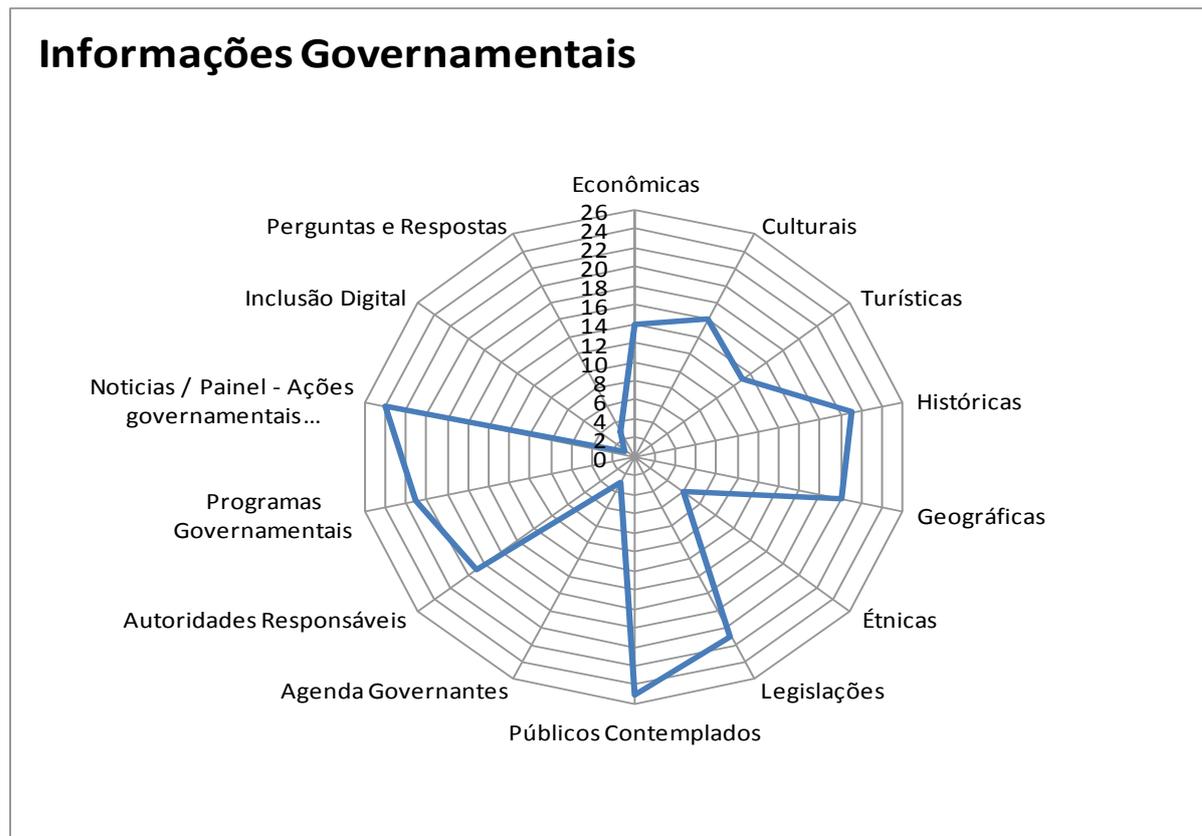


Gráfico 6: Análise Comparativa Informações Governamentais - Critérios
Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

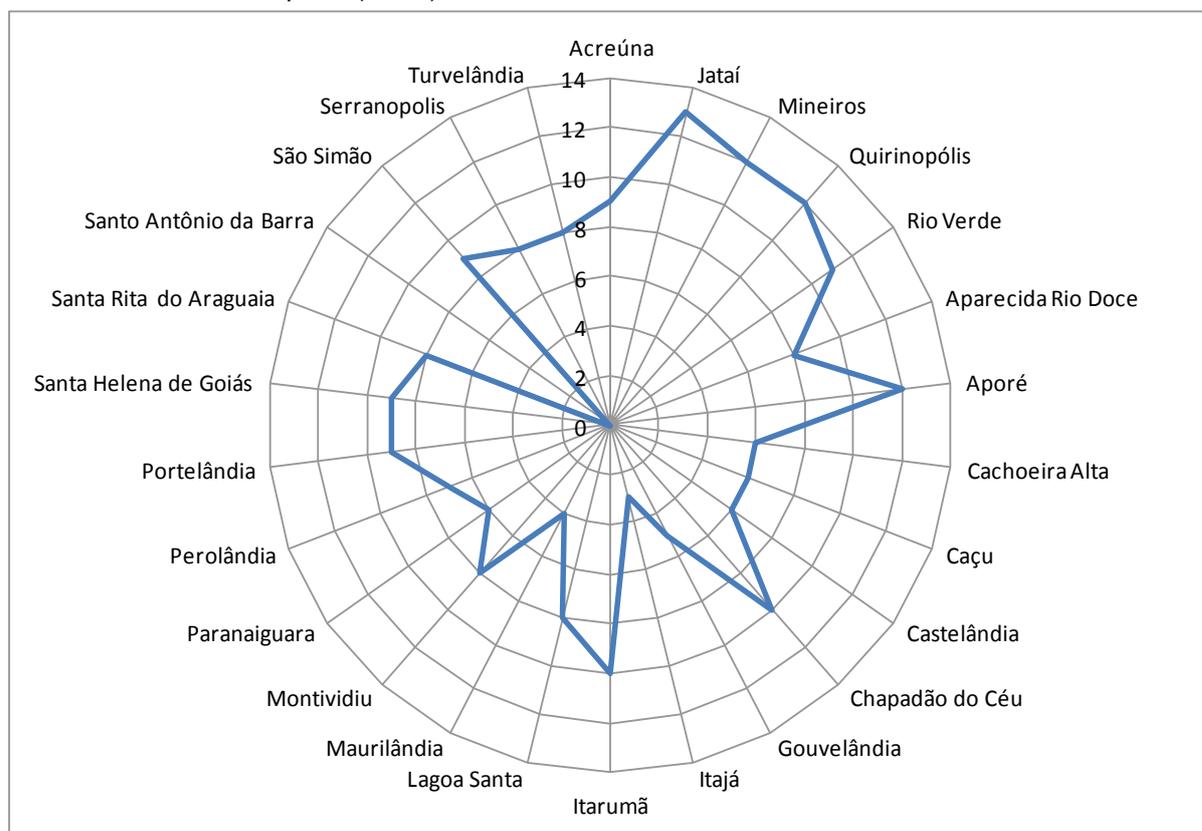


Gráfico 7: Análise Comparativa Informações Governamentais - Municípios
Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

O Gráfico 6 representa a análise quantitativa da dimensão informações governamentais, que engloba os requisitos de publicidade em seus níveis de comunicação - informativo, instrutivo e argumentativo - e os requisitos de responsividade em seus níveis de comunicação instrutivo e informativo (SILVA, 2009). Esse gráfico indica o número de vezes que cada critério apareceu, nessa dimensão, nos *sites* governamentais.

Dentre os 26 *sites* oficiais dos municípios analisados, 25 deles disponibilizam em seus portais *links* que atendem públicos distintos - munícipes, servidores públicos, turistas e empresas, 24 apresentam notícias referentes às ações governamentais, 21 oferecem acesso aos programas de governo, informações históricas, e legislações. Os demais critérios aparecem em menor proporção, porém merecem destaque a Agenda dos Governantes e Perguntas e Respostas, com três ocorrências cada; e o critério de Inclusão Digital que aparece apenas uma única vez.

O Gráfico 7 traz o número total de critérios verificados pelos *sites* analisados. Este número varia de zero a 13, para o intervalo de zero a 14, sendo que 17 *sites* apresentam mais do que oito critérios. O *site* com maior representatividade é o do município de Jataí, com 13 critérios encontrados, e o de menor representatividade é o de Santo Antônio da Barra, pois o município não apresenta um portal oficial no domínio .go.gov.br, fato já citado em análises anteriores.

Os critérios adotados na dimensão informações governamentais proporcionam a interação com públicos distintos, mostrando o reconhecimento da diversidade dos atores sociais; facilitam o processo de comunicação e ampliam o diálogo entre munícipes e governo; promovem indicadores de gestão democrática; e fortalecem a transparência dos atos de governo da gestão pública municipal.

Os critérios agrupados no nível informativo de publicidade, nessa dimensão, de acordo com Silva (2009), proporcionam uma comunicação a nível informativo, informando ao cidadão as ações e atividades do governo municipal.

Os critérios do nível argumentativo de publicidade fundamentam-se em relações de transparência do município por meio de um processo de comunicação *on-line* sustentada por informações mais densas, que de acordo com suas conotações podem gerar um discurso não inteligível para o cidadão comum.

O critério do nível instrutivo de responsividade proporciona, de modo educativo, um diálogo com o cidadão, e o critério do nível informativo de responsividade apresenta uma resposta a uma demanda por parte dele.

A maioria dos *sites* analisados apresenta semelhanças nos critérios apresentados, o que proporcionam recursos necessários para o acesso à informação, mas esses *sites* ainda carecem de melhorias em seus *layouts* para dinamizar a interação entre governo e sociedade.

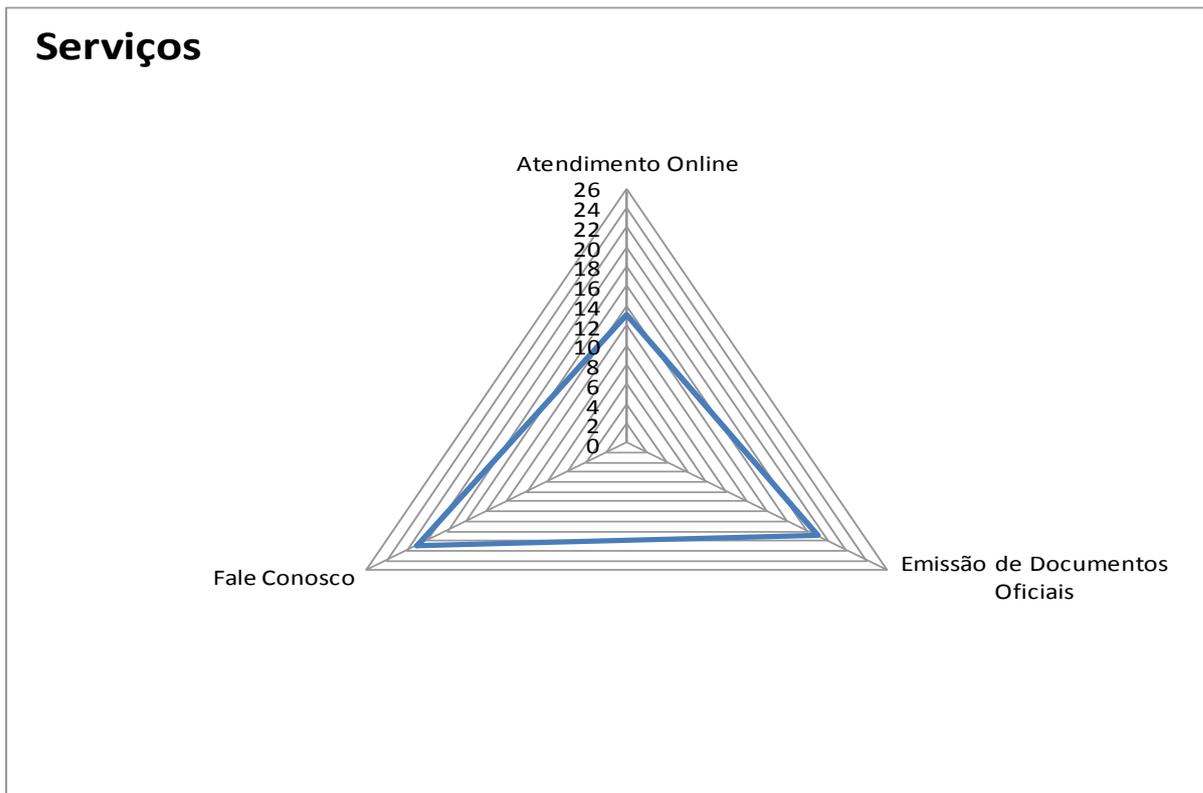


Gráfico 8: Análise Comparativa Serviços - Critérios
 Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

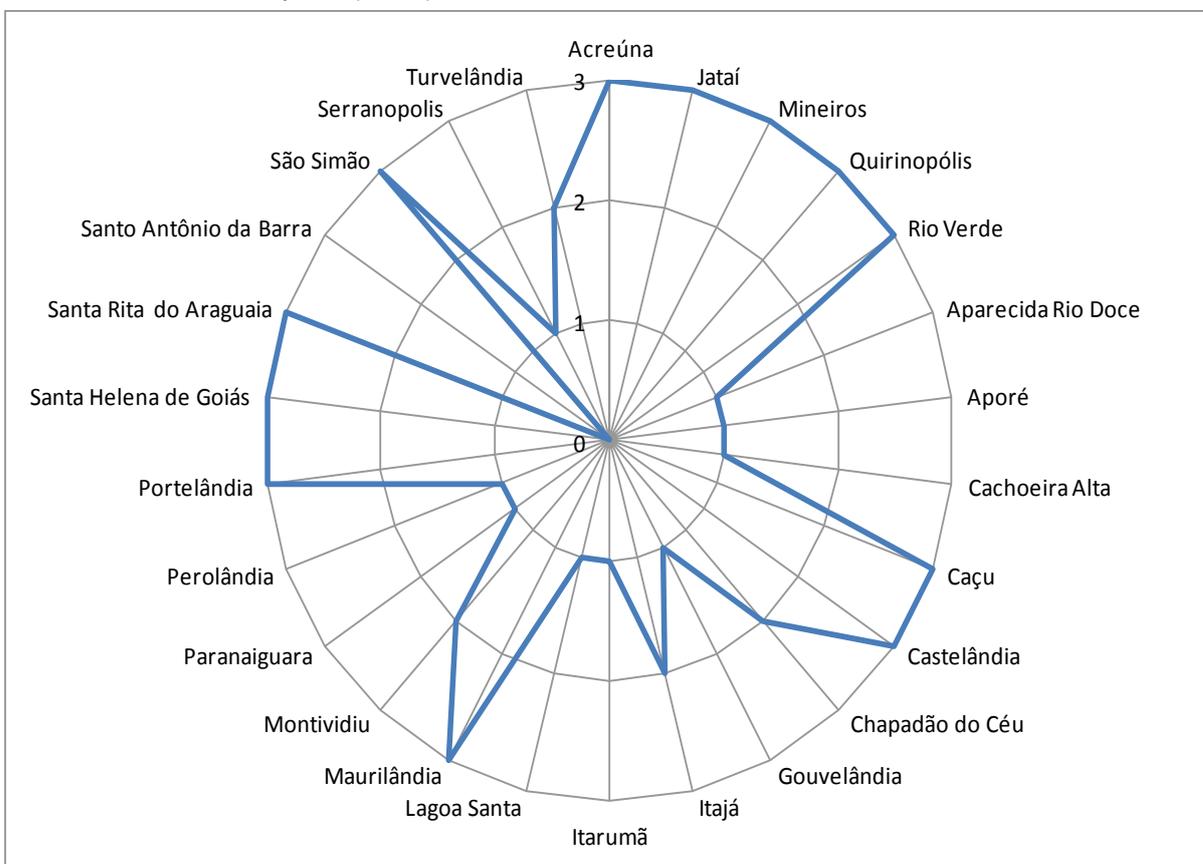


Gráfico 9: Análise Comparativa Serviços - Municípios
 Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

O Gráfico 8 representa a análise quantitativa da dimensão Serviços, que engloba os requisitos de responsividade nos níveis de comunicação instrutivo e utilitário, e os requisitos de responsividade no nível de comunicação informativo (SILVA, 2009). Esse Gráfico indica a quantidade de cada critério nos *sites* analisados, nessa dimensão.

Dos 26 *sites* oficiais dos municípios analisados, 13 deles apresentam em seus portais atendimento *on-line*, 19 disponibilizam emissão de documentos oficiais e 21 mantêm em seus portais a opção do Fale Conosco.

O Gráfico 9 mostra o número total de critérios verificados nos *sites* analisados. Esse número varia de zero a três, para o intervalo de zero a três. Dentre os 26 *sites* 12 apresentam os três critérios; quatro *sites* apresentam dois critérios; nove *sites* apresentam um critério; e apenas o município de Santo Antonio da Barra não disponibiliza nenhum critério, conforme justificativa já mencionada.

Nessa dimensão a oferta de serviços *on-line* facilita o acesso às informações, e de acordo com as liberdades instrumentais, apontadas por Sen (2000), promove o desenvolvimento, além de atender as prerrogativas de governo eletrônico vigentes no Brasil.

O critério agrupado no nível utilitário de responsividade na dimensão Serviços, de acordo com Silva (2009), apresenta uma resposta por parte do município. A manutenção desse serviço se justifica, pois se o município não responde às demandas utilitárias dos munícipes, sob a forma de serviços, torna-se incompleto e ineficiente, ficando suscetível a críticas e ao descontentamento.

O critério do nível informativo de porosidade faz com que a comunicação política do município se torne mais acessível ao cidadão por meio de uma relação fundamentada no ato de informar.

A maioria dos *sites* analisados apresenta semelhanças nos critérios da dimensão Serviços, que proporciona recursos necessários para o acesso à informação. Os municípios ainda carecem de melhorias em seus *layouts* para dinamizar a interação entre governo e sociedade e, também, faz-se necessário que os municípios elaborem, para os seus *sites*, estratégias digitais com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços disponibilizados à sociedade.

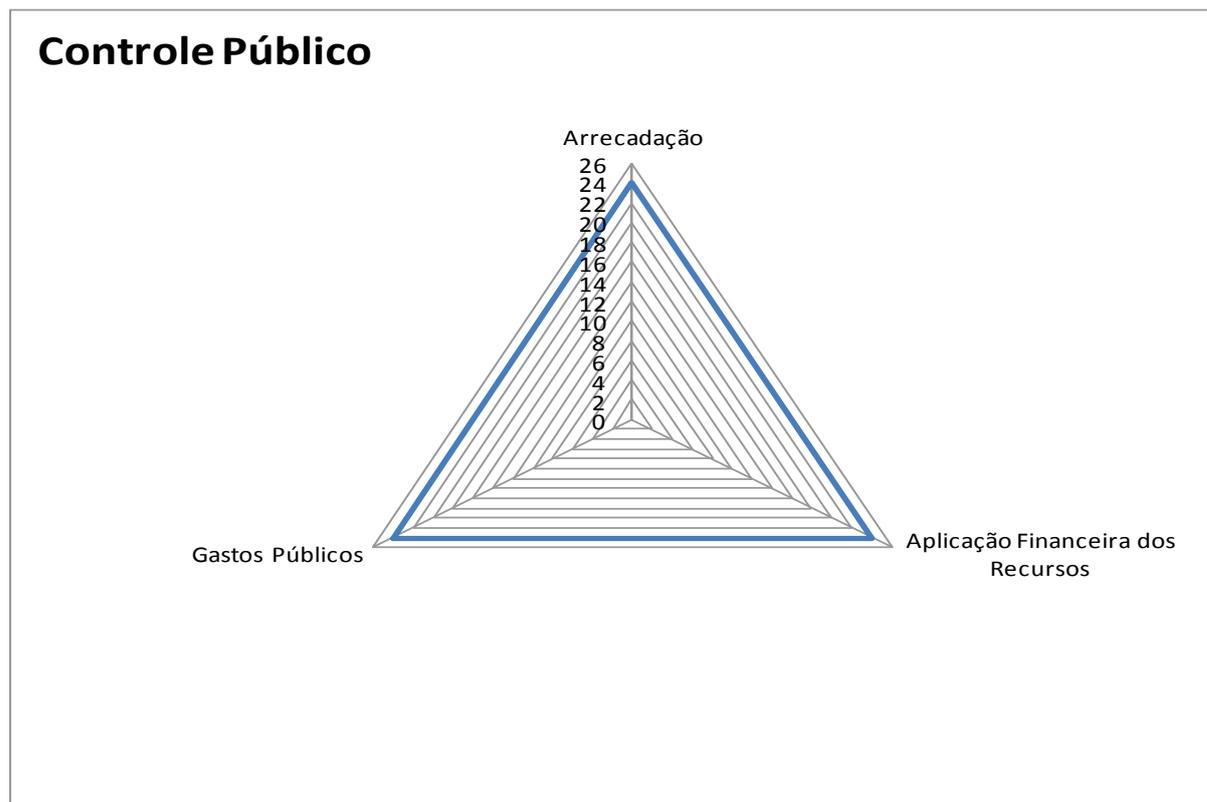


Gráfico 10: Análise Comparativa Controle Público - Critérios
Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

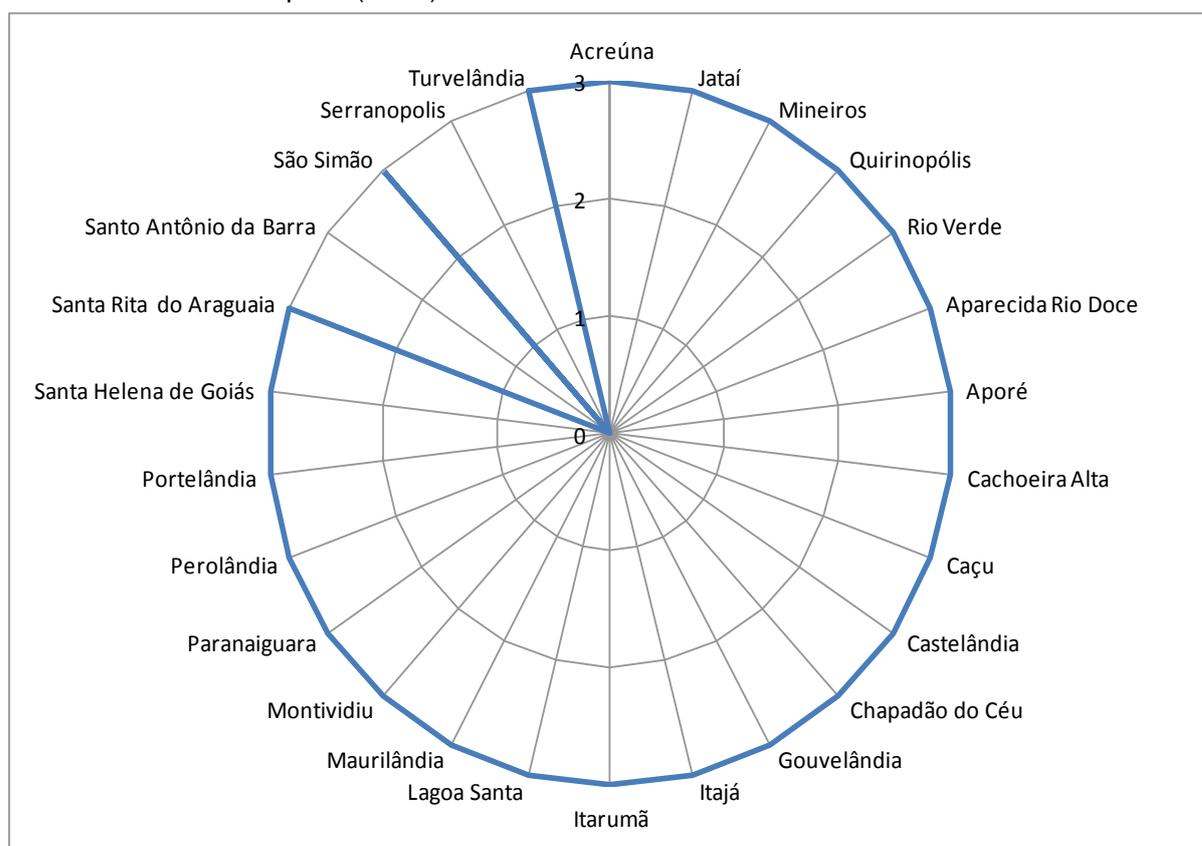


Gráfico 11: Análise Comparativa Controle Público - Municípios
Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

O Gráfico 10 representa a análise quantitativa da dimensão Controle Público, que engloba os requisitos de publicidade em seu nível de comunicação argumentativa (SILVA, 2009). A primeira parte do Gráfico indica quantas vezes cada critério apareceu nos *sites* analisados nessa dimensão.

Dos 26 *sites* oficiais dos municípios analisados, 24 deles disponibilizam em seus portais os critérios referentes à arrecadação, à aplicação financeira dos recursos, e aos gastos públicos.

O Gráfico 11 mostra o número total de critérios verificados nos *sites* analisados. Esse número varia de zero a três, para o intervalo de zero a três, e 24 *sites* apresentam os três critérios. Apenas os municípios de Santo Antônio da Barra e Serranópolis não disponibilizam nenhum dos critérios analisados. Os dois Municípios não apresentam o domínio governamental.go.gov.br.

Os mesmos parâmetros da dimensão Serviços são seguidos na dimensão Controle Público. A disponibilização de informações referentes às contas públicas municipais tem relação direta com a transparência. Dessa forma, o acesso às informações, de acordo com as liberdades instrumentais apontadas por Sen (2000), promove o desenvolvimento, além de atender as prerrogativas legais de governo eletrônico vigentes no Brasil.

Nessa dimensão os municípios se equiparam em todos os critérios, exceto Santo Antônio da Barra e Serranópolis. Em uma interpretação simplista, isso pode ser resultado de os critérios estarem pautados como itens obrigatórios da legislação e da Lei de Acesso à Informação.

A análise dessa dimensão apontou os seguintes problemas de acesso às informações:

1. alguns sites apresentaram demora no carregamento de dados no portal;
2. é necessária a autenticação do usuário para acesso aos dados, com usuário e senha. Apesar de ser um mecanismo de segurança adotado pelo site, pode dificultar a navegabilidade do cidadão;
3. excesso de *links* para chegar a uma determinada informação;
4. arquivo de dados não cadastrado ou desatualizado; e
5. *links* quebrados, ou páginas em construção, ou dado/indicador inexistente.

Esses problemas indicam que a implementação de estratégias digitais referentes ao controle público, por parte dos governos dos municípios da região do sudoeste goiano, ainda tem campo para melhorias.

Participação

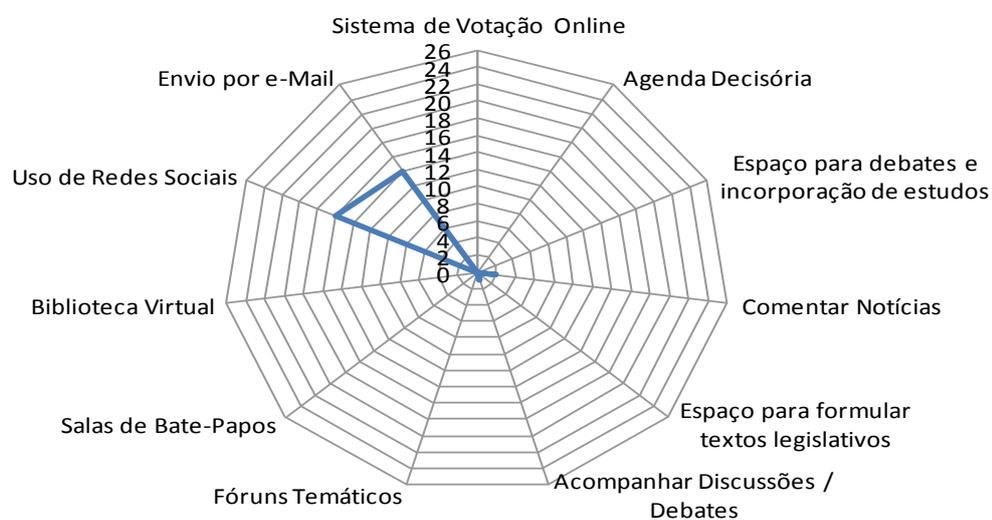


Gráfico 12: Análise Comparativa Participação - Critérios
Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

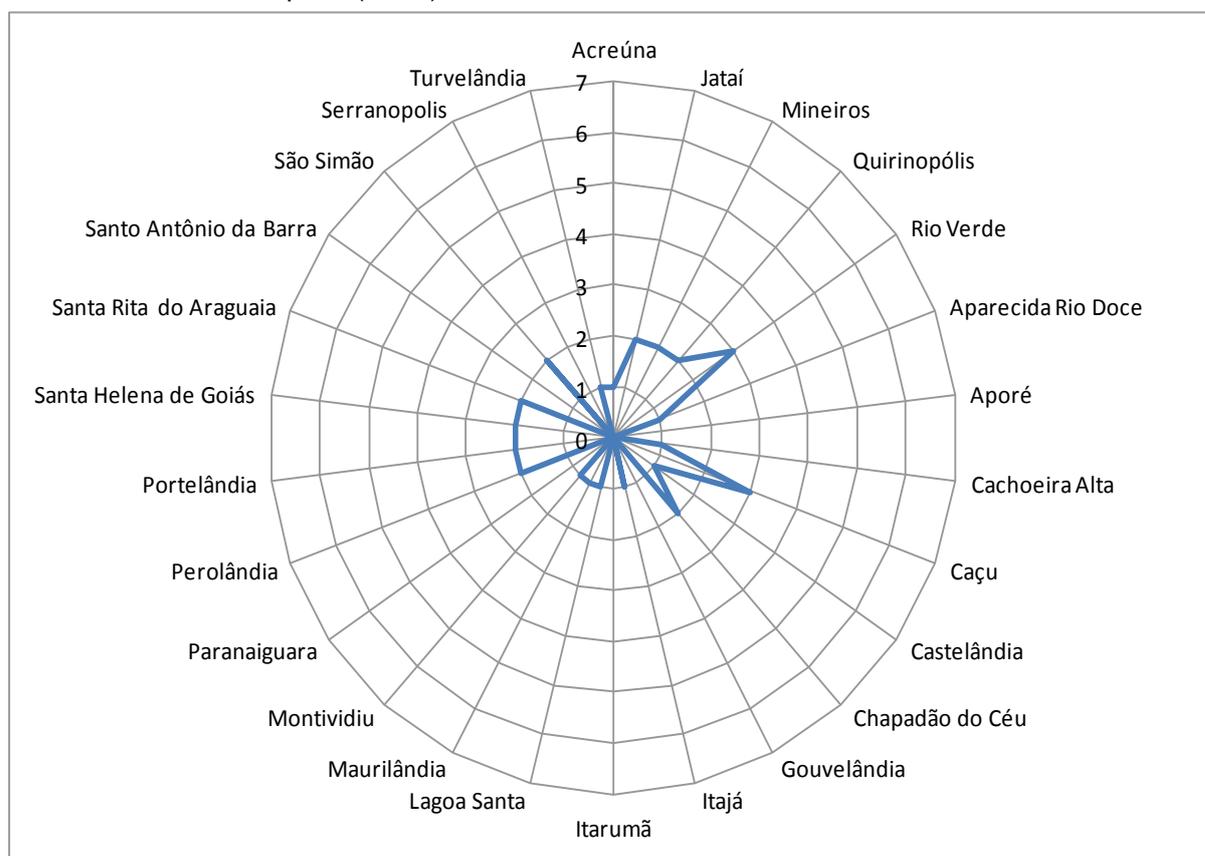


Gráfico 13: Análise Comparativa Participação - Municípios
Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

O Gráfico 12 representa a análise quantitativa da dimensão Participação, que engloba os requisitos: a) de publicidade, nos níveis de comunicação instrutivo e utilitário; b) de responsividade, nos níveis de comunicação informativo, instrutivo e argumentativo; e c) de porosidade, nos níveis de comunicação informativo, instrutivo, argumentativo e decisório (SILVA, 2009).

A primeira parte do Gráfico indica a quantidade de cada critério nos *sites* analisados na dimensão Participação. A análise dos 26 *sites* oficiais dos municípios revelou que 16 deles utilizam em seus portais as redes sociais - *facebook*, *twitter*, *youtube*, e *google+*; 14 disponibilizam a opção para o critério envio por *e-mail*; dois disponibilizam *link* para comentar notícias, e apenas um *site* apresenta espaço para acompanhar discussões e debates.

Não foram contemplados em nenhum dos *sites* analisados os critérios seguintes: sistema de votação *on-line*; agenda decisória; espaço para debates e incorporação de estudos; espaço para formular textos legislativos; fóruns temáticos; sala de bate-papo; e biblioteca virtual.

O Gráfico 13 mostra o número total de critérios verificados nos *sites* analisados. Esse número varia de zero a três, para o intervalo de zero a sete, e apenas os *sites* dos municípios de Caçu e Rio Verde apresentam três critérios. Os demais estão entre zero e dois, com predominância do critério Uso de Redes Sociais.

A dimensão Participação promove a divulgação de instrumentos institucionalizados de participação popular na gestão pública municipal, que visam subsidiar os anseios da sociedade e promover uma interação com públicos distintos que concretizam o diálogo equitativo entre o governo municipal e os munícipes. Esse canal de comunicação permite captar as demandas e os posicionamentos da sociedade e transformá-los em decisões políticas.

O critério agrupado no nível argumentativo de responsividade, nessa dimensão, de acordo com Silva (2009), tem por objetivo tornar a relação governo municipal *versus* munícipes o mais dialógico possível, por meio da argumentação pública.

Os critérios do nível argumentativo de porosidade estabelecem uma relação institucionalizada do município para com o cidadão, com o propósito de obter propostas argumentativamente estruturadas para serem analisadas e levadas em consideração pelo gestor municipal em projetos deliberativos.

Já o critério do nível decisório de porosidade estabelece uma interação entre governo e cidadão de forma que uma ordem oriunda da opinião pública deve ser acatada como decisão política.

A interação entre o governo municipal e cidadão, no quesito Participação, ocorre de forma incipiente. Os *sítes* analisados apresentam pouca ou nenhuma interação de diálogo com a sociedade, o que mostra a presença de indicadores de gestão democrática, mas que precisam ser melhorados..

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação trata da comunicação na gestão pública, nos municípios do sudoeste goiano, frente à modernização da administração com o uso das tecnologias de informação e comunicação.

Para melhor compreensão foi feita uma revisão da literatura pautada nos debates referentes à comunicação e ao desenvolvimento regional, sociedade em rede, e e-democracia e governo eletrônico no Brasil e no mundo, que alinhada ao método de pesquisa, alcançaram os objetivos propostos.

A subseção referente à comunicação e ao desenvolvimento regional abordou a importância da dilatação dos canais de comunicação para promover o desenvolvimento. Esses canais, fortemente amparados pelas TICs, proporcionam à sociedade civil contemporânea o acesso à informação, que é essencial para o desenvolvimento de uma nação.

Nesse sentido, a aplicabilidade dos recursos midiáticos, promovida pelas TICs, fortalece a comunicação governamental, integrando governantes e munícipes. As TICs podem gerar um ambiente pluralista de debates e opiniões, por envolver diferentes agentes no processo: cidadãos, instituições governamentais, instituições de pesquisa, e empresas privadas. Esses agentes podem gerar e formular debates que perpassam a questão local, com a possibilidade de repercussão regional, nacional e internacional.

A subseção Sociedade em Rede e e-Democracia apresentou debates sobre a nova morfologia social da sociedade, cuja estrutura social está pautada em rede, e a democracia digital ou e-democracia. Tem-se, então, uma nova estrutura para a sociedade, definida como sociedade em rede. Os grupos sociais adaptam-se cada vez mais às novas condições da sociedade da informação, utilizando os novos segmentos abertos pela globalização, bem como o acesso às novas formas de comunicação e informação.

Nesse contexto as TICs passam a ter um papel importante na divulgação e acesso à informação e aos processos de comunicação, tanto em nível interpessoal quanto na difusão do conhecimento. Os dispositivos interativos e funcionais das TICs apresentam-se como meios facilitadores para fortalecer o processo democrático.

Nesse viés, o processo de redemocratização do Estado brasileiro, alavancado fortemente pela Constituição de 1988; a evolução tecnológica ocorrida a partir dos anos 2000; o aumento da conectividade; a portabilidade de dispositivos eletrônicos; a convergências de várias tecnologias; e a Lei de Acesso à Informação provocaram profundas transformações com relação à comunicação e acesso à informação no Estado brasileiro.

A subseção Governo Eletrônico no Brasil e no Mundo mostrou que as TICs apresentam um conjunto de recursos e ferramentas que possibilitam a criação de novos modelos de gestão, que proporcionam transformações nos serviços, atos de governo e relacionamento com a sociedade, além de mostrar resultados de pesquisas referentes ao governo eletrônico em nível mundial.

Para atender a essa demanda a Internet representa um forte canal de comunicação do gestor público para com os seus munícipes, e pode ser utilizada no uso dos *websites* oficiais. Para isso, o Estado brasileiro tem legislação de governo eletrônico e padrões *web* de e-Gov. Nesse viés, estudos apontam que os portais oficiais devem estar pautados nos requisitos democráticos da publicidade, responsividade e porosidade.

Os resultados encontrados mostram que os governos municipais implementam estratégias digitais para disponibilizar informações para a sociedade, fazendo uso dos recursos oferecidos pela TICs, mas ainda há uma deficiência em relação aos recursos necessários para o acesso à informação. A deficiência compreende os aspectos qualitativos e quantitativos da informação, bem como a acessibilidade e inteligibilidade.

A análise comparativa dos portais das prefeituras dos municípios do sudoeste goiano destaca que eles apresentam muitos pontos em comum em relação ao que determina a legislação e os padrões adotados pelo Governo Eletrônico Brasileiro. Há, também, pontos básicos que precisam ser melhorados em todos os portais, para facilitar a interação do cidadão com o ambiente virtual disponibilizado pelos *sites* oficiais das prefeituras.

Cabe ainda mencionar que mesmo com realização de melhorias, na tentativa de eliminar as deficiências, são necessárias políticas de inclusão digital, pois mesmo com toda a tecnologia existente grande parte da população brasileira não tem a capacitação necessária para manipular todos os recursos disponíveis oferecidos pelas TICs. O domínio dessa tecnologia e conseqüente inclusão digital fortalece a

transparência dos atos de governo e proporciona a ampliação de acesso aos serviços públicos.

Por fim, deve-se atentar para o fato da exclusão digital no Brasil, uma vez que com todo o aparato tecnológico existente, com um grande número de residências com acesso à internet e à televisão, muitos cidadãos brasileiros são analfabetos digitais.

Frey (2012) mostra que são necessárias medidas para reduzir a exclusão digital, aumentar a transparência no processo de comunicação governamental, e proporcionar maior participação da população nos processos de formulação de políticas públicas.

O novo paradigma tecnológico, com o uso das TICs, revolucionou os processos de produção e comunicação, de forma a romper as barreiras de distância e tempo e difundir-se na sociedade como um todo.

Por meio da rede mundial de computadores, a Internet, centenas de milhares de computadores estão conectados uns aos outros, o que possibilita a articulação de diferentes tipos de redes, com o intuito de garantir o vínculo entre o fluxo das informações e seus espaços de uso.

Na sociedade da informação, as funções e os processos estão cada vez mais organizados em torno de redes, como os fluxos financeiros globais, a interação sociedade Estado, e as redes sociais. Nessa nova morfologia social houve uma alteração na forma de execução dos processos produtivos, do conhecimento, da cultura, e do poder.

Com isso, há um arcabouço de medidas que são fundamentais e necessárias para preparar os municípios e os cidadãos para os novos paradigmas da sociedade da informação e para o aprofundamento da democracia local.

O processo de utilização das TICs é irreversível, de tal forma que só resta esperar que esses recursos tecnológicos, agregados ao processo de redemocratização da sociedade brasileira, tragam cada vez mais a participação e a interação entre cidadãos e governo, o que pode ocorrer com a comunicação política do Estado nos *sites* governamentais.

É preciso, portanto, direcionar esforços para a construção de *sites* governamentais com *layouts* que possibilitem o acesso à informação de forma amigável para qualquer cidadão. A comunicação do Estado, alinhada às novas tecnologias de

informação e comunicação, pode propiciar maior participação política entre a esfera governamental e a esfera civil.

Como continuação desse trabalho, novas variáveis poderão ser identificadas e analisadas para complementar o estudo, como, por exemplo, a correlação entre o PIB, população, oferta de serviços e informações públicas na internet e participação política da sociedade civil.

REFERÊNCIAS

ALECRIM, Emerson. **O que é Tecnologia da Informação (TI)?**, 2011. Disponível em <http://www.infowester.com/ti.php>. Acesso em: 12 Jun. 2012

BENNETT, W. L.; ENTMAN, R. **Mediated politics: an introduction**. In: BENNETT, W.L.; ENTMAN,R. (org.) *Mediatedpolitics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p.1-32.

BRASIL. **Portal. Governo Eletrônico**. Disponível em <http://www.governoeletronico.gov.br/anexos/E15_90Decreto_3_de_abril_de_2000.pdf f.> Acesso em: 13 Fev. 2014.

BRASIL. **Portal. Portal Brasil**. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/barra#acesso-informacao> > Acesso em: 25 Set. 2013.

BUCHSTEIN,H. **Bytes that bite: the internet and deliberative democracy**. *Constellations*, v.4, n. 2, 1997, p. 248-263.

CARNIELLO, M. F. SANTOS, M. J. Predisposição para Formação de Capital Social entre Comerciantes dos Corredores Comerciais da Região Central do Município de São José dos Campos–SP.**Revista Desenvolvimento em Questão**, ano 9 • n. 18 • jul./dez. • 2011p. 169-195.

CARNIELLO, M. F. SANTOS, M.J. **Comunicação digital na gestão pública municipal brasileira: acesso à informação e transparência**. Disponível em: <http://alaic2012.comunicacion.edu.uy/sites/default/files/gt10_carniello_dossantos.pdf > Acesso em: 02 ago. 2012.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. *In: A Sociedade em rede*. São Paulo : Paz e Terra, 2000. v. 1.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade**. Traduzido por Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

CERVO, Amado ;L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: PrenticeHall, 2002.

CGI, **COMITÊ GESTOR DE INTERNET NO BRASIL**. Disponível em: <<http://www.cetic.br/usuarios/tic/2011-total-brasil/index.htm>> Acesso em: 14 Set. 2012 .

FREY, Klaus. Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. **Rev. Sociol. Polit., Curitiba**, n. 21, nov. 2003 .

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. **Comunicação e Democracia: Problemas &**

Perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008 - (Coleção Comunicação).

GOV.BR. **Portal. Governo Eletrônico.** Disponível em <http://www.governoeletronico.gov.br/> Acesso em: 01 de Fev. de 2014.

GRUMAN, M. **Lei de acesso à informação: notas para reflexão e um breve exemplo.** Disponível em <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/viewFile/6556/4820> > Acesso em: 18 de Fev. de 2014.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia - entre facticidade e validade.** Tradução Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, J. **Três modelos normativos de democracia.** Lua Nova, São Paulo, v.36, 1995, p. 39-53.

IBGE - **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.** Disponível em: <http://ibge.gov.br>. Acesso em: 14 set. 2012.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **A Estratégia em Ação – Balanced Scorecard.** 24. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

KOTLER, P. et al. **Marketing de Lugares.** São Paulo: Pearson, 2005.

MAIA, Rousiley C.M.; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco P.J.A. **Internet e Participação Política no Brasil (org).** Porto Alegre: Sulina, 2011.

MARCONI, M. A. e LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MIRANDA, A. Sociedade da Informação: globalização, identidade cultural e conteúdos. **Ci. Inf., Brasília**, v. 29, n. 2, p. 78-88, maio/ago. 2000

PDM. **Projeto Donos da Mídia.** Disponível em <http://donosdamidia.com.br/inicial>>, Acesso em 10 de Fevereiro de 2014.

PLANALTO. **Portal. planalto.gov.br.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 17 de Fev. de 2014.

PNAD. **Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio.** Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/default_sintese.shtm> Acesso em: 05 de Fev. de 2014.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Portal da Transparência do Governo Federal.** Disponível em <http://www.portaltransparencia.gov.br/>> Acesso em: 17 de Fev. de 2014.

REZENDE, D.A; FREY, K. BETINI, R.C. **Governança e democracia eletrônica na gestão urbana..** Disponível em:

<<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/viewFile/6009/5578>> Acesso em: 10 Set 2012.

SCHRAMM, W. **Comunicação de massa e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Bloch, 1970.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEPLAN. **Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás**. Disponível em <<http://www.seplan.go.gov.br> > Acesso em: 05 de fev. de 2014.

SILVA, S.P. **Estado, democracia e internet: requisitos democráticos e dimensões analíticas para a interface digital do Estado**. Salvador, 2009.

TELECO. **Inteligência em Telecomunicações**. Disponível em <<http://www.teleco.com.br/internet.asp> > Acesso em: 10 de Fev. de 2014.

UNPAN. **Un Public Administration Programme**. Disponível em <<http://unpan3.un.org/egovkb/>>. Acesso em: 10 de Fev. de 2014.

WELLMAN, B. 2001. Physical Place and Cyberplace :**The Rise of Personalized Networking**. *International Journal of Urban and Regional Research*, Oxford, v. 25, n. 2, p. 227-252, June.

ANEXO A - FORMULÁRIO PARA COLETA DE DADOS

Município: Nome_do_Município (GO)		
Dimensão	Critérios	Coleta de Dados
Navegabilidade	Mecanismos de Busca	
	Mecanismos de Ajuda	
	Mapa do <i>Site</i>	
	Suporte a Outros Idiomas	
	<i>Link</i> para a Página Inicial	
	Manual de Uso do <i>Site</i>	
	Disponibilidade de <i>Links</i> Governamentais	
Informações Governamentais	Econômicas	
	Culturais	
	Turísticas	
	Históricas	
	Geográficas	
	Étnicas	
	Legislações	
	Públicos Contemplados	
	Agenda Governantes	
	Autoridades Responsáveis	
	Programas Governamentais	
	Notícias / Painel - Ações governamentais decididas e a serem decididas	
	Inclusão Digital	

	Perguntas e Respostas	
Serviços	Atendimento <i>On-line</i>	
	Emissão de Documentos Oficiais	
	Fale Conosco	
Controle Público	Arrecadação	
	Aplicação Financeira dos Recursos	
	Gastos Públicos	
Participação	Sistema de Votação <i>On- line</i>	
	Agenda Decisória	
	Espaço para debates e incorporação de estudos	
	Comentar Notícias	
	Espaço para formular textos legislativos	
	Acompanhar Discussões / Debates	
	Fóruns Temáticos	
	Salas de Bate-Papo	
	Biblioteca Virtual	
	Uso de Redes Sociais	
Envio por <i>e-mail</i>		

ANEXO B - PLANILHA PARA COLETA DE DADOS

		Acreúna	Aparecida do Rio Doce	<Lista dos outros municípios>	Turvelândia
Navegabilidade	Mecanismos de Busca				
	Mecanismos de Ajuda				
	Mapa do <i>Site</i>				
	Suporte a Outros Idiomas				
	<i>Link</i> para a Página Inicial				
	Manual de Uso do <i>Site</i>				
	Disponibilidade de <i>Links</i> Governamentais				
Informações Governamentais	Econômicas				
	Culturais				
	Turísticas				
	Históricas				
	Geográficas				
	Étnicas				
	Legislações				
	Públicos Contemplados				
	Agenda Governantes				
	Autoridades Responsáveis				
	Programas Governamentais				
	Notícias / Painel - Ações governamentais decididas e a serem decididas				
	Inclusão Digital				
	Perguntas e Respostas				
Serviços	Atendimento <i>On-line</i>				
	Emissão de Documentos Oficiais				
	Fale Conosco				

Controle Público	Arrecadação				
	Aplicação Financeira dos Recursos				
	Gastos Públicos				
Participação	Sistema de Votação <i>On-line</i>				
	Agenda Decisória				
	Espaço para debates e incorporação de estudos				
	Comentar Notícias				
	Espaço para formular textos legislativos				
	Acompanhar Discussões / Debates				
	Fóruns Temáticos				
	Salas de Bate-Papo				
	Biblioteca Virtual				
	Uso de Redes Sociais				
	Envio por <i>e-mail</i>				